

**CARLOS EDUARDO SELL**

**SOCIOLOGIA CLÁSSICA:  
Durkheim, Weber e Marx**

**ITAJAÍ  
2001**

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	03
<b>Introdução</b> .....	04
<b>Capítulo I – Sociologia: origens e abordagens</b> .....	08
1. Origens da sociologia .....	08
2. Augusto Comte .....	11
3. Dimensões de análise .....	15
<b>Capítulo II – Émile Durkheim</b> .....	26
1.    Vida e obras .....	26
2.    Teoria sociológica funcionalista .....	28
3.    Modernidade e divisão social do trabalho .....	32
4.    Projeto político conservador.....	40
<b>Capítulo III – Max Weber</b> .....	45
1.    Vida e obras .....	45
2.    Teoria sociológica compreensiva .....	47
3.    Modernidade e racionalização .....	56
4.    Projeto político: neutralidade .....	64
<b>Capítulo IV – Karl Marx</b> .....	70
1.    Vida e obras .....	70
2.    Materialismo histórico-dialético .....	73
3.    Modo de produção capitalista .....	84
4.    Projeto político revolucionário .....	88
<b>Capítulo V – Sociologia Clássica: análise comparativa</b> .....	93
1. Diversidade sociológica .....	93
2. Teoria sociológica .....	94
3. Teoria da modernidade .....	99
4. Projeto Político .....	102
5. Continuidades e rupturas .....	105

## APRESENTAÇÃO

Prezado estudante! Este trabalho tem a intenção de oferecer-lhe um roteiro didático para o estudo da teoria social clássica a partir de seus autores mais representativos: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Ao longo da história do pensamento social, foi se firmando a tradição de considerar a obra destes três pensadores como fundamental para a construção da sociologia. Ao se deparar com esta disciplina, os iniciantes das ciências humanas sempre se defrontam com o estudo de suas obras. E, diante disto, surge uma pergunta inevitável: afinal, por que o pensamento de Durkheim, Weber e Marx se tornou tão fundamental?

Nascido no ambiente da sala de aula, este texto quer ajudá-lo a dar uma resposta para esta pergunta. Além disso, ele quer também mostrar-lhe não só a importância que estes autores tiveram para história da sociologia, mas, principalmente, a importância que eles possuem ainda hoje para o entendimento do mundo contemporâneo. Longe de ser uma mera volta ao passado, o estudo da teoria social clássica representa um verdadeiro mergulho no presente. Enveredar pelos seus caminhos representa a possibilidade de compreensão do mundo em que vivemos e, portanto, de um pouco de nós mesmos.

## INTRODUÇÃO

Clássicos, dizem os estudiosos, são autores sempre atuais. É por isso que nós estamos sempre relendo suas obras. Resta então a pergunta: qual a atualidade dos clássicos? Consultando outros textos de teoria sociológica, você logo perceberá que existem muitas respostas para esta questão e cada uma delas têm a sua parcela de verdade. Portanto, é interessante examinar com cuidado o que elas dizem.

Uma primeira formulação para a questão da validade dos clássicos, bem poderia ser aquela elaborada por Michel Foucault, e que nos lembra que, para se consolidarem, os “saberes” tendem a construir uma interpretação unilinear e evolucionista de sua história. Esta interpretação tem como objetivo legitimar o trabalho intelectual do presente louvando o passado; bem como desacreditar interpretações concorrentes. Com certeza, a sociologia não está imune a este processo. Basta lembrar que a elevação dos autores mencionados ao papel de “clássicos” é uma construção posterior às suas obras. Envolve, portanto, uma papel seletivo em relação ao passado. Muita gente importante poderia ainda ser lembrada e até equiparada ao papel de clássicos, mas, foram esquecidos. O que esta interpretação nos ajuda a perceber, enfim, é que estabelecer quem é clássico ou não, também é uma *questão de “poder”!*

Uma segunda resposta para a mesma questão adota em *enfoque histórico*. Nesta perspectiva, Durkheim, Weber e Marx são importantes para o estudo da sociologia porque são os pioneiros desta ciência. Assim, sua importância para as ciências sociais seria a mesma de Platão e Aristóteles para a filosofia, ou de Galileu Galilei e Copérnico para a física, e assim por diante. Logo, o que justifica seu estudo, é que os clássicos do pensamento social são uma etapa da história da sociologia. Não estudá-los seria esquecer as origens e os passos cronológicos desta ciência.

Para a vertente histórica, o fundamental no estudo dos clássicos é perceber que eles foram os primeiros responsáveis pela criação de uma série de conceitos e teorias que ainda hoje são adotados pela sociologia. Ainda que possam ter se modificado, termos como “classe social”, “capitalismo”, “ação social”, “estratificação social”, “grupos sociais” e muitos outros - que são conceitos típicos na análise sociológica - começaram a ser elaborados no período clássico. Como hoje eles ainda continuam a ser usados, é preciso voltar ao passado e entender por que e como eles foram criados e utilizados. Para o enfoque histórico a importância do estudo dos clássicos tem a ver especialmente com a questão da linguagem sociológica, suas origens e transformações.

Todavia, mesmo que admitamos que cada uma das interpretações acima tem a sua parcela de verdade, a sociologia sempre considerou que o papel de seus fundadores é algo muito mais do que arbitrário ou ainda mera curiosidade histórica. O papel de “clássicos” reservado a Durkheim, Weber e Marx deve-se às virtudes e qualidades de suas próprias obras e teorias. De acordo com esta interpretação, *“os clássicos (...) são fundadores que ainda falam para nós com uma voz que é considerada relevante. Eles não são apenas*

*reliquias antiquadas, mas podem ser lidos e relidos com proveito, como fonte de reflexão sobre problemas e questões contemporâneas<sup>1</sup>* .

Portanto, é aqui que está o eixo da questão. Para mostrar ao estudante, porque, nas ciências humanas, o estudo dos fundadores da sociologia é tão importante, é preciso demonstrar quais são as questões levantadas por eles que ainda nos ajudam a pensar a realidade do mundo de hoje; pois é isto que faz com que Durkheim, Weber e Marx sejam considerados “clássicos” da sociologia. Foi para responder quais são estas “questões” e, qual sua relação com a “realidade do mundo de hoje” que concebemos este trabalho. Ao longo destas linhas, vamos convidá-lo a conhecer em profundidade cada um destes autores e perceber de que modo suas teorias e interpretações apontam para as características do mundo moderno e de nossa própria vida individual.

## 1. Método de estudo

Além de apontar para atualidade dos clássicos da sociologia, também é nossa intenção oferecer-lhe uma nova maneira de estudar e compreender estes autores. Existem muitos trabalhos sobre este tema e responder a questão da validade dos clássicos está longe de ser um tema novo. Logo, nosso trabalho não pode cair na mera repetição do que já foi exaustivamente explicado.

Porém, como novas leituras sempre são possíveis, pretendemos oferecer neste texto uma interpretação dos clássicos da sociologia à partir de três eixos fundamentais:

- (1) suas contribuições teórico - metodológicas ,
- (2) suas interpretações à respeito do surgimento e do caráter da sociedade moderna,
- (3) suas diferentes propostas políticas.

Longe de simplesmente repetir o que outros textos esclarecem , estas três dimensões de análise vão nos permitir dar um tratamento novo ao conteúdo da obra dos clássicos. Para entender esta proposta de estudo, é importante situá-la em relação a outras abordagens.

Normalmente, o estudo da sociologia clássica é realizado segundo duas perspectivas: uma de caráter *histórico* e outra de caráter *sistemático*. Na primeira, o pensamento do autor é apresentado de acordo com sua evolução interna, acompanhando a própria construção cronológica de sua teoria. Apesar de nos parecer a mais adequada e mais fiel para entender a obra de cada autor, é um método bem mais complexo e que requer um desenvolvimento mais demorado. Outra perspectiva, bastante comum, busca apresentar um quadro sistemático do pensamento do autor estudado. Neste método, abstrai-se da história de construção do pensamento do autor e se apresenta uma síntese final de sua teoria.

Tomando estes dois esquemas como parâmetros, podemos dizer que este trabalho adota uma perspectiva de estudo sistemático. Portanto, neste ensaio, pretendemos apresentar um *esquema* que possibilite uma compreensão global e unitária dos aspectos

---

<sup>1</sup> GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 15.

mais importantes das obras dos autores estudados. Todavia, a inovação que gostaríamos de introduzir no estudo sistemático dos clássicos da sociologia é uma maior atenção ao seu *aspecto comparativo*. Ou seja, trata-se de apresentar um esquema teórico que permita ao estudante uma possibilidade de comparação entre os autores destacados. Pretende-se realçar especialmente as semelhanças e diferenças de cada teoria, em relação à aspectos que lhes sejam comuns, e que permitam uma avaliação crítica dos mesmos.

E é justamente em relação aos três aspectos acima mencionados, que nos parece residir a contribuição fundamental da obra de Durkheim, Weber e Marx. Cada um deles, (i) apresentou um aparato de conceitos e teorias para a interpretação da realidade social, (ii) formulou uma explicação para o mundo moderno e (iii) inspirou diferentes posicionamentos políticos diante da realidade social. Em outras palavras, se o primeiro eixo representa a contribuição **teórico-analítica** destes autores, o segundo representa sua contribuição **teórico-empírica** e, finalmente, o terceiro eixo diz respeito a dimensão **teórico-política**. Enquanto o primeiro eixo se preocupa em construir um caminho de interpretação da realidade (uma teoria sociológica), o segundo representa os resultados da pesquisa (ou seja, uma teoria da modernidade) e o terceiro uma teoria política, ou uma proposta de intervenção na própria realidade social.

Em resumo, é pelos caminhos teóricos que lançaram, pelas interpretações que fizeram e pelas opções que inspiraram, que Durkheim, Weber e Marx tornaram-se uma via fundamental para quem quer prosseguir na tarefa apaixonante da sociologia: descrever e explicar os fenômenos sociais.

## 2. Organização do texto

Tendo em vista esta proposta, nosso estudo começa fazendo algumas considerações sobre as origens da sociologia e uma análise daquele que é considerado o pai - fundador desta ciência: Augusto Comte. No primeiro capítulo, cada uma das dimensões de análise que servirão de referência para o estudo dos clássicos será devidamente detalhada. Neste capítulo, vamos esclarecer ao estudante, em minúcias, em que medida a dimensão teórico-analítica, a dimensão teórico-empírica e a dimensão teórico-política vão nos fornecer um roteiro de análise da teoria social clássica.

No restante do livro, dedicamos um capítulo para cada um dos fundadores da sociologia, sempre buscando suas teorias sociológicas, suas análises do mundo moderno e suas propostas políticas. No início de cada um destes capítulos, apresentamos uma resenha da vida e das obras de cada autor e, no final, uma breve bibliografia complementar (entre livros e artigos especializados) é sugerida, para que o próprio estudante possa enriquecer seus estudos com outras fontes e aprofundar os temas em questão.

Finalmente, o último capítulo do texto tem como objetivo realizar uma análise crítica e comparativa entre Durkheim, Weber e Marx. Neste capítulo final, vamos retomar cada um dos aspectos da obra destes autores, buscando no confronto entre eles seus limites e contradições, bem como seus acertos e contribuições.

Para terminar, gostaríamos ainda de esclarecer duas outras questões.

Em primeiro lugar, é importante destacar que este texto tem uma preocupação especialmente didática. Como dissemos, seu “lugar de origem” é a sala de aula, na discussão com alunos preocupados em entender os conceitos fundamentais da sociologia e, a partir deles, pensar a realidade no qual estamos inseridos. Procuramos sempre desenvolver uma linguagem simples e acessível, fazendo largo uso de metáforas, exemplos e esquemas diversos. Nossa preocupação é oferecer ao estudante uma porta de entrada ao estudo dos clássicos, sempre conscientes das limitações redutoras deste tipo de trabalho; bem como da necessidade de encaminhar o aluno a textos mais profundos e, acima de tudo, à leitura das obras dos próprios clássicos da sociologia.

Esta preocupação didática, por sua vez, nasce de uma profunda empatia com a obra dos clássicos, seja pelo esforço destes autores em entender a vida social moderna ( em sua totalidade e em suas características particulares), pela suas tentativas de elaborar categorias e teorias para abordar a realidade social e, enfim, pelo empenho e contribuição que cada um deles deu para a construção da sociologia como ciência e como atividade profissional. A leitura dos clássicos é sempre uma fonte rica para quem deseja compreender a atividade do sociólogo, partilhar suas preocupações e continuar suas atividades.

Enfim, o que esperamos, é que este trabalho desperte no leitor o mesmo interesse que nos move (e a tantos outros estudiosos) para retomar o estudo dos clássicos da sociologia, na busca de compreensão do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, que este trabalho possa conduzir o estudante na compreensão dos aspectos fundamentais da teoria social clássica, possibilitando-lhe uma chave de leitura que o introduza nos primeiros passos no estudo da sociologia. Se este trabalho, ainda que de forma humilde, puder alcançar o objetivo de abrir-nos uma porta de entrada que nos dê acesso à riqueza dos clássicos, já terá cumprido o seu papel!

## CAPÍTULO I SOCIOLOGIA: ORIGENS E ABORDAGENS

Antes de entramos propriamente no estudo dos clássicos da sociologia, é necessário esclarecermos algumas questões iniciais. Desta forma, poderemos entender o conteúdo destes pensadores com maior clareza.

Primeiro, é importante perceber que a sociologia tem também a sua história e nasceu e se desenvolveu dentro de um determinado contexto social. Por isso, este capítulo terá como objetivo fundamental situar os marcos históricos e sociais responsáveis pelo surgimento da sociologia. Em seguida faremos a apresentação da vida e do pensamento daquele que é considerado o fundador da sociologia: Augusto Comte. Finalmente, na terceira parte do texto, descreveremos com maiores detalhes as dimensões de análise que nos servirão como roteiros para o estudo dos clássicos da sociologia: a dimensão teórico-analítica, a dimensão teórico-empírica e a dimensão teórico-política.

### 1. ORIGENS DA SOCIOLOGIA

A sociologia é uma forma de saber científico originada no século XIX. Como qualquer ciência, ela não é fruto do mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo. Portanto, a sociologia tem também as suas causas históricas e sociais. Compreender o contexto no qual a sociologia nasceu é fator fundamental para se entender as suas características atuais.

É claro que do **ponto de vista histórico-social**, inúmeros fatores poderiam ser apontados como marcantes para o surgimento da sociologia. No entanto, três acontecimentos costumam ser destacados como fundamentais para este processo, pois eles afetaram diretamente as bases sociais da convivência humana.

O primeiro acontecimento é de *ordem econômica*. O século XIX presenciou uma das mais intensas, rápidas e profundas transformações sociais que a história já presenciou: a *revolução industrial*. O surgimento das máquinas alterava completamente as formas de interação humana, aumentando a produtividade e instaurando novas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Junto com as mudanças econômicas vinham a migração, a urbanização, a proletarianização, novas formas de pobreza e uma série de outros fenômenos sociais radicalmente novos.

Mas, antes disto, no século XVIII, a Europa já tinha passado por um profundo abalo, com a *revolução francesa* de 1789. A revolução francesa foi um fenômeno da maior importância. A queda da monarquia e a progressiva instauração do sufrágio eleitoral democrático, os direitos do homem e as noções de liberdade, fraternidade e igualdade foram um tremendo terremoto nas tradições políticas da Europa. A revolução francesa trazia novos ideais políticos e inaugurava novas formas de organização do poder. Trata-se, portanto, de um acontecimento de *ordem política*.



Junto com a revolução francesa consagrava-se também uma nova forma de pensar e entender filosoficamente o mundo: o *iluminismo*. O iluminismo foi, antes de tudo, um movimento intelectual que tinha como objetivo entender e organizar o mundo a partir da razão. Para filósofos como Voltaire, Rousseau, Diderot, D'Alembert e outros, a razão era a luz que sepultaria as trevas, representadas sobretudo pela monarquia e pela religião.

Na verdade, esta transformação cultural já vinha ocorrendo há muito tempo, especialmente a partir do *renascimento* (século XV). Embora o renascimento tenha sido mais forte no campo das artes, ele tinha como intenção geral colocar o homem ( antropocentrismo ) no lugar de Deus (teocentrismo). O iluminismo tratou de acrescentar ao renascimento o potencial da razão humana, que levaria o homem a sua plena maturidade, como diria o famoso filósofo Immanuel Kant. O renascimento e o iluminismo, portanto, são acontecimentos de *ordem cultural*.

Como podemos perceber, as transformações apontadas acima mexeram profundamente nas estruturas fundamentais da sociedade, alterando os rumos da história, desencadeando novas relações sociais, bem como novas formas de luta política. Na verdade, as revoluções industrial e francesa e o iluminismo começaram um movimento de transição entre o que hoje nós chamamos de idade média e a idade contemporânea. A idade moderna alterou definitivamente os aspectos culturais, políticos e econômicos da sociedade e deu início a estruturação do mundo no qual nós vivemos hoje. Podemos ver isto de uma forma bastante resumida, com o quadro abaixo:

ASPECTOS	IDADE MÉDIA	IDADE MODERNA	I/CONTEMPORÂNEA
Cultural	Teocentrismo	Renascimento Reforma Iluminismo	Antropocentrismo
Político	Regimes Monárquicos	Revolução Francesa	Regimes Democráticos
Econômico	Economia agrária	Revolução Industrial	Economia industrial
	476 d.c.	1.453 d.c.	1.789 d.c.

Naturalmente, o conjunto destas transformações precisava ser explicado e compreendido pela razão humana. Afinal, ele gerava nas pessoas a sensação de que o mundo estava em “crise” e algo precisava ser feito. Quais as causas destas transformações? Para onde elas apontavam? De que modo elas alteravam as formas de sociabilidade humana? O que fazer diante destes novos fatos? De que forma as forças sociais em luta, podiam se posicionar diante destes fenômenos? Estas eram algumas das perguntas que assolavam os homens do século XIX, e que precisavam de alguma resposta.

A partir do século XIX, portanto, *a vida social passou a ser um “problema”* para as pessoas. Percebeu-se que era preciso entender o que se passava com a sociedade para explicar como as pessoas viviam e, principalmente, como se posicionar diante do que estava acontecendo.

É importante ressaltar que este clima de mudanças e incertezas, contrastava profundamente com a ordem cultural da idade média. No período medieval, com o predomínio das concepções cristãs, o tempo e a sociedade eram vistos como algo fixo e imutável, reflexo, de alguma forma, da vontade do Deus criador. A sociedade, como tal, não era uma questão percebida pelas pessoas e não tinha muito destaque no pensamento.

Além disso, até o século XIX, entre os poucos pensadores preocupados com questões sociais, a sociedade só era analisada com o auxílio da filosofia política. Além de limitar seu campo de análise ao fenômeno do poder (Estado), a filosofia é uma forma de saber especulativo, que não dispõe dos elementos essenciais do método científico: a observação e a experimentação. Assim, do **ponto de vista sócio-intelectual**, o desenvolvimento da ciência (cujas origens remontam ao século XV), foi fundamental para o surgimento da sociologia. Afinal, a sociologia é uma interpretação CIENTÍFICA da realidade social.

De modo geral, o nascimento da ciência também coincide com o desenvolvimento do mundo moderno. Com René Descartes, por exemplo, o pensamento ganha uma nova forma de operar, chamada pelo autor de dúvida metódica, o que rompe com certos dogmas incontestáveis da idade média. Com os filósofos empiristas, como David Hume e John Locke, é a observação dos fatos que adquire proeminência: os fenômenos empíricos são vistos por eles como a origem do conhecimento. Finalmente, no século XVII, Francis Bacon começa a elaborar os fundamentos do método científico, caracterizado pela observação sistemática da realidade, elaboração de hipóteses, experimentação e, finalmente, pelas generalizações ou formulação de leis. Aplicada ao estudo dos fenômenos físicos, tal metodologia adquire notoriedade através das pesquisas de Galileu Galilei, Newton e muitos outros. Com o aperfeiçoamento do método científico, ele se universaliza e passa a ser incorporado em todas as ciências, constituindo-se assim no elemento central que define o pensamento moderno.

Foi somente com o surgimento do método científico, que os homens do século XIX tiveram um instrumento radicalmente novo para entender a sociedade, e enfrentar os dilemas que o mundo moderno trazia. O que se desejava, portanto, era aplicar o método científico (observação, experimentação, etc.) ao estudo dos fenômenos que ocorriam na sociedade. A ciência da sociedade tinha pela frente três questões essenciais para a compreensão das transformações sociais que apontamos anteriormente:

- Quais as *causas* das transformações sociais?
- Quais as *características* da sociedade moderna?
- O que *fazer* diante das transformações sociais?

Foi para responder a este conjunto de questões que, em 1830, Augusto Comte, apresentou em seu livro “Curso de Filosofia Positiva” a idéia de fundar uma “*Física Social*”, que seria um saber encarregado de aplicar o método científico para o estudo da sociedade. Com uma ciência que nos mostrasse as leis de funcionamento da sociedade, dizia ele, poder-se-ia enfrentar os problemas do mundo moderno, pois, na concepção científica de Comte, é preciso “prever para prover”!

Em 1836, Augusto Comte alterou o nome desta ciência para “**sociologia**” (do latim socius + lógos que significa estudo do social), nome que perdura até hoje. Augusto Comte passou para história como o fundador da sociologia, razão pela qual o estudo de seu pensamento é ponto obrigatório para todos os estudantes de ciências sociais.

## 2. AUGUSTO COMTE



Augusto Comte nasceu no dia 19 de janeiro de 1791, em Montpellier, de família católica e monarquista. Em 1816 é admitido na École Polytechnique de Paris e, em 1817, torna-se secretário de Saint Simon, com o qual rompe em 1824. Em 1832 é nomeado assistente de análise e de mecânica na École Polytechnique, onde mais tarde também se tornaria professor.

A influência desta escola sobre o pensamento de Augusto Comte se deve a importância que dava aos estudos matemáticos e científico-tecnológicos, o que refletia o espírito de progresso e de desenvolvimento cultivado no século XIX. Mas, o pensador é desligado da escola em 1851. Comte também é conhecido por ter dedicado os anos finais de sua vida à organização da “religião da humanidade”, para o qual escreveu até um catecismo: o “Catecismo Positivista”. Em sua igreja ou religião, a deusa razão ocupava o lugar da crença em divindades; grandes pensadores, o lugar dos santos; bem como havia festas religiosas e determinações sobre a organização dos templos. Esta doutrina filosófica exerceu enorme influência no Brasil, que adotou o lema deste pensador em sua bandeira nacional: “ordem e progresso”! Comte morreu em Paris no dia 5 de setembro de 1857.

Entre as suas principais obras, podemos citar:

- 1824 – Sistema de Política Positiva
- 1830 – Curso de Filosofia Positiva
- 1851 – Sistema de Política Positiva
- 1852 - Catecismo positivista: sumária exposição da religião universal
- 1856 - Síntese subjetiva ou sistema universal de concepções próprias ao estado normal da humanidade.

Augusto Comte pode ser considerado um dos mais destacados representantes do movimento iluminista, ou seja, daquela concepção de que a razão [ou a ciência] deve ocupar o lugar da religião na organização da sociedade. Entre as influências diretas que Comte recebeu do iluminismo é importante lembrar a importância de *Condorcet* (1743-1794). Em sua principal obra, “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano” este pensador sustenta que, assim como Galileu aplicou o método matemático ao

estudo da realidade física, a precisão do cálculo deveria também ser estendida ao estudo dos fenômenos sociais.

Mas, a idéia de aplicar os métodos das ciências da natureza para o estudo da sociedade receberia um impulso ainda maior com *Saint Simon* (1760-1825), do qual Augusto Comte foi colaborador entre os anos de 1817 e 1824. Um dos primeiros escritores a pensar a realidade da sociedade industrial, Saint Simon retoma a idéia básica de Condorcet, no sentido de aplicar as descobertas do método científico ao estudo dos fatos morais [sociais], no sentido de torná-la uma ciência “positiva”: “não há duas ordens de coisas, há apenas uma: é a ordem física”, dizia este pensador. Para Saint Simon, a sociedade moderna modificou o mundo feudal, baseado na aliança entre o poder espiritual (igreja) e o poder temporal (militar). A re-organização da sociedade moderna exigia a união entre a ciência positiva (novo poder espiritual) e os empresários (novo poder temporal) para o pleno desenvolvimento e equilíbrio do mundo industrial nascente. Assim, o mundo dos conflitos militares da sociedade medieval seria substituído pela união pacífica de todos na sociedade industrial.

Foi retomando e desenvolvendo estas idéias que Augusto Comte é considerado o fundador do **positivismo**. O termo positivismo é uma daquelas noções fundamentais para a sociologia. Visando seu entendimento, vamos apresentar esta categoria em duas dimensões distintas, mas inter-relacionadas, que vão nos ajudar a esclarecer seu significado: sua dimensão filosófica e sua dimensão sociológica.

Na sua dimensão filosófica, o positivismo corresponde a idéia de que a ciência é a única explicação legítima para a realidade. A dimensão sociológica, por sua vez, é uma maneira de entender o uso do método científico na sociologia: trata-se de noção de que a sociologia deve adotar os mesmos métodos das ciências da natureza.

POSITIVISMO	Dimensão Filosófica	Superioridade da ciência
	Dimensão Sociológica	Método das ciências da natureza

A *dimensão filosófica* do positivismo corresponde à famosa lei dos três estados (ou estágios) de Augusto Comte, onde ele define a sua concepção do que é a ciência. Segundo esta teoria, a evolução da humanidade está condicionada pelo progresso do conhecimento, que acontece em três fases fundamentais: estado teológico, estado metafísico (filosófico) e estado positivo (científico). De acordo com o autor, em cada uma destas fases, o homem tem diferentes formas de explicar os fenômenos da realidade. Vejamos como isto ocorre.

- 1. Estado teológico:** Neste momento, explicam-se os diversos fenômenos através de causas primeiras, em geral personificadas nos deuses. Portanto, já se percebe que os fenômenos são explicados através de “causas”, mas elas são atribuídas à divindade. O estado teológico subdivide-se em:

- a) **fetichismo**: o homem confere vida, ação e poder sobrenaturais aos seres inanimados e aos animais;
- b) **politeísmo**: o homem atribui às diversas potências sobrenaturais, ou deuses, certos traços da natureza humana (motivações, vícios e virtudes, etc.);
- c) **monoteísmo**: quando se desenvolve a crença em um deus único.

2. **Estado metafísico**: as causas divinas são substituídas por causas mais gerais – as entidades metafísicas – buscando nestas entidades abstratas (idéias) explicações sobre a natureza das coisas e a causa dos acontecimentos. Assim, o princípio da causalidade é atribuído a “essências” que estariam nos objetos e os definiriam.

3. **Estado positivo ou científico**: o homem tenta compreender as relações entre as coisas e os acontecimentos através da observação científica e do raciocínio, formulando leis; portanto, não procura mais conhecer a natureza íntima das coisas e as causas absolutas. As causas primeiras e absolutas são substituídas pela observação da relação entre os fenômenos, mediante a rigorosa pesquisa científica.

Para Augusto Comte, a evolução do conhecimento é comparada à evolução do ser humano. Assim, se a religião representa a infância da humanidade, a filosofia (metafísica) representa a adolescência e, finalmente, só com a ciência o homem adquire sua plena maturidade, ou seja, atinge um estado “positivo”. O esquema da evolução da humanidade, portanto é este:

RELIGIÃO →→→→→→FILOSOFIA →→→→→→→→→→ CIÊNCIA  
 (Infância) (Adolescência) (Maturidade)

O que este esquema deixa claro é que, do **ponto de vista filosófico**, o positivismo sustenta que a ciência é a única explicação razoável e legítima para a realidade. A religião e a filosofia conduzem o homem ao engano e serão substituídas pelo avanço do conhecimento científico. É somente com a ciência que o homem terá um completo conhecimento e domínio do mundo que o cerca. Este é o conteúdo básico do positivismo.

O positivismo, no entanto, significa muito mais do que a afirmação da superioridade da ciência sobre os outros saberes. Ele representa também um “modelo de ciência”, ou ainda uma concepção específica de como a ciência deve proceder para explicar a realidade. Para entendermos como este modelo influenciou a **dimensão sociológica** do pensamento de Augusto Comte, precisamos abordar a concepção de sociologia formulada por este pensador.

Para o pensador de Montpellier, as ciências não evoluíram todas aos mesmo tempo. Quando a humanidade chegou ao estado positivo, foi necessário que elas se desenvolvessem de acordo com a complexidade de seus objetos, começando pelos mais simples até chegar aos mais complexos. De acordo com Comte (1978, p.09), a história das ciências passou por várias fases. Segundo ele, : ” *já que agora o espírito humano fundou a física celeste; a física terrestre, (...); a física orgânica, seja vegetal, seja animal; resta-lhe, para terminar o sistema das ciências de observação, fundar a física social.* “. Em outros termos, trata-se das seguintes fases:

Matemática → Astronomia → Física → Química → Biologia → Sociologia

Como você pode perceber, a sociologia seria a última das ciências, aquela que completaria o quadro geral do conhecimento positivo. A sociologia é entendida por Comte de modo amplo, incluindo-se nela a filosofia, a história, a moral e até a psicologia. Como a sociologia representa uma continuidade quase natural em relação aos outros tipos de ciência (física, química, biologia, etc.), Comte achava que ela teria que proceder da mesma forma que estas ciências, ou seja, sua função seria estabelecer um sistema completo de leis que explicassem o comportamento dos homens na sociedade. Para Comte, as ciências possuíam a mesma forma de proceder e, cabia a sociologia, ciência que estava nascendo, adotar o método das ciências mais maduras e mais desenvolvidas. Para realizar esta tarefa, Comte afirmava que a sociologia dividia-se em dois campos essenciais: a estática e a dinâmica.

- a) *estática social*: estuda as condições constantes da sociedade ou a ordem;
- b) *dinâmica social*: estuda as leis de desenvolvimento histórico de qualquer sociedade, ou seja, o progresso.

Ora, com base nestes esclarecimentos, já temos as condições essenciais para definirmos o que seja o positivismo, do ponto de vista da sociologia. De acordo com Löwy (1994, p. 17), o positivismo está fundamentado em um conjunto de premissas que formam um todo coerente e operacional:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social reina uma harmonia natural;
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como naturalismo positivista) e ser estudada pelos mesmos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza.
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e a explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as noções e preconceitos.

Como podemos perceber, a dimensão sociológica do positivismo tem como base sua dimensão filosófica. Afinal, se a única explicação coerente da realidade é dada pela ciência, e o único método possível para a ciência é explicar a realidade a partir de relações necessárias entre os fenômenos (como fazem as ciências da natureza), é claro que a sociologia (que é uma ciência) só poderia proceder da mesma forma. Ou seja, ela deve assimilar o método das ciências naturais e verificar quais são as leis que operam na realidade social. Além disso, como qualquer ciência natural (a física, a química, a biologia, etc.), a sociologia também seria um saber “neutro” e puramente “objetivo”. Este é o conteúdo básico do positivismo em sociologia.

Com Augusto Comte estavam lançadas as bases da sociologia. Reunindo as contribuições dos principais pensadores de seu tempo, este pensador teve o mérito de propor uma definição e um método para o estudo dos fenômenos sociais que até então

ainda não havia sido formulada. Por tudo isso, nada mais justo do que considerar Augusto Comte como o pai fundador da sociologia.

### 3. DIMENSÕES DE ANÁLISE

Feitas estas considerações iniciais, através das quais tivemos um conhecimento mínimo da origem da sociologia, vamos voltar a falar de um assunto que começamos em nossa introdução. Por que Durkheim, Weber e Marx são considerados os autores “clássicos” da sociologia?

Ora, em nossa exposição, assumimos a tese de que estes autores deixaram para a sociologia três contribuições que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento desta ciência, que são:

1. Uma teoria sociológica (dimensão teórico-analítica);
2. Uma teoria da modernidade (dimensão teórico-empírica);
3. Um projeto político (dimensão teórico-política).

A importância de distinguir cada uma destas dimensões, é que elas nos permitem fazer uma análise comparativa entre os autores, e entender a originalidade e a importância de cada um. Assim, Durkheim, Weber e Marx são importantes para a sociologia, porque eles foram os primeiros a oferecer respostas para as três questões formuladas acima. O quadro abaixo, que elenca os principais conceitos formulados por estes pensadores, procura deixar isto muito claro:

	TEORIA SOCIOLÓGICA	TEORIA DA MODERNIDADE	PROJETO POLÍTICO
DURKHEIM	Sociologia Funcionalista	Divisão Social do Trabalho	Conservador
WEBER	Sociologia Compreensiva	Racionalização da Cultura e da Sociedade	Neutralidade Absoluta
MARX	Sociologia Histórico-Crítica	Modo de Produção Capitalista	Revolucionário

Cada conceito sociológico acima terá o seu devido tratamento e será desenvolvido nos capítulos seguintes. Por ora, é importante salientar que, a partir destes conceitos, estes autores condicionaram todo o desenvolvimento posterior desta disciplina. Uma boa parte das tarefas da sociologia contemporânea é retomar os problemas dos clássicos e verificar até que ponto seus conceitos e suas colocações são válidas ou exigem novas respostas.

Todavia, antes de prosseguir, é importante fazer um último esclarecimento. A divisão que fizemos da teoria de Durkheim, Weber e Marx em três diferentes dimensões, não pode nos dar a falsa impressão de que se trata de fenômenos isolados, como se cada um destes aspectos pudessem ser completamente separados entre si. Pelo contrário, trata-se de dimensões que estão inter-relacionadas e que, para serem compreendidas, precisam ser vistas como fazendo parte de um todo orgânico. Estas dimensões, como já acentuamos, tem

uma finalidade meramente didática e buscam proporcionar-nos elementos para uma análise comparativa. Nas próximas páginas, vamos clarificar melhor o que são estas dimensões de análise.

### **3.1. Dimensão teórico-analítica**

Toda ciência tem como objetivo básico explicar fenômenos que ocorrem na realidade. No entanto, para realizar esta tarefa, cada ciência precisa definir qual é a sua área de estudo e quais são os métodos e técnicas que ela julga os mais adequados para explicar os fenômenos que ela estuda. Se cada ciência não tiver resolvido estas questões antes, a pesquisa não leva a lugar nenhum.

Este, portanto, foi o primeiro desafio que os fundadores da sociologia enfrentaram. No decorrer do processo de pesquisa, era necessário, antes de qualquer coisa, definir a sociologia (dizer o que ela é); como ela se relaciona (e se distingue) das outras ciências, definir sua área de estudo e, finalmente, dizer qual é a sua metodologia de análise. É este conjunto de temas que nós vamos denominar neste trabalho de “**teoria sociológica**”. Portanto, a teoria sociológica diz respeito a um conjunto de conceitos, responsáveis pela definição da sociologia e pela determinação de seus métodos de estudo.

Para estudarmos a teoria sociológica, é importante distinguir dois tipos de questões: as questões epistemológicas e as questões metodológicas. É claro que em suas exposições, os clássicos da sociologia não separaram estes aspectos de uma forma rígida. Mas, a separação didática entre estas questões nos ajuda a perceber que em cada teoria sociológica estão presentes não só um conjunto de pressupostos filosóficos (que vamos chamar de epistemologia), mas também um conjunto de procedimentos que tem em vista a análise da realidade (que vamos chamar de metodologia). Para entender melhor tudo isto, vamos esclarecer, em separado, o que significa cada um destes conjuntos de questões:

#### **a) Epistemologia**

Estabelecer os fundamentos filosóficos de uma ciência, é uma tarefa que começa antes da investigação científica. Por isso, antes de partirem para a análise da sociedade, os fundadores da sociologia tiveram que se defrontar com um complexo debate com a teoria do conhecimento: o ramo da filosofia que reflete sobre os problemas da origem, validade e da própria possibilidade do conhecimento, especialmente do conhecimento de tipo científico.

Falar de teoria do conhecimento é entrar em um debate profundo, que tem uma longa trajetória na história da filosofia. Mas, para simplificar este debate, podemos dizer que a teoria do conhecimento (ou epistemologia, quando aplicada ao caso da ciência) procura compreender como se dá a relação entre o “sujeito” (aquele que procura conhecer o mundo que o cerca) e o “objeto” (ou aquilo que está sendo examinado ou compreendido, seja o “mundo” em sua totalidade ou mesmo um aspecto do mundo).



Embora haja um consenso entre os filósofos de que a compreensão do conhecimento se dá mediante a relação entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento, cada filósofo - ou teoria filosófica - acaba dando um peso diferente sobre a questão de qual destes elementos é determinante para a origem do conhecimento. Sobre esta questão, duas posições se destacam.

Para os filósofos *empiristas*, o fator determinante na origem do conhecimento é a própria realidade, ou seja, o objeto. Nesta concepção, o homem é como uma “tábula rasa”, no qual a experiência ou os sentidos vão imprimindo suas informações. As idéias (ou o conhecimento) derivam da experiência sensível. À medida que o sujeito vai acumulando novas experiências, novas informações vão sendo acrescidas.

Em contrapartida, para os filósofos *racionalistas*, o fator determinante na origem do conhecimento é o sujeito. Embora os adeptos do racionalismo filosófico não desprezem o papel das experiências sensoriais, eles afirmam que o papel primordial do ato de conhecer cabe ao sujeito. Assim, mediante certas categorias mentais que são inatas nos indivíduos, ele organiza os dados da experiência, e só depois é que se forma um sistema de conhecimentos. O papel determinante no ato de conhecer, portanto, cabe ao sujeito.

Você pode até achar que estas posições filosóficas são muito abstratas, e que esta discussão está bem longe de uma ciência preocupada com o “mundo real” ou social, como é o caso da sociologia. No entanto, a maneira de entender como se dá a construção do conhecimento vai afetar diretamente as propostas teóricas dos clássicos da sociologia. Vejamos por que.

Ora, porque este debate é fundamental para a construção da sociologia? De que forma esta questão filosófica vai influenciar a construção de uma teoria sociológica? Acontece que, conforme optaram por uma ou outra das posições sobre a origem do conhecimento (racionalismo ou empirismo), cada um dos clássicos desta ciência construiu diferentes visões de como se dá a relação entre indivíduo e sociedade e como esta relação afeta o tipo de método científico que eles julgavam mais adequado para as ciências sociais. Vejamos este assunto com mais cuidado.

1<sup>a</sup>) *Indivíduo e sociedade*. Partindo da distinção entre sujeito e objeto, os teóricos da sociologia se perguntaram qual deve ser o ponto de partida da análise sociológica. Ou, em outros termos: para explicar a realidade social é necessário partir do sujeito (indivíduo) ou do objeto (sociedade)? Qual a relação que existe entre indivíduo e sociedade: é a sociedade que explica o indivíduo ou é o indivíduo que explica a sociedade? Para as teorias sociológicas que conferem uma posição privilegiada ao objeto no processo de conhecimento, a explicação sociológica deveria mostrar como a sociedade (que é o objeto) explica a vida dos indivíduos. Mas, para as teorias sociológicas que partiam do pressuposto de que a origem do conhecimento se dá mediante o papel ativo do sujeito, o indivíduo é que deveria ser o fundamento lógico da explicação sociológica.

2<sup>a</sup>) *Características do método científico*. Aqui, trata-se de esclarecer quais devem ser as características do método sociológico. Assim, se o papel do conhecimento cabe ao objeto, o método científico deve ser tal que permita mostrar como a sociedade é uma

realidade objetiva que molda a vida dos indivíduos. Mas, se o papel do conhecimento é atribuído em primeira instância ao sujeito, o método científico deve demonstrar de que forma o indivíduo (sujeito) é a origem das instituições sociais. Para os sociólogos que adotam a primeira posição epistemológica (método empirista/objetivista), a sociologia deveria adotar os mesmos métodos das ciências da natureza (como a física e a química, por exemplo). Afinal, estas ciências já lidavam com realidades objetivas (a natureza) que funcionam de modo independente da ação do homem. Por isso, basta que a sociologia adapte este método para seu objeto próprio, que é a sociedade. Mas, para os sociólogos que adotam a segunda posição epistemológica (método racionalista/subjetivo), a sociologia deveria construir um método próprio, diferente das ciências da natureza. Afinal, as ciências sociais lidam com realidades que são frutos da ação do homem, e que não tem nada a ver com a natureza. Por isso, a sociologia deve construir novos métodos para entender como se dá a ação e a interação entre os homens e como este processo dá origem às instituições sociais.

## b) Metodologia

Só depois de terem enfrentado estas difíceis questões filosóficas é que os fundadores da sociologia tiveram condições de formular a **metodologia** de análise desta nova ciência. Ao contrário da questão anterior, essencialmente “teórica”, a metodologia de análise diz respeito ao conjunto de procedimentos que a sociologia deveria adotar para explicar os fenômenos sociais. Trata-se, portanto, de uma questão bem mais “prática” que a anterior. A preocupação aqui está em “como fazer” ou como proceder para entender a realidade pesquisada.

Por isso, na elaboração de sua metodologia, cada pensador se preocupou em delimitar qual a área de estudo da sociologia, bem como demonstrar quais os procedimentos necessários para explicar aquele conjunto da realidade. Em se tratando de metodologia científica, é muito comum os autores chamarem o primeiro destes aspectos de objeto material, e o segundo, de objeto formal da ciência. Enquanto o primeiro (objeto material) procura responder “o que” cada ciência estuda, o objeto formal diz respeito ao modo como cada ciência procura explicar os fenômenos estudados: os métodos usados, as técnicas, os procedimentos, etc.

Delimitar, como o próprio nome já indica, significa “colocar limites”. Quais as fronteiras entre o que é natureza, indivíduo e sociedade? Onde começa um e termina outro? Por outro lado, quando dizemos que algo é “social” ou faz parte da “sociedade”, o que isto significa? Quais são os elementos que fazem parte deste conjunto amplo que chamamos de “social”? Todo este conjunto de questões é o que nós podemos chamar de *objeto material* da sociologia. Ao se defrontarem com estas questões, os clássicos da sociologia estavam determinando o objeto de estudo da sociologia e estabelecendo os limites de sua área de estudo.

Uma vez identificado o objeto de estudo da sociologia, começa a tarefa de responder “como” esta ciência vai proceder para explicar, cientificamente, o conjunto da realidade que lhe foi determinado. Trata-se, então, de delimitar o *objeto formal* da sociologia, ou seja: os seus métodos de estudo. Isto implica em dizer como ela vai proceder, a partir de

que enfoque e de que maneira específica a sociologia vai aplicar o conjunto dos procedimentos científicos para a explicação de seu objeto de análise.

Para entendermos a importância da distinção entre o objeto material e o objeto formal na ciência, vamos ilustrar esta questão com um exemplo. Como você sabe, no conjunto das ciências sociais existem várias ciências que tratam do fenômeno político: a sociologia política, a ciência política e a antropologia política. Usando os conceitos anteriores, fica fácil perceber que ambas as ciências partilham do mesmo objeto material: a política! Até aí todas são iguais. Todavia, o aspecto que distingue estas ciências umas das outras é seu método de estudo ou a maneira própria como cada uma delas aborda o fenômeno político. Este segundo aspecto diz respeito ao objeto formal de cada ciência. Como você pode notar, delimitar o objeto material e o objeto formal de uma ciência é fundamental para estabelecer as características que definem esta mesma ciência, definir como ela se distingue das demais e qual é a sua tarefa específica no quadro das ciências.

Finalmente, vale lembrar que a distinção entre os aspectos epistemológicos e metodológicos de cada teoria sociológica é bastante tênue, pois ambas estão intimamente relacionadas. No entanto, diferenciar estas questões pode nos ajudar a entender melhor as teorias sociais. Por causa disto é que optamos por esta divisão. O importante é perceber que a teoria sociológica (tanto nas questões epistemológicas ou metodológicas) constitui o instrumento de análise da sociologia para aquela que é sua tarefa principal: a interpretação da realidade social. Para terminar, façamos um resumo do conteúdo apresentado:

TEORIA SOCIOLÓGICA	
EPISTEMOLOGIA	Indivíduo x sociedade
	Características do método científico
METODOLOGIA	Objeto material (o que estuda)
	Objeto formal (como estuda)

### 3.2. Dimensão teórico-empírica

De modo simplificado, poderíamos dizer que uma “teoria sociológica” é como uma ferramenta de trabalho. Seu objetivo é colocar na mão do pesquisador um conjunto de *instrumentos* para entender a realidade pesquisada. Porém, a finalidade da teoria não está voltada para si mesma. Pelo contrário, se os clássicos da sociologia se dedicaram tanto a formular suas teorias sociológicas, é porque eles estavam preocupados em entender a realidade na qual eles estavam inseridos. É aqui que está o centro da obra de cada um deles: a compreensão do mundo moderno, seus processos de origem, seus elementos estruturantes, sua dinâmica de desenvolvimento e transformação.

Por esta razão, a dimensão que estamos chamando de “teórico-empírica” diz respeito aos *resultados das pesquisas* dos sociólogos. Como pesquisadores, o que os interessava era compreender e explicar a dinâmica das transformações do mundo moderno. E, como nós já demonstramos antes, os homens do século XIX tinham clara consciência de que seu modo de viver estava em “crise”. Cabia aos sociólogos procurar dizer porque a

realidade estava se alterando e quais as características da nova ordem social que começava a nascer.

Os clássicos da sociologia foram os primeiros intérpretes do mundo moderno. O que eles nos ajudaram a entender é que a modernidade implica em uma profunda ruptura com o passado, trazendo novas formas de organizar a produção (economia), distribuir o poder (política) e compreender a existência (cultura). E foi justamente para explicar as diferenças do mundo moderno com as sociedades do passado, bem como entender o motivo destas mudanças, que os teóricos da sociologia fizeram as suas análises empíricas. Portanto, na **análise da modernidade**, cada um dos teóricos já mencionados tinha sua interpretação sobre estes três problemas fundamentais:

- 1º) As características da sociedade tradicional;
- 2º) Os fatores da mudança da sociedade;
- 3º) As características do mundo moderno (modernidade).

Usando como critério de análise as etapas da história, podemos dizer que os clássicos da sociologia nos ofereceram:

- *idade antiga-feudal*: uma análise sociológica das sociedades do passado;
- *idade moderna*: uma explicação para o conjunto de transformações que deu origem ao mundo moderno;
- *idade contemporânea*: as primeiras e principais caracterizações do mundo contemporâneo;

Cada um destes aspectos (ou etapas) foi intensamente discutido e interpretado por Durkheim, Weber e Marx, que tinham diferentes explicações sobre este amplo processo de mudança social, para o qual formularam um conjunto de teorias e conceitos que o quadro abaixo procura ilustrar:

	<i>IDADE ANT/MEDIEVAL</i>	<i>IDADE MODERNA</i>	<i>IDADE CONTEMPORÂNEA</i>
	<i>Soc/Tradicional</i>	<i>Mudança Social</i>	<i>Modernidade</i>
<i>DURKHEIM</i>	Solidariedade Mecânica	Divisão Social do Trabalho	Solidariedade Orgânica
<i>WEBER</i>	Sociedades Teocêntricas	Racionalização (desencantamento)	Sociedade Secularizada
<i>MARX</i>	Modo de Produção Antigo e Feudal	Revolução Industrial	Modo de Produção Capitalista

A análise do significado de cada uma destas teorias ou conceitos será feita quando estudarmos cada autor em separado. No entanto, já se pode notar que cada um dos

clássicos da sociologia optou por diferentes modos de explicar o nascimento da modernidade e as características da sociedade atual. Estas interpretações, ainda hoje, são questões de debate. Como dissemos, visitar os clássicos e entender sua análise da modernidade é entender um pouco de nós mesmos e da sociedade na qual vivemos. Mais uma razão para o fascínio que eles ainda exercem nos intelectuais contemporâneos. Mais uma razão para voltarmos ao estudo de suas obras.

### 3. 3. Dimensão teórico-política

Quando a sociologia nasceu, o sentimento das pessoas era que a sociedade passava por uma profunda “crise”. Mais do que compreender o que estava acontecendo, a grande preocupação dos estudiosos do século XIX era saber que atitude tomar diante dos acontecimentos. A sociologia, como qualquer ciência, não tem apenas uma função teórica. Pelo contrário, se os homens do século XIX queriam entender a sociedade, é porque desejavam compreender os seus mecanismos de funcionamento e atuar sobre ela. A sociologia, desde cedo, tenta responder também há uma questão prática e, por esta razão, podemos dizer que ela possui uma função política.

A importância de se entender o projeto político subjacente em toda análise sociológica, deve-se a dois fatores básicos.

O *primeiro fator* é de ordem teórica. Se cada teoria sociológica assumiu uma atitude diferente em relação ao mundo moderno é porque enxergava a realidade de forma diferente. A medida que foram identificando quais as características do mundo moderno e, principalmente, quais os problemas típicos da sociedade moderna, os sociólogos também foram apontando as soluções que achavam mais adequados para resolver estes problemas. É assim que cada perspectiva sociológica foi desenhando também o seu projeto político. Afinal, como diz a sabedoria popular, a teoria condiciona a prática. Esquemáticamente:

No entanto, o inverso também é verdadeiro. Se havia explicações diferentes para a realidade social, é porque os teóricos da sociologia se comprometeram de forma diferente com o mundo moderno. Enquanto certos teóricos estavam preocupados com a defesa da ordem social que nascia, outros logo se opuseram a ela, ressaltando seus limites e contradições. Neste caso, foi a prática (política) que condicionou a teoria (sociologia). Por isso, podemos chamar este *segundo fator* como sendo de ordem prática.

Neste sentido, a sociologia apenas reflete um dos elementos fundamentais da sociedade moderna: a luta política pela interpretação dos rumos e também pela condução do mundo moderno, ou, como diria Marx, a *luta de classes*. Desde cedo, a sociologia se viu atravessada pelo conflito entre as forças promotoras da mudança social ( a burguesia), as forças que procuravam frear os processos de mudança (conservadores ou reacionários) e ainda as forças que questionavam os supostos ganhos e conquistas da sociedade moderna (o proletariado). A inserção dos sociólogos em uma ou outra destas classes sociais vai acabar se refletindo nas teorias sociológicas, que acabam traduzindo a visão de mundo destes grupos sociais em suas elaborações teóricas.

Assim, uma das primeiras questões que os clássicos da sociologia procuraram responder é como a sociologia se inseria neste complexo jogo da luta de classes, de seus diferentes interesses e de sua visão de mundo. Em resumo, cada um deles buscou responder qual seria a *função política* da sociologia.

Para um primeiro grupo de teóricos, a sociologia deveria ser uma ciência que, inspirada no modelo da sociedade feudal, deveria aspirar e mostrar o caminho para construir a ordem, a paz e a harmonia que existiam nas sociedades tradicionais. Para este modelo, a sociologia teria uma função *conservadora*. Caberia a esta ciência mostrar que, apesar das intensas mudanças que levaram a dissolução do mundo feudal-tradicional, o mundo moderno deveria estabilizar as suas instituições, como condição para o bom funcionamento da sociedade. A sociologia, neste caso, optou em favor das forças que lutaram pela instauração do mundo moderno: a burguesia. Esta concepção da ciência sociológica tornou-se a aliada da burguesia no sentido de preservar e manter as conquistas desta classe social.

Um segundo grupo de pensadores, todavia, afirmava que a sociologia deveria se manter distante da luta política, adotando uma postura de *neutralidade*. Nesta concepção, a sociologia estaria acima das lutas sociais e dos interesses de classe. Este grupo de pensadores se dividia entre aqueles que achavam que, em vista de sua neutralidade, a sociologia era a única que podia oferecer soluções “imparciais” e “objetivas” para os problemas sociais (soluções que estariam acima da luta de classes); e entre aqueles que achavam que a sociologia não era a responsável pela escolha das soluções a adotar: esta escolha caberia a sociedade. Para a sociologia restaria apenas a tarefa de mostrar os caminhos possíveis e as prováveis consequências das eventuais escolhas feitas pelos indivíduos.

No entanto, uma terceira posição partia justamente da crítica a este tipo de teoria. Para a postura *crítica* ou *transformadora*, a neutralidade não passava de uma forma dissimulada de apoiar a ordem social vigente e as classes sociais que lutavam pela sua conservação. Afinal, somente quem se beneficia com a situação social não luta pela transformação do “status quo”. Para os teóricos críticos, a sociologia deveria assumir com coragem uma atitude de negação do sistema vigente, lutando pela sua transformação e pela construção de uma nova forma de convivência social. Isto implicava, diziam estes teóricos, apoiar diretamente a classe social que estava excluída dos frutos do mundo moderno e que, justamente por isso, representava a maior força social interessada na transformação do sistema: o proletariado.

Em função destas e de outras motivações, podemos afirmar que a compreensão dos pressupostos ideológicos e políticos implícitos nas teorias sociológicas é fundamental para a compreensão da sociologia. Em primeiro lugar, porque a compreensão deste aspecto possibilita um estudo crítico destas teorias, apontando como as opções políticas dos cientistas sociais condicionaram estas mesmas teorias. E, em segundo lugar, porque a reflexão sobre as opções políticas da sociologia coloca o estudante diante da mesma questão. Que atitude assumir diante da realidade social? Quais os interesses que condicionam meu estudo da realidade? Em que medida minha inserção em determinada

classe social condiciona minha visão de mundo? De que forma posso me inserir nas lutas sociais? Qual a relação da ciência com a política?

Estes questionamentos continuam atuais e constituem, ainda hoje, problemas fundamentais para os cientistas sociais. De modo geral, os clássicos da sociologia apontaram as atitudes básicas desta ciência em relação à realidade social. Uma postura conservadora, a busca da neutralidade ou mesmo da transformação social são as opções políticas fundamentais da sociologia. Longe de estar distante ou mesmo imune das lutas sociais e políticas, procurar entender a realidade e fazer ciência também tem repercussões políticas. Fazer sociologia não deixa de ser um ato político, modificando, conforme as conclusões, a correlação de forças entre as classes sociais. Portanto, um debate sobre as opções políticas da sociologia constitui uma boa oportunidade para o estudante rever a forma pela qual ele mesmo se insere na sociedade, suas lutas e seus conflitos. Neste sentido, os clássicos da sociologia nos colocam diante desta questão e nos obrigam a pensar sobre nosso modelo de sociologia e sua relação com a realidade política.

#### **4. BIBLIOGRAFIA**

##### **a) Manuais e dicionários de ciências sociais**

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 8. ed. Brasília: UnB, 1995, 2. vols.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, Willian. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DEMO, Pedro. **Sociologia: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TRUJILLO-FERRARI, Alfonso. **Fundamentos de sociologia**. São Paulo: Mac Graw-Hill, 1983.

##### **b) Obras de teoria social clássica**

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CRUZ, M. Braga. **Teorias sociológicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

CUIN, Charles-Henry. **História da sociologia**. São Paulo: Ensaio, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FERREIRA, J. M. Carvalho. **Sociologia**. Lisboa: McGraw-Hill, 1995.

FORACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Livros Técnicos e científicos, Rio de Janeiro, 1980

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Presença, 1994.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Durkheim, Weber e Marx**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

ROCHER, Guy. **Sociologia geral**. 3. Ed. Lisboa: Presença, 1977.

STOMPKA, Piotr. **Sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TRINDADE, Liana. S. **As raízes ideológicas das teorias sociais**. São Paulo: Ática, 1980.

### c) Origem da sociologia

CASTRO, Ana Maria; DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao pensamento sociológico: Durkheim, Weber, Marx e Parsons**. 9.ed. São Paulo: Moraes, 1992, p. 03-30.

IANNI, Octávio. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Brasileiro**, Revista de sociologia da USP, n.01, p.23-24, 1989.

MARCELLINO, Nelson C. **Introdução às ciências sociais**. 4. ed. Papirus: Campinas, 1991.

### c) Augusto Comte

MORAES FILHO, Evaristo de. **Comte**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989 (coleção grandes cientistas sociais no 07)



### e) Dimensões de análise

Para terminar, o leitor pode conferir ainda alguns textos que exploram a leitura dos clássicos de acordo com uma das dimensões e análise que apresentamos neste livro.

1. *Dimensão teórico-metodológica*: LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1996.
2. *Dimensão teórico- empírica*: LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998, p. 35-58.
3. *Dimensão teórico-política*: MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

## CAPÍTULO II ÉMILE DURKHEIM



A pretensão de conferir à sociologia uma reputação verdadeiramente científica será o principal objetivo da obra do pensador francês Émile Durkheim (1858-1917). Seguidor do positivismo de Augusto Comte, toda obra de Durkheim está voltada para dotar a sociologia do que até então mais lhe faltava: um método de análise. Daí a sua importância para a história do pensamento sociológico.

Durkheim também forneceu para a sociologia estudos pioneiros na área da sociologia da religião e do conhecimento, bem como estudos empíricos sobre o fenômeno do suicídio. Além disso, este pensador é um dos grandes analistas do mundo moderno com sua tese da divisão social do trabalho. Através deste conceito, ele aponta para a complexidade da sociedade contemporânea, cuja marca característica é a diferenciação social e a especialização das funções, com todas as conseqüências que este fenômeno traz para a vida do homem, suas relações sociais e a própria organização da sociedade.

## I. VIDA E OBRAS

Émile Durkheim, sociólogo francês, filho de rabinos, nasceu em 15 de abril de 1858 na cidade de Épinal, Alsácia. Iniciou seus **estudos** primários no colégio daquela cidade e lhes deu continuidade em Paris, no Liceu Louis Le Grand e na École Normale Supérieure (1879). Teve como professores Fustel de Coulanges e Boutroux. Em 1882, Durkheim forma-se em filosofia e é nomeado professor em Sens, Saint Quentin e Troyes, iniciando neste período seu interesse pelas questões sociais.

Entre 1885 e 1886, Durkheim faz uma importante **viagem de estudos** para a Alemanha, para estudar ciências sociais. Na Alemanha (Lepzig e Berlim) entra em contato com Wilhelm Wundt (1832-1920), fundador da psicologia. Desta viagem, Durkheim retorna com a intenção de desenvolver a sociologia na França, visando torná-la uma ciência autônoma.

Em 1887 é nomeado professor de pedagogia e de ciência social na faculdade de **Bordeaux**, no sul da França. Trata-se do primeiro curso de sociologia criado em uma universidade. É neste período que Durkheim escreve suas principais obras e forma a base de seu pensamento social. Em 1893, ele defende sua tese de doutorado (A Divisão Social do Trabalho) e funda a revista “L’Anné Sociologique”, na qual foram publicados a maior parte dos trabalhos iniciais da escola sociológica francesa.

Adquirindo grande notoriedade, no ano de 1902, Durkheim é convidado para tornar-se professor suplente de pedagogia na Universidade de Sorbonne, em **Paris**. Em 1906 torna-se titular da cadeira e passa a lecionar paralelamente sociologia, que é transformada em cátedra no ano de 1913. No ano de 1914, começa na Europa a primeira guerra mundial. Com a morte de seu filho na guerra, Durkheim morre em Paris, no dia 15 novembro de 1917.

Além de ser um dos maiores clássicos da sociologia, Durkheim também é o responsável pela introdução desta ciência no ensino universitário. É com Durkheim que a sociologia adentra no mundo acadêmico e se firma definitivamente como ciência.

As principais obras de Émile Durkheim são:

- 1893 – A divisão social do trabalho
- 1895 – As regras do método sociológico

- 1897 – O suicídio
- 1912 – As formas elementares da vida religiosa

Além destes textos, pode-se mencionar ainda as seguintes obras póstumas do autor:

- 1922 – Educação e sociologia
- 1924 – Sociologia e filosofia
- 1928 – O socialismo

### **Contexto social e intelectual**

O período em que Durkheim viveu costuma ser chamado pelos historiadores de “belle époque”. Como o nome indica, este foi um período de progresso e otimismo, marcado por grandes invenções (eletricidade, avião, submarino, cinema, automóveis, etc.). Apesar deste clima de otimismo, já apareciam os problemas típicos da sociedade moderna (migrações, pobreza, criminalidade, etc.), chamados na época de “questão social”. Todo este contexto social, e sua ambigüidade característica, vai exercer uma grande marca no pensamento de Durkheim, que vai compartilhar do objetivo de consolidar as conquistas da sociedade moderna, eliminando o que ele julgava serem “problemas passageiros”.

Dentre as influências fundamentais para se entender a formação do pensamento de Durkheim, podem-se destacar três correntes de pensamento:

- **Positivismo:** partindo de Augusto Comte, Durkheim vai retomar a ênfase no poder da razão ( iluminismo ) e na superioridade da ciência (positivismo). Seu objetivo é fundar uma sociologia verdadeiramente “científica”, capaz de descrever as leis de funcionamento da sociedade e orientar o seu comportamento.
- **Evolucionismo:** a idéia de aplicar a noção de “evolução” da natureza, elaborada por Charles Darwin (1809-1882), para o estudo da sociedade, já tinha sido tentada pelo inglês Herbert Spencer (1820-1903). Segundo Lakatos (1990, p.43-44) a principal contribuição de Spencer consiste no argumento de que *“a evolução de todos os corpos (e, por analogia, a das sociedades) passa de um estágio primitivo, caracterizado pela simplicidade da estrutura e pela homogeneidade, a estágios de complexidade crescente, assinalados por uma heterogeneidade progressiva das partes”*.
- **Conservadorismo:** Edmund Burke (1729-1797), Joseph de Maistre (1754-1821) e Louis de Bonald (1754-1840) são filósofos que se opuseram às transformações trazidas pela revolução francesa de 1789. Estes filósofos criticavam o racionalismo e a agitação do mundo moderno. Pregavam um retorno aos ideais de estabilidade da idade média e sua ênfase na religião. Embora Durkheim não rejeitasse o progresso, a ênfase conservadora na ordem vai influenciar as posições políticas deste pensador.

## **II. TEORIA SOCIOLÓGICA FUNCIONALISTA**

Na sua principal obra, “As regras do método sociológico”, Durkheim afirmava que os sociólogos, até então, tinham se preocupado pouco com a questão do método em sociologia. Segundo o autor, chegou a hora da sociologia elaborar “ *um método mais definido e mais adaptado à natureza particular dos fenômenos sociais*” (1978, p. 84). A partir desta preocupação, Durkheim vai se tornar responsável pela elaboração de uma das principais teorias sociológicas da ciência social moderna: a teoria sociológica funcionalista.

## **2.1 Epistemologia**

Antes de criar propriamente seu método sociológico, Durkheim tinha que se defrontar com as duas questões-chaves da epistemologia sociológica : como ele concebia a relação entre indivíduo e sociedade e também como ele entendia o papel do método científico na explicação dos fenômenos sociais. Na resolução destas duas questões, podemos perceber claramente como o positivismo influencia e serve de pressuposto para a teoria durkheimiana.

### **a) A sociedade é superior ao indivíduo**

Ora, se de acordo com o positivismo, a explicação da realidade está condicionada pelo objeto, seria natural que Durkheim chegasse a mesma conclusão sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade: a sociedade (objeto) tem precedência sobre o indivíduo (sujeito).

Em outros termos, Durkheim afirmava que a explicação da vida social tem seu fundamento na sociedade, e não no indivíduo. Não que Durkheim estivesse afirmando que uma sociedade possa existir sem indivíduos (o que seria totalmente ilógico). O que ele desejava ressaltar é que uma vez criadas pelo homem, as estruturas sociais passam a funcionar de modo independente dos indivíduos, condicionando suas ações. Para Durkheim, a sociedade é muito mais do que a soma dos indivíduos que a compõem. Uma vez vivendo em sociedade, o homem dá origem a instituições sociais que possuem dinâmica própria. A sociedade é uma realidade “*sui generis*”: os homens passam, mas a sociedade fica. Por isto, a tarefa da sociologia deverá se encaminhar na explicação de como o todo (que é a sociedade) condiciona suas partes (os indivíduos), ou em linguagem epistemológica: como o objeto explica o sujeito; e não o contrário!

Em todas as obras de Durkheim nós vamos perceber que este pressuposto está presente. Tanto em suas explicações sobre a origem da religião, sobre o conhecimento, sobre o comportamento do suicídio e mesmo sobre a divisão social do trabalho; é a sociedade que age sobre o indivíduo, modelando suas formas de agir, influenciando suas concepções e modos de ver, condicionando e padronizando o seu comportamento. Ninguém mais do que Durkheim vai colocar tanta ênfase na força do social sobre nossas vidas, procurando sempre ressaltar que, em última instância, até mesmo a noção de que nós somos pessoas ou sujeitos individuais, não passa de uma construção social.

### **b) O método científico**

Continuador da obra de Augusto Comte, a principal preocupação de Durkheim era resgatar a intenção de fazer da sociologia uma ciência “madura”, tal como já acontecia com a física, a química, a astronomia e outras ciências da natureza.

Mas, o que seria uma ciência que atingiu a maturidade? Para Durkheim, a resposta estava no método. Partindo dos pressupostos levantados por Augusto Comte, Durkheim vai se preocupar em dotar a sociologia das mesmas características das ciências da natureza. Em vista disso, em sua principal obra de metodologia (*As regras do método sociológico*), Durkheim vai afirmar que a “*a primeira regra [da sociologia] e a mais fundamental é a de considerar os fatos sociais como coisas*” (idem, p.94).

Ao equiparar os fenômenos sociais a “coisas”, Durkheim partia do princípio de que a realidade social é idêntica a realidade da natureza e que, portanto, equipara-se também aos fenômenos por ela estudados. Assim, tal como as “coisas” da natureza funcionam de uma forma independente da ação humana, cabendo ao cientistas apenas mostrar suas regularidades; as “coisas” da sociedade também são uma realidade distinta da ação humana. Por isso, ao tratar os fatos sociais como coisas, Durkheim recomendava que os sociólogos evitassem as pré-noções que já tinham sobre estas questões e que observassem os fenômenos sempre de acordo com suas características exteriores, da forma mais objetiva e imparcial possível. A semelhança entre seus objetos de estudo (ambos considerados como “coisas”) permitiu a este autor postular que, afinal, seus métodos de estudo também deveriam ser semelhantes

Mas, o que significa, concretamente, tratar os fatos sociais como coisas? Na verdade, o sociólogo deve seguir os mesmos passos de qualquer outro cientista, como o físico, o químico, o biólogo, etc. Ou seja, o papel da sociologia consiste em “registrar” da forma mais imparcial possível a realidade pesquisada (o objeto), tal como naquelas ciências. Cabe ao pesquisador apenas fazer um retrato da realidade pesquisada, pois ela é uma realidade objetiva, tão objetiva como qualquer “coisa” da natureza. Na percepção sociológica de Durkheim, portanto, a realidade (objeto) é que se impõe ao sujeito (observador), por isso, as ciências sociais deveriam adotar o mesmo método que as ciências da natureza.

## **2.2. Metodologia funcionalista**

Com base nestes dois pressupostos (de que a sociedade é superior ao indivíduo e de que as ciências sociais devem imitar o método das ciências da natureza), Durkheim já poderia pensar em um método adequado para entender os fenômenos sociais.

Além disso, como ele partiu do pressuposto de que as ciências sociais deveriam usar métodos parecidos com as ciências da natureza, Durkheim acabou se inspirando na biologia como método orientador para a sociologia. Ao proceder de tal forma, Durkheim retomava as idéias de Herbert Spencer, que já afirmava que tanto a natureza quanto a sociedade obedecem a mesma lei: a lei da evolução.

Mas, para consolidar a sociologia como ciência, Durkheim sabia que a metodologia desta ciência deveria responder muito claramente as duas perguntas que definem qualquer

método científico: qual o objeto de estudo da sociologia (objeto material) e como a sociologia deve proceder para explicar o seu objeto de estudo (objeto formal). Vejamos qual a resposta de Durkheim para cada um destes problemas.

### a) Objeto de estudo : fato social

Partindo do pressuposto de que a sociedade tem precedência lógica sobre o indivíduo, Durkheim vai definir o objeto da sociologia como sendo o “**fato social**”! Vejamos a clássica definição deste conceito, dada por Durkheim no primeiro capítulo das “Regras do Método Sociológico”:

*é um fato social toda a maneira de agir, fixa ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou a ainda; que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente da suas manifestações individuais. (1978, p.93)*

Três aspectos devem ser destacados nesta definição. Para Durkheim, o modo como o homem age é sempre condicionado pela sociedade, pois estas formas de agir possuem um tríplice caráter: são *exteriores* (quer dizer, provém da sociedade e não do indivíduo), são *coercitivos* (ou seja, são impostas pela sociedade ao indivíduo) e são *objetivas* (quer dizer, têm uma existência independente do indivíduo). Tudo de acordo com o pressuposto básico de Durkheim: a sociedade é que explica o indivíduo. É porque são um produto da sociedade que os fatos sociais são exteriores, coercitivos e objetivos.

FATOS SOCIAIS      ⇒ EXTERIORES  
                                  ⇒ COERCITIVOS  
                                  ⇒ OBJETIVOS

Porém, se já sabemos “o que” a sociologia estuda (seu objeto material), falta responder ainda a uma segunda questão,: “como” estudar os fatos sociais? Afinal de contas, por que eles surgem e por que eles existem? Que tipo de explicação podemos dar para eles?

### b) Objeto formal: método funcionalista

É justamente respondendo a esta pergunta que Durkheim vai se tornar um dos principais formuladores da metodologia funcionalista. Para Durkheim, os fatos sociais (ou a maneira padronizada como nós agimos na sociedade) não existem por acaso. Estas formas de agir existem porque cumprem uma **função**. Esta idéia será apresentada por Durkheim no quinto capítulo de sua obra (regras relativas à explicação dos fatos sociais), quando ele afirma que: “*quando nos lançamos na explicação de um fato social, temos de investigar separadamente a causa eficiente que o produz e a **função** que ele desempenha*” [grifo nosso] (idem, p. 135).

Na verdade, a explicação fucionalista não é uma criação de Durkheim. Trata-se de uma idéia que ele tomou emprestado de outros pensadores que se inspiraram na biologia, e

que Durkheim tratou de aprofundar. Esta mesma idéia tinha sido formulada antes dele por Herbert Spencer (que a retirou de Charles Darwin), mostrando a enorme influência que o evolucionismo exerceu sobre o pensamento científico daquela época.

Para Durkheim, explicar os fatos sociais significa demonstrar a função que eles exercem. Todavia, esta explicação não se encontra no futuro (a utilidade que nós projetamos nas coisas), mas se encontra no passado: primeiro é preciso investigar a razão pela qual surgiu aquela prática social (sua causa eficiente), para depois determinar sua função. Esta era a inovação que Durkheim propunha em relação a Herbert Spencer: a primeira investigação (causa eficiente) deve preceder à segunda (sua utilidade social).

Em relação a este método, devemos assinalar ainda duas coisas. Em primeiro lugar, que Durkheim compara a sociedade a um “corpo vivo”, em que cada órgão cumpre uma função. Daí o nome de **metodologia funcionalista** para seu método de análise. Em segunda lugar, como se repete novamente a idéia de que o todo predomina sobre as partes. Para Durkheim, isso implica em afirmar que a parte (os fatos sociais) existem em função do todo (a sociedade). E é justamente isso que a idéia de “função social” mostra: a ligação que existe entre as partes e o todo. Vamos traduzir isto na forma de um esquema bastante didático:

1. A sociedade é semelhante a um corpo vivo
2. A sociedade (como o corpo) é composta de várias partes
3. Cada parte cumpre uma função em relação ao todo

Família	Religião	Empresa	Escola
Exército	Leis	Governo	Lazer

Analisando o quadro acima, você mesmo pode fazer o exercício de verificar qual a “função” que cada uma das instituições ali nomeadas cumpre para o bom funcionamento da sociedade. É na determinação da função social que estas instituições cumprem que a metodologia funcionalista procura explicar sua existência, bem como das nossas formas de agir, ou como queria Durkheim, dos fatos sociais. Esta é a essência da metodologia funcionalista, que apesar das inovações e aprofundamentos posteriores, constitui até hoje seu núcleo de idéias básicas.

Embora a analogia do método durkheimiano com a biologia possa causar alguma estranheza, trata-se de uma contribuição refinada e complexa, que será fundamental para o desenvolvimento posterior da sociologia, abrindo, como dissemos, um dos primeiros “caminhos” de análise da realidade social. Mais tarde, a idéia de “função” será retomada na antropologia por Bronislaw Malinowski e Racliffe-Brown e passará a ocupar um papel fundamental na sociologia com as obras de Talcott Parsons e Robert Merton, pensadores que vão aprimorar o método de Durkheim, rebatizado mais tarde como “estrutural-funcionalismo”.

### III. MODERNIDADE E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO



É claro que a longa obra de Durkheim não ficou restrita apenas à construção de um método para fazer sociologia. Como bom sociólogo, Durkheim também se dedicou a entender as sociedades concretas, tanto aquelas do passado, como o mundo no qual ele vivia. Vejamos como, ao longo das obras que escreveu, Durkheim demonstra que a sociedade vai modelando o comportamento social do homem e como, nestes textos, ele vai desenhando sua interpretação sobre a origem e as características do mundo social moderno.

### 3.1. A divisão social do trabalho (1893)

Na primeira de suas grandes obras, Durkheim vai se preocupar em analisar qual é a função que a divisão do trabalho cumpre nas sociedades modernas. Nesta obra, o autor adota a tese de que a sociedade passa por um processo de evolução, caracterizado pela diferenciação social. Durkheim vai chamar a etapa inicial do processo de evolução social de “sociedade de **solidariedade mecânica**” e a etapa final deste processo de “sociedade de **solidariedade orgânica**”, como mostra o esquema a seguir:

Solidariedade mecânica ⇒ Evolução ⇒ Solidariedade orgânica

A teoria da modernidade de Durkheim é construída na interpretação polar destes dois tipos de sociedade, que ele procura explicar a partir dos seguintes elementos:

	<b>Solidariedade Mecânica</b>	<b>Solidariedade Orgânica</b>
Laço de solidariedade	Consciência coletiva	Divisão social do trabalho
Organização social	Sociedades segmentadas	Sociedades diferenciadas
Tipo de direito	Direito repressivo	Direito restitutivo

Para Durkheim, o que distingue cada um destes momentos da evolução da sociedade, são os mecanismos que geram a solidariedade social : a consciência coletiva e a divisão social do trabalho. A solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica são diferentes estratégias de integração das pessoas nos grupos ou nas instituições sociais. Elas correspondem também a diferentes formas de organização da sociedade (sociedades segmentadas ou sociedades diferenciadas) e podem ser percebidas de acordo com o tipo de organização jurídica predominante (repressivo ou restitutivo). Vejamos cada uma destas etapas da evolução social de forma separada.

#### III.1.1. Solidariedade mecânica

Segundo Durkheim, nas sociedades de solidariedade mecânica, os indivíduos vivem em comum porque partilham de uma “**consciência coletiva**” comum . Para o autor, a consciência coletiva pode ser definida como “um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, que forma um sistema determinado que tem vida própria”.

Nas sociedades de solidariedade mecânica, existe total predomínio do grupo sobre os indivíduos. A semelhança entre eles também é forte, havendo pouco espaço para a individualidade. Portanto, a explicação para que os indivíduos vivam em sociedade, diz

Durkheim, está no fato de que eles partilham de uma “cultura comum” que os obriga a viver em coletividade. Quando Durkheim fazia estas análises, estava pensando em sociedades de tipo simples, como são as sociedades indígenas, por exemplo, em que a inserção dos indivíduos no grupo é fundamental para sua cultura.

Mas, como demonstrar isto do ponto de vista sociológico? De que forma o sociólogo poderia constatar o predomínio da consciência coletiva sobre a conduta dos indivíduos? Para demonstrar este fenômeno, Durkheim optou pelo estudo das normas jurídicas que, segundo ele, são um dos meios pelo qual a sociedade materializa (ou torna concreta) suas convicções morais, que são um dos elementos da consciência coletiva. De acordo com a forma pelo qual ele é organizado, o direito é o símbolo visível do tipo de solidariedade que existe na sociedade. Nas sociedades de solidariedade mecânica temos o predomínio do **direito repressivo**, enquanto nas sociedades de solidariedade orgânica predomina o direito restitutivo. A diferença entre os dois é que, enquanto no *direito restitutivo*, o objetivo da lei e das penas é apenas restabelecer a ordem das coisas ; no *direito repressivo* temos o predomínio da punição. De acordo com a explicação de Durkheim, isto mostra a força da consciência coletiva sobre a vida dos indivíduos. Neste sentido, na sociedade de solidariedade mecânica todos os atos criminosos deveriam ser punidos, pois a violação das regras sociais representa um perigo para a coesão (ou solidariedade social). Logo, não são admitidas transgressões nas condutas individuais: os transgressores são punidos para mostrar aos outros membros do grupo o quanto custa desviar-se das regras coletivas. É neste sentido que o direito repressivo é um indicador bastante seguro do predomínio da consciência coletiva sobre a conduta dos indivíduos, indicando que se trata de uma sociedade de solidariedade mecânica.

Finalmente, Durkheim observou que a estrutura das sociedades tradicionais era caracterizada por uma repetição de segmentos similares e homogêneos, que não tinham nenhuma relação entre si. Uma *sociedade segmentada* é aquela onde os grupos sociais (como aldeias, por exemplo) vivem isolados, com um sistema social que tem vida própria. O segmento basta-se a si mesmo e tem pouca comunicação com o mundo exterior. Neste tipo de sociedade, o crescimento dos membros não leva a uma diferenciação das funções, mas a formação de um novo grupo (segmento), que vai reproduzir as características do grupo social anterior. Pense na situação dos povos indígenas, por exemplo, que vão ocupando novos territórios e formando novas aldeias, mas sem que isto os leve a construir um sistema social mais abrangente. É deste modo que Durkheim concebe a estrutura das sociedades antigas: como sociedades segmentadas.

### III.1.2. Evolução social

Para explicar como se dá a mudança deste tipo de sociedade e o surgimento do mundo moderno, Durkheim afirma que, com o tempo, a sociedade passa por um **processo de evolução**, caracterizado pela diferenciação social, cujo resultado é justamente um novo tipo de vida social, no qual predomina a divisão do trabalho. Segundo Durkheim, três são os fatores responsáveis pelo crescimento da sociedade:

- \* volume,
- \* densidade material

\* densidade moral

Para entender o que são estes conceitos, Raimond Aron nos fornece uma explicação bastante concisa:

*Para que o volume, isto é, o aumento do número dos indivíduos, se torne uma causa da diferenciação, é preciso acrescentar a densidade, nos dois sentidos, o material e o moral. A densidade material é o número dos indivíduos em relação a uma superfície do solo. A densidade moral é a intensidade das comunicações e trocas entre esses indivíduos. Quanto mais intenso o relacionamento entre os indivíduos, maior a densidade. A diferenciação social resulta da combinação dos fenômenos do volume e da densidade material e moral. [grifos nossos] (1995, p. 306).*

Com o crescimento quantitativo (volume) e qualitativo (densidade material e moral), ocorre na sociedade um processo de especialização das funções, chamado por Durkheim de divisão social do trabalho. Por isso, nas sociedades modernas, temos um novo processo de integração dos indivíduos na sociedade: a solidariedade orgânica.

### **III.1.3. Solidariedade orgânica**

Na sociedade de solidariedade orgânica, os indivíduos estão integrados na coletividade porque cada um passa a depender do outro. Este fenômeno se deve à especialização de funções, ou, a divisão social do trabalho. As sociedades modernas, portanto, são altamente diferenciadas, sendo que cada indivíduo exerce funções bem específicas que são vitais para o funcionamento do sistema social. Pense num padeiro que depende do fornecimento de trigo, que precisa ser transportado e assim por diante

É importante lembrar que a divisão social do trabalho, segundo Durkheim, não se refere apenas a especialização das funções econômicas. Pelo contrário, o que Durkheim observa, é que as sociedades modernas são caracterizadas por diferentes esferas sociais que se diferenciam e especializam cada vez mais: a economia, a vida política, a cultura, a educação, a arte e outras esferas; vão se separando cada vez mais entre si e adquirindo uma dinâmica própria de funcionamento. Dentro de cada uma destas esferas, por sua vez, podemos localizar ainda outros processos de diferenciação, como é o caso do setor econômico e sua grande diversidade de atividades. A originalidade da explicação durkheimiana, está em demonstrar que, longe de ser um entrave, este processo representa um novo mecanismo de integração social. É a própria especialização das funções e das pessoas que gera a solidariedade social, já que os indivíduos passam a ser inter-dependentes das atividades desenvolvidas em outros setores da vida social.

Como conclusão, Durkheim afirma que a divisão social do trabalho não pode ser reduzida apenas a sua dimensão econômica, no sentido de que ela seria responsável pelo aumento da produção, sendo esta sua função primordial. Ao contrário, a divisão social do

trabalho tem antes de tudo uma *função moral*, no sentido de que ela passa a ser o elemento chave para a integração dos indivíduos na sociedade:

*Somos levados, assim, a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto. Nesse caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o **efeito moral** que ela produz, e sua verdadeira **função** é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade (1995, p. 21).*

Além da mudança dos mecanismos que geram a integração social, a sociedade moderna também modifica o tipo de relações que se estabelecem entre o indivíduo e a sociedade. Para Durkheim, com a crescente diversificação das funções, a consciência coletiva perde seu papel de integração social e enfraquece. Isto, por sua vez, acaba tendo duas conseqüências importantes. Por um lado, existe uma maior autonomia dos indivíduos, pois pertencer à sociedade já não depende de se ter as mesmas idéias ou agir da mesma maneira (consciência coletiva comum). Ao contrário das sociedades tradicionais, onde o indivíduo era visto apenas como parte de um ente coletivo que o dominava, no mundo moderno, o indivíduo passa a distinguir-se do corpo social e tomar consciência de sua própria individualidade. A relação se inverte e, agora, é o indivíduo que pretende aumentar sempre mais seu raio de ação em relação ao mundo social. Todavia, e esta é a segunda conseqüência importante, o declínio da consciência coletiva e os anseios de liberdade podem levar a um excesso de egoísmo, colocar os indivíduos em choque entre eles, e comprometer o “bom funcionamento” da sociedade. Temos então uma *divisão anômica* do trabalho, que, segundo Durkheim, seria o grande problema da sociedade moderna.

### 3.2. O suicídio (1897)

Os problemas de integração do indivíduo na sociedade moderna são retomados por Durkheim em outra de suas obras clássicas: O suicídio. Nesta obra, o pensador francês tenta mostrar que o comportamento de suicidar-se também possui causas sociais (lembre-se, a sociedade é que explica o comportamento do indivíduo). O suicídio, definido por Durkheim como “todo caso de morte provocado direta ou indiretamente por um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima e que ela sabia que devia provocar esse resultado”, não se deve apenas a causas psicológicas, psicopatológicas ou mesmo a processos de imitação. Uma das forças que também determina o suicídio é social. Para entender este fenômeno, Durkheim distingue três tipos de suicídio:

- *Suicídio egoísta*: quando não estão integrados às instituições ou redes sociais que regulam suas ações e lhes imprimam a disciplina e a ordem (como a família, a igreja, o trabalho), os indivíduos acabam tendo desejos infinitos que não podem satisfazer. Este egoísmo, quando frustrado, pode levar a ondas sociais de suicídio. Ele também pode ser constatado quando o indivíduo se desvincula de suas redes sociais, sofrendo com depressão, melancolia e outros sentimentos.
- *Suicídio altruísta*: praticado quando o indivíduo se identifica tanto com a coletividade, que é capaz de tirar sua vida por ela (mártires, kamikases, honra, etc.);

- *Suicídio anômico*: é aquele que se deve a um estado de desregramento social, no qual as normas estão ausentes ou perderam o sentido. Quando os laços que prendem os indivíduos aos grupos se afrouxam, esta crise social provoca o aumento da taxa de suicídios.

Pode-se notar claramente que, em cada um dos tipos de suicídio estudados por Durkheim, aparece a relação entre o indivíduo e a sociedade. O suicídio pode ser causado ou pelo excesso de peso da sociedade sobre o indivíduo, ou por falta de integração do mesmo na coletividade. Mas, em qualquer dos casos, suas causas serão sempre sociais. Nesta obra, aparece novamente a questão da **anomia**, que é, para Durkheim, o problema central das sociedades modernas. Ao contrário de fenômenos como o crime, que Durkheim considerava como um fato social normal; o suicídio era para ele um fato social patológico, que evidenciava que havia profundas disfunções na sociedade moderna. A existência do suicídio anômico era um indício de que o excessivo enfraquecimento da consciência coletiva, a perda de uma moral orientadora e disciplinadora dos comportamentos, além do exacerbamento do individualismo, representava um sério risco para a integração social e a preservação da sociedade. Neste texto, o tema da “anomia” vai se tornando cada vez mais um dos aspectos essenciais da reflexão durkheimiana e de seu diagnóstico sobre a modernidade. Voltaremos a este assunto, quando tratarmos do pensamento político de Durkheim.

### 3.3. As formas elementares da vida religiosa (1912)

A mesma determinação do social sobre o particular pode ser sentida em uma das últimas obras de Durkheim: *As formas elementares da vida religiosa*. Embora escrita já no final de sua vida, trazendo assim algumas modificações no pensamento do autor, as teses fundamentais de Durkheim são reafirmadas nesta obra. Neste livro, à partir da análise do totemismo australiano, Durkheim procura elaborar uma *teoria sociológica da religião*. Para ele, todas as religiões são constituídas pela divisão da sociedade em duas esferas: a sagrada e a profana. Para Durkheim, a superioridade da esfera do sagrado não passa de uma percepção difusa que os homens têm da força do social sobre eles mesmos. A religião é a sociedade transfigurada. Mais uma vez, é a sociedade que é superior ao indivíduo e a religião não passa de uma expressão desse fato. Além de uma explicação para a origem da religião; Durkheim também desenvolve nesta obra *uma teoria sociológica do conhecimento*, mostrando que a capacidade do homem em explicar o mundo ao seu redor tem origem na sociedade, que serve de modelo para este processo.

Para realizar suas pesquisas na área da **teoria sociológica da religião**, Durkheim parte daquela que considera como sendo a mais simples das religiões dentro do processo evolutivo: o *totemismo*. Esta religião, encontrada em vários grupos sociais australianos, não foi estudada diretamente por Durkheim, que se serviu de outros relatos para chegar às suas conclusões. Através do estudo do totemismo, acreditava ele, poder-se-ia aplicar as conclusões das pesquisas para a compreensão de todas as religiões, mesmo àquelas mais evoluídas e complexas.

Para Durkheim, a essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas distintas: a esfera sagrada e a esfera profana. A *esfera sagrada* se compõem de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos que formam uma certa unidade, que podemos chamar de religião. A religião envolve tanto o aspecto cognitivo ou cultural (crenças), quanto material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. Quando as crenças religiosas são compartilhadas pelo grupo, temos o que o pensador chama de “igreja”. Quanto a *esfera profana*, trata-se daquele conjunto da realidade que se define por oposição ao sagrado, constituindo, em geral, a esfera das atividades práticas da vida: economia, família, etc.

ESFERA SAGRADA	Religião = (crenças + ritos)	Igreja
ESFERA PROFANA	Atividades cotidianas	

Analisando os grupos sociais australianos, Durkheim sublinhou o fato de que os diversos *clãs* (grupos de parentesco não constituídos por laços de sangue) tinham certos símbolos que os identificavam, chamados de *totem*. Este símbolo do clã (um animal, uma árvore, etc.) era representado em diversos objetos, que passavam a ser considerados sagrados. O totem representa não só um ser em particular, mas também todos aqueles artefatos que o imitam (como uma imagem do jacaré, em relação ao próprio animal, por exemplo). Diante deste ser (e das suas representações), os indivíduos tinham que adotar comportamentos religiosos, que Durkheim estudou com cuidado. Em sua análise dos *ritos religiosos*, o autor distingue os ritos negativos (proibições), os ritos positivos (deveres religiosos) e ainda os ritos de expiação (cerimônias de perdão pelas violações cometidas), que constituem o conjunto de práticas que definem as religiões.

É interessante notar que nestas tribos australianas, a divindade não é concebida como um ser pessoal, distinto dos homens. É por isso que Durkheim rejeita as teorias que explicam a origem da religião a partir deste pressuposto, como é o caso do animismo e do naturismo. Enquanto para o primeiro, a religião constitui a crença em um espírito, o naturismo postula que a divindade seria a transfiguração das forças naturais que o homem percebe agindo na natureza. No totemismo, a noção de divindade pessoal ainda não está elaborada. A divindade é concebida como uma força anônima e impessoal que encontramos em cada um dos seres, como animais, plantas ou outros objetos. É por isso que se trata da mais simples das religiões: o conjunto da realidade no qual esta força se encontra é que constitui a esfera sagrada. É por isso, enfim, que Durkheim afirma que a esfera sagrada, em oposição à esfera profana, constitui a essência de qualquer religião.

Depois de definir o fenômeno religião, Durkheim preocupa-se em demonstrar sua origem, assinalando sempre o fato de que este fenômeno tem uma origem social. Na verdade, esta força difusa, anônima e impessoal, mas acima de tudo superior, que os homens sentem que agem sobre eles e ao qual devem obediência, não passa de uma percepção não elaborada da força da sociedade sobre o indivíduo. Como diz o próprio autor, “de modo geral, não há dúvida de que a sociedade tem tudo o que é preciso para despertar nos espíritos a sensação do divino, exclusivamente pela ação que exerce sobre eles; ela é, para seus membros, o que é uma divindade para os fiéis”. Mais uma vez, a

idéia de que é a sociedade que explica o comportamento dos indivíduos aparece confirmada por Durkheim, também para o caso da origem e da própria essência da religião.

Além de uma análise da religião propriamente dita, esta obra de Durkheim traz também o que podemos chamar de uma **teoria sociológica do conhecimento**. Partindo do pressuposto de que a ciência e as outras formas modernas de pensamento têm sua origem na religião (que são os primeiros sistemas de representação do mundo), o autor parte então para o estudo das suas origens sociais. A tese central de Durkheim é que classificamos os seres do universo (o mundo natural) porque temos o exemplo das sociedades humanas. Vejamos como isto se dá.

No totemismo todos os seres eram classificados ou na esfera sagrada ou na esfera profana. Os entes ou objetos que representassem o totem (objetos, plantas, animais, membros da tribo, partes do corpo, etc.) pertenciam ao mundo sagrado, enquanto o restante das coisas existentes pertencia ao mundo profano. Portanto, a religião forneceu ao homem um critério a partir do qual ele podia classificar e ordenar as coisas do mundo. As categorias do pensamento humano, como as noções de tempo, espaço, gênero, espécie, causa, substância e personalidade, têm sua origem na religião, ou, em outras palavras, na sociedade. Foi tomando a sociedade, suas relações hierárquicas (sociais) e suas crenças como modelos, que o homem foi construindo suas primeiras explicações do universo, aplicando as categorias do mundo religioso (ou social) ao mundo natural.

Com esta teoria, Durkheim julgava poder encontrar uma saída para o dualismo da teoria epistemológica, dividida entre a concepção que julgava que a origem do conhecimento provinha da experiência (teoria empirista) ou de idéias inatas no indivíduo (teoria racionalista). Para o pensador francês, se as experiências individuais fornecem ao indivíduo o conteúdo ou a matéria do conhecimento, é a sociedade que constrói no homem as categorias lógicas (como a noção de tempo, espaço, causalidade) pelo qual ele organiza os dados da experiência. A própria noção de causalidade (que é o princípio científico de que todo fenômeno tem sempre um causa eficiente, que explica a origem do fenômeno) tem sua raiz na idéia do “mana”, ou seja, o ser divino que está materializado no totem e é responsável pela “força”, vida ou movimento das coisas. Mais uma vez, Durkheim volta ao pressuposto que guia todas as suas obras: a sociedade é o fundamento lógico que explica o comportamento humano. Assim, a sociedade também é responsável pela origem das formas de conhecimento humano, ou das categorias mentais pelas quais o homem organiza os dados de sua experiência. E ao mostrar este fenômeno, a sociologia, finalmente, encontrava uma explicação que integrava e ao mesmo tempo superava a dicotomia presente nos estudos do conhecimento humano.

### **3.4. A modernidade em Durkheim**

Agora que já apresentamos os elementos essenciais das obras de Durkheim, já podemos reunir os traços fundamentais destes estudos, e demonstrar de que forma eles apontam para uma “teoria da modernidade”. Ao analisar o surgimento das sociedades modernas, Durkheim deixou grandes contribuições para a teoria social. Em primeiro lugar, ele aprofundou a tese de que uma das características do mundo moderno é a complexidade da sociedade. De fato, ao contrário dos povos primitivos, vivemos em sociedades onde

existe uma grande divisão social do trabalho. Outro fator importante, ressaltado por Durkheim é a evolução da idéia de indivíduo. A percepção de que o indivíduo é o fundamento da sociedade é muito diferente do mundo antigo, onde o grupo predominava sobre as pessoas. Esta idéia, portanto, também têm raízes sociais (e uma evolução histórica), que foram muito bem estudadas por Durkheim. Estas idéias poderiam ser apresentadas da seguinte forma:

SOCIEDADE TRADICIONAL	SOCIEDADE MODERNA
Micro sociedade	Macro sociedade
Sociedade simples	Sociedade complexa
Predomínio do coletivo	Predomínio do individual

A complexidade da sociedade e a emergência dos individualismo no Ocidente são traços essenciais para se entender o nascimento da modernidade. E é justamente o diagnóstico destes elementos como definidores do mundo moderno que faz de Durkheim um dos grandes clássicos do pensamento sociológico.

#### **IV. PROJETO POLÍTICO CONSERVADOR**

Como afirmamos no início deste capítulo, a época em que Durkheim vivia se caracterizava por um sentimento de otimismo, ligado a crença na ciência e no progresso tecnológico. Segundo se pensava, ainda restavam alguns problemas (denominados de questão social), mas com o uso da ciência (sociologia), tudo seria normalizado.

Com base nestes pressupostos, a teoria positivista assumiu uma atitude de defesa da sociedade emergente (a sociedade moderna ou capitalista), sendo sua função apontar os problemas passageiros e normalizar a situação.

##### **4.1. Função política da sociologia**

O grande lema dos positivistas era “ordem e progresso”. Segundo estes autores, depois das grandes transformações e agitações ocorridas no surgimento da sociedade moderna, tudo voltaria à tranquilidade típica da idade média. Influenciados pelos filósofos



conservadores (Burkhe, De Maistre e Bonald), os teóricos do positivismo sabiam que não se podia mais voltar atrás na história, mas eles queriam resgatar para o mundo moderno aquela que foi a maior marca do período medieval: a integração da sociedade em um todo ordenado e coerente, fundado em valores sólidos e eternos. Mas, ao contrário dos filósofos conservadores, eles não rejeitavam as transformações da ordem industrial e política que tinham sido gerados pela revolução industrial e pela revolução francesa. Estes fenômenos eram vistos como conquistas positivas, mas que não tinham sido acompanhados por uma idêntica modificação nos códigos morais da sociedade. Somente uma nova moral poderia restabelecer a ordem social, e fazê-la funcionar adequadamente.

Para que isto acontecesse, a sociologia teria uma papel fundamental. Na visão funcionalista, a sociedade é como um corpo integrado, em que cada parte cumpre sua função. Ora, se existem problemas na sociedade, é porque alguma de suas partes não está cumprindo regularmente sua função. Cabe à sociologia localizar quais são as partes que apresentam problemas na sociedade e restaurar seu “bom funcionamento”. Para regularizar o funcionamento da sociedade, a sociologia deveria ainda apontar aqueles elementos que ainda não estavam ajustados e integrados à estrutura social. Desta forma, o equilíbrio, a tranqüilidade e a “ordem” voltariam a existir na sociedade.

É com base nesta idéia, que aparece em Durkheim a distinção entre os fatos sociais normais e os fatos sociais **patológicos**. Na sociedade, podem aparecer comportamentos que representam “doenças” e, por isso, eles devem ser isolados e tratados. Estas doenças ou patologias representam fenômenos que não cumprem mais sua função e atrapalham a continuidade da sociedade.

Estas idéias, infelizmente, levaram a sociologia de Durkheim a uma visão política profundamente conservadora. Como a sociedade era comparada com um corpo, não fazia sentido transformá-la. Para a sociologia, a única solução possível para os problemas era “preservar “ (conservar) a sociedade, assim como o médico deve preservar o corpo de seus pacientes. Se existe algum problema, não há como mudar todo o conjunto da sociedade: a única solução possível seria restaurar o funcionamento das partes ou mesmo eliminar o problema. A tradição funcionalista, portanto, coloca toda ênfase no equilíbrio e na integração social, e todas as formas de conflito ou de contestação são vistos como desvios e anomalias que precisam ser eliminados. Desta forma, os movimentos que contestam a ordem vigente e buscam a mudança, não encontram respaldo nesta teoria, pois ela está comprometida com a ordem vigente e com sua preservação. Trata-se, portanto, de um projeto político conservador.

#### **4.2. O problema da anomia**

Na passagem da sociedade de solidariedade mecânica para a sociedade de solidariedade orgânica, Durkheim já havia chamado a atenção para o problema do excesso de egoísmo (ou individualismo exacerbado). Segundo sua teoria, com a divisão social do trabalho, a força da consciência coletiva diminui, exacerbando ainda mais o egoísmo das pessoas. Esta é, para Durkheim, a grande contradição do mundo moderno. Se, de um lado, existe maior autonomia para o indivíduo, por outro, existe o risco de que o excesso de liberdade leve a desagregação social.

Para Durkheim, era justamente o excesso de egoísmo que gerava os conflitos de classe que opunham trabalhadores e patrões em acirradas lutas sociais. No entanto, julgava ele, o movimento socialista não deveria ser desprezado, na medida em que ele era um sinal de que algo estava errado. Durkheim chegou a dedicar vários artigos para analisar o socialismo, que ele considerava uma variante do comunismo. Mas, o problema dos socialistas é o fato de que eles não detectavam a verdadeira causa dos problemas sociais, que não era para um ele um problema cuja raiz estava na economia, mas era um problema de ordem moral.

Tal como Durkheim já havia detectado na “Divisão Social do Trabalho”, a especialização das funções e o declínio da consciência coletiva gerava o que ele chama de “**anomia**” (do grego a + nómos, que significa ausência de normas). Faltava para a sociedade um conjunto de orientações morais que guiassem a conduta dos indivíduos e os integrassem na sociedade, como acontecia na solidariedade orgânica. Durkheim reconhecia que, apesar da margem de liberdade que o mundo moderno trouxe ao indivíduo, esta liberdade poderia acabar num excesso de egoísmo, se as ambições e desejos ilimitados do homem não encontrassem um limite. O homem precisava de um “sentido” para a vida que guiasse sua conduta e lhe inculcasse o sentido do dever e da disciplina. Como tudo isto eram funções dos códigos morais, que estavam em declínio, os conflitos se tornaram generalizados e a integração social estava comprometida. A anomia, portanto, era o egoísmo generalizado por falta de uma orientação moral.

Um dos fatores responsáveis por esse dilema era o enfraquecimento da religião. Nas sociedades do passado, era a religião que ditava os valores e as normas da sociedade, moderando os desejos dos indivíduos e suas ambições, possibilitando assim a integração social. Mas, na sociedade moderna, este papel deveria ser desempenhado pela razão, que ainda não havia achado os caminhos para realizar esta tarefa, ou, como diria Durkheim, ainda não havia fabricado novos deuses (valores) que substituíssem os antigos. Embora a ciência tivesse um papel importante neste processo, Durkheim não achava, como Comte, que a sociologia devesse apontar com exclusividade quais os novos valores morais que regeriam a conduta dos indivíduos. A criação de uma religião da humanidade, como Comte havia feito, era algo estranho para Durkheim.

Para este autor, a escolha dos valores morais e das regras sociais que deveriam reger a conduta dos indivíduos e restabelecer a ordem social caberiam à própria sociedade. Buscando colaborar neste sentido, Durkheim aponta dois elementos presentes na realidade de sua época que, segundo ele, poderiam dar uma resposta ao problema da ordem social: um elemento de ordem moral e um elemento de ordem institucional.

Do *ponto de vista moral*, Durkheim acreditava que o único valor que poderia conter o excesso de egoísmo presente no mundo moderno era o valor do indivíduo. É importante perceber que em Durkheim, o culto do indivíduo (que ele chamava de individualismo) não se confunde com o egoísmo. Tratam-se de coisas distintas. Para o pensador francês, o problema do mundo moderno não está na liberdade do indivíduo em si mesma, mas no excesso dela, que é o egoísmo. Assim, vemos que, apesar da posição metodológica de Durkheim (no qual tudo que é individual resulta do social), é no indivíduo que ele vê a

solução dos problemas do mundo moderno. Quando os homens tomarem consciência do valor do ser humano, dizia ele, os laços de solidariedade, fraternidade e respeito poderiam ser retomados. Somente o “culto de indivíduo” e de sua liberdade, que deveriam ser considerados como valores sagrados, poderia oferecer um fundamento moral para a eliminação do egoísmo e dos conflitos sociais.

Mas, quais seriam as instituições responsáveis pela difusão da “nova moral” e do “culto do indivíduo”, já que as religiões tinham perdido a importância que tinham antes? Inicialmente, Durkheim pondera as possibilidades de que a família ou o Estado pudessem cumprir este papel. Mas, a família também já apresentava, naquela época, perda de prestígio, e o Estado lhe parecia algo muito abstrato e afastado do indivíduo. Para o pensador francês, a única instituição capaz de restaurar os valores na sociedade moderna seriam as corporações. De acordo com a explicação de Raymond Aron, Durkheim:

*Chama de corporações, de modo geral, as **organizações profissionais** que, reunindo empregadores e empregados, estariam suficientemente próximas do indivíduo para constituir escolas de disciplina, seriam suficientemente superiores a cada um para se beneficiar de prestígio e de autoridade. Além disso, as corporações responderiam ao caráter das sociedades modernas, em que predominava a atividade econômica.*[grifo nosso] (1995, p. 318).

Agindo diretamente no mundo do trabalho, as corporações difundiriam a nova moral do “culto do indivíduo” e eliminariam os conflitos de classe, sinais de que a sociedade estava anômica (ou carente de normas). Com isso, a divisão social do trabalho estaria consolidada e as disfunções e patologias da sociedade (as lutas de classe) dariam lugar a uma sociedade integrada e harmônica. A sociedade alcançaria, então, o grande objetivo visado pelos positivistas e funcionalistas: a ordem e o progresso!

#### 4. BIBLIOGRAFIA

Em relação ao pensamento de Durkheim, o estudante poderá aprofundar seus estudos à partir da pesquisa das seguintes obras.

##### a) Obras de Émile Durkheim

DURKHEIM, Émile Durkheim. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile Durkheim. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.

DURKHEIM, Émile Durkheim. **O suicídio**. 6. ed. Lisboa: Presença, 1996.

DURKHEIM, Émile Durkheim. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile Durkheim. **Sociologia e filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

FRIDMAN, Luiz Carlos. **Emile Durkheim e Max Weber: socialismo**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

GIANOTTI, José Arthur. **Durkheim**. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os pensadores), 1978.

RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**. São Paulo: Ática (coleção grandes cientistas sociais no 01), 1995.

#### **b) Textos complementares**

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 295-375.

BELLAMY, Richard. França: liberalismo socializado. In -----, **Liberalismo e sociedade moderna**. São Paulo: UNESP, 1994, p. 107-186.

FERNANDES, Florestan. O método de interpretação funcionalista na sociologia. **Os fundamentos empíricos da explicação sociológica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

GIANNOTTI, José Arthur. A sociedade como técnica da razão: um ensaio sobre Durkheim. In **Seleções CEBRAP**, Exercícios de filosofia, no 02, p.43-84 (São Paulo, 1975).

GYDDENS, Anthony. A sociologia política de Durkheim. In -----, **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998, p.103-146.

GYDDENS, Anthony. Durkheim e a questão do individualismo. In -----, **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998, p.146-168.

MEKSENAS, Paulo. A concepção funcionalista de sociedade: o positivismo de Émile Durkheim. In -----, **Sociologia**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1993 (coleção magistério do 2º grau. Série formação geral).

### CAPÍTULO III MAX WEBER



Embora Max Weber não seja muito conhecido fora do âmbito das ciências sociais, na sociologia ele é considerado um clássico de primeira grandeza. Ao contrário de outras teorias que hoje apresentam sinais de crise, o pensamento de Max Weber tem sido bastante relido na atualidade, proporcionado para a sociologia instrumentos muito úteis para a compreensão de seus próprios fundamentos e para a interpretação do mundo moderno.

Além de criticar os pressupostos do positivismo (fornecendo para a sociologia novas bases epistemológicas e metodológicas), Weber realizou um cuidadoso estudo das religiões mundiais, mostrando que a marca fundamental da modernidade é a racionalização da cultura e da sociedade. Para Weber, a razão humana, na versão encarnada pela economia capitalista e na burocracia do Estado, é uma força que, ao mesmo tempo em que “desencanta” o mundo, invade todas as esferas da vida humana, ocasionando a perda da liberdade e do sentido da vida.

#### I. VIDA E OBRAS

O sociólogo alemão Max Weber, nasceu em Erfurt, em 21 de abril de 1864. Filho de um advogado, Weber realizou seus *estudos* em Heidelberg, a partir do ano de 1882. Embora tivesse seguido a carreira jurídica, também estudava filosofia, teologia, história e economia. Em 1889, ele terminou seus estudos, tendo obtido o doutorado em direito no ano de 1891.

Terminada a fase de estudos, Weber passa a se dedicar a *docência* universitária. Foi professor de direito em Berlim (1891-1893), de economia política em Friburgo (1895) e, finalmente, também de economia política em Heidelberg (1896).

No ano de 1897, Weber foi acometido de uma crise nervosa, que durou até 1902. Somente neste ano, ele vai retomando, aos poucos, seu trabalho. Em 1903, ajuda a fundar o “Arquivo para a ciência social e a ciência política”, que se tornou uma das principais revistas de ciência sociais. Em 1904, Weber fará uma *viagem* de estudos para os Estados Unidos que vai influenciar diretamente sua reflexão sobre o capitalismo. É a partir deste período que Weber passa a se interessar mais diretamente pela sociologia.

Em 1907, o pensador alemão recebe uma herança que permite que ele se dedique apenas às suas atividades de *pesquisa*. Sua casa torna-se um centro freqüentado por intelectuais de renome, como Georg Lukács, Georg Simmel e outros. Em 1908, Weber ajuda a fundar a associação alemã de sociologia. Durante a primeira guerra mundial (1914-1917), administra alguns hospitais da região de Heidelberg. Em 1918, aceita uma cátedra na Universidade de Munique. Weber ainda participa da redação da nova Constituição Germânica que funda a República da Alemanha (chamada de Constituição de Weimar, cidade onde foi redigida). Seu falecimento ocorreu no ano de 1920, na cidade de Munique.

Entre os **escritos** de Max Weber, além de textos sociológicos, aparecem obras de epistemologia, história, direito e economia.

- 1891 – História agrária de Roma e sua significação para o direito público e privado
- 1894 - As tendências da evolução da situação dos trabalhadores rurais da Alemanha Oriental (pesquisa)
- 1895 – O Estado nacional e a política econômica (Conferência)
- 1904 – A ética protestante e o espírito do capitalismo (1ª parte)  
A objetividade do conhecimento nas ciências políticas e sociais
- 1905 – A ética protestante e o espírito do capitalismo (2ª parte)
- 1906 – Estudos críticos para servir á lógica das ciências da cultura  
\_ As seitas protestantes e o espírito do capitalismo
- 1909 – As relações de produção na agricultura do mundo antigo  
Começa a redigir *Economia e Sociedade*
- 1913 – Ensaio sobre algumas categorias da sociologia compreensiva
- 1915 – A ética econômica das religiões mundiais
- 1916-1917: Sociologia da religião
- 1918: Crítica positiva da concepção materialista da história  
A ciência e a política como vocação  
O sentido da neutralidade econômica nas ciências políticas e sociais
- 1919: História econômica geral  
Continua a escrever *Economia e Sociedade*
- 1920: Publicação póstuma de *Economia e Sociedade*, uma das principais e mais conhecidas obras de Max Weber

### 1.1. Contexto intelectual

Entre as correntes teóricas que mais influenciaram o pensamento de Max Weber, podemos citar:

- a) **Filosofia clássica:** o pensamento de Immanuel Kant (1724-1804), que afirma que o conhecimento não capta a essência da realidade, mas apenas os fenômenos que nos são transmitidos através do sentidos; e as idéias de Friedrich Nietzsche (1844-1900), um dos principais críticos da modernidade, estão presentes em seu

pensamento. De Nietzsche, Weber herdou uma visão pessimista da sociedade moderna.

- b) **Filósofos neo-kantianos:** estes teóricos vão influenciar diretamente as bases filosóficas do pensamento de Weber. Os filósofos Wilhelm Dilthey (1833-1911), Wilhelm Windelband (1848-1915) e Heinrich Rickert (1863-1936), insistiam na necessidade de distinguir as características das ciências sociais (chamadas de ciências do espírito/cultura) das demais ciências da natureza.
- c) **Pensamento social alemão:** embora Max Weber seja o maior expoente da teoria sociológica alemã, ele não era um pensador isolado. Na obra de Weber aparecem, retomadas, idéias de vários pensadores importantes da época, principalmente Ferdinand Tönnies (1855-1911), Georg Simmel (1858-1918), Werner Sombardt (1863-1941) e Ernst Troeltsch.

## 1.2. Contexto sócio-histórico

Max Weber, embora não fosse um político de profissão, mas um cientista, participou ativamente do debate político da Alemanha de sua época. A situação social da Alemanha também inspirou pesquisas, textos e reflexões acadêmicas do autor, especialmente em relação aos fenômenos do capitalismo, da burocracia e do poder político.

Na época de Weber (1864-1920), o capitalismo industrial se expandia com velocidade por toda Europa. No entanto, a Alemanha ainda era um país retardatário no processo de industrialização. Para que a Alemanha pudesse participar da corrida econômica, a unificação dos territórios germânicos, efetuada por Otto von Bismarck, em 1870, foi fundamental.

Todavia, ao contrário da Inglaterra (país líder da 1ª revolução industrial) e da França, a burguesia alemã não possuía força política para conduzir este processo sozinha, e se apoderar do Estado. Isto se devia ao peso representado pelos “junkers”, como eram chamados os proprietários rurais. Além da posse da terra, a aristocracia rural dominava alguns postos do Estado, impedindo a ascensão política da burguesia, que acabou se acomodando em seu papel político.

Para resolver este impasse, a existência de um governo forte e centralizador, como o de Bismarck, foi essencial para os esforços de modernização alemã. Mas, por outro lado, como julgava Weber, acarretou também um aumento da burocracia estatal e tornou a burguesia alemã acomodada em seu papel político. Por esta razão, Weber defendia o fortalecimento do parlamento e as eleições diretas para presidente. Segundo ele, estes seriam dois instrumentos importantes para fortalecer as lideranças nacionais, desvinculando-as do peso da burocracia estatal.

O papel do Estado como líder da industrialização econômica, a expansão do capitalismo, a situação dos trabalhadores do campo e da cidade, o papel do Estado e da burocracia e vários outros temas, serão constantemente debatidos por Weber em seus escritos políticos e sociológicos.

## II. TEORIA SOCIOLOGICA COMPREENSIVA

Ao contrário de Comte e Durkheim, que construíram suas teorias sociológicas com base no primado do objeto; Weber vai orientar toda sua produção sociológica com base no primado do sujeito. A idéia de que o indivíduo é o elemento fundante na explicação da realidade social, atravessa a produção epistemológica e metodológica de Weber, operando uma verdadeira revolução nas ciências sociais. Deste modo, Weber inaugurou na sociologia um novo caminho de interpretação da realidade social: a teoria sociológica compreensiva. E será acerca desta teoria e de suas implicações que trataremos doravante.

### 2.1. Epistemologia

A discussão sobre os fundamentos epistemológicos da sociologia ocupou grande parte das polêmicas teóricas de Weber. Criticando os pressupostos epistemológicos do positivismo, Weber vai proporcionar novas bases teóricas para as ciências sociais. Desta forma, ele contribuiu de forma fundamental para o desenvolvimento da sociologia contemporânea.

#### a) Ciências naturais x ciências sociais

A grande preocupação dos filósofos neo-kantianos era combater o pressuposto positivista de que as ciências da natureza e as ciências sociais deviam adotar o mesmo método. Weber também partilhava desta posição. No texto “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”, ele mesmo afirma: *”de tudo o que até aqui se disse resulta que carece de razão de ser um estudo “objetivo” dos acontecimentos culturais, no sentido em que o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis”* (1991, p.96).

Nesta citação, percebemos como Weber faz um ataque frontal contra um dos pressupostos essenciais do positivismo: o pressuposto de que toda a realidade social pode ser explicada mediante a descoberta de um sistema de “leis” inerentes ao funcionamento da sociedade. Era esta premissa que justificava a identidade entre as ciências sociais e as ciências da natureza, promovida pelo positivismo. Por isso, a preocupação básica dos críticos do positivismo era apontar quais eram os aspectos que diferenciavam as ciências sociais das ciências da natureza, ao mesmo tempo em que buscavam para elas um novo método.

De que modo Weber vai justificar a distinção entre estes dois tipos de ciências? Para elucidar estas diferenças, Weber vai participar dos debates entre os filósofos neo-kantianos, que há tempo vinham se dedicando a este problema. É no confronto crítico com estes autores que Weber vai elaborando suas posições teóricas.

Dentre os filósofos neo-kantianos, **Dilthey**, afirmava que a diferença entre as ciências do espírito e as ciências da natureza reside no fato de que os seus *objetos de estudo* é que são diferentes. Enquanto as ciências naturais têm como objeto a natureza, as ciências sociais estudam o mundo da cultura, que é uma a criação do espírito humano (ou ainda da



sociedade). Tal diferença, por sua vez, implica no fato de que em cada um destes tipos de ciência, existe uma maneira diferente de relacionar o sujeito com o objeto. Enquanto nas ciências da natureza, o objeto de estudo é algo exterior ao homem; nas ciências sociais, o homem é o sujeito e o objeto ao mesmo tempo. Por isso, concluía Dilthey, as ciências naturais fazem uso do princípio da “explicação”, enquanto as ciências sociais se articulam em torno do princípio da “compreensão”. Enquanto a explicação consiste na busca das leis causais, a compreensão implica em um mergulho empático no espírito dos agentes históricos em busca do sentido de sua ação. Resumindo, poderíamos esquematizar o pensamento de Dilthey da seguinte forma:

DILTHEY	OBJETO	MÉTODO
Ciências da natureza	Natureza	Explicação
Ciências sociais	Sociedade (homem)	Compreensão (verstehen)

Todavia, para **Windelband**, a diferença entre as ciências naturais e as ciências sociais não estava no objeto de estudo, mas residia no *método*. Por isso, Windelband distinguia dois tipos de ciências: as que usam o “método nomotético” e as que usam o “método ideográfico”. Enquanto o método nomotético está orientado para a construção de leis gerais, o método ideográfico visa destacar a individualidade e a singularidade de um determinado fenômeno. Esquemáticamente, temos:

WINDELBAND	MÉTODO	OBJETIVO
Ciências da natureza	Método nomotético	Leis gerais
Ciências sociais	Método ideográfico	Singularidade dos fenômenos

Também para **Rickert**, a distinção entre ciências naturais e ciências sociais residia no método. Acontece que as ciências sociais são ciências onde existe uma “relação com os valores”, fato que não ocorre nas ciências da natureza. Ou seja, nas ciências da cultura (como as chama Rickert), os objetos são selecionados conforme os valores culturais e os interesses pessoais do pesquisador. Esta idéia será retomada diretamente por Weber, que afirma: “*o conhecimento científico cultural tal como o entendemos encontra-se preso, portanto, a premissas “subjetivas” pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma significação cultural*”(1991, p. 98).

Neste complicado debate dos filósofos neo-kantianos contra os positivistas, Weber ocupa uma posição intermediária. Se, por um lado, ele não aceita os postulados positivistas, ele critica a separação excessiva que os pensadores neo-kantianos faziam entre ciências naturais e ciências sociais. Para Weber, o uso de “leis científicas” para interpretar a realidade, pode ser um instrumento útil para as ciências sociais; pois, do contrário, elas correm o risco de cair no mero subjetivismo. Para Weber, portanto, os dois procedimentos (explicação causal e compreensão) são complementares, devendo ser usados pelo pesquisador conforme as finalidades da pesquisa. Acerca dessa postura de Weber, Ferreira explica-nos que:

*Weber considera que uma ciência não se circunscreve a nenhum tipo de método exclusivista, antes optando por um método ou outro em função das circunstâncias e das exigências atuais. Os métodos generalizante e individualizante são tipos úteis para permitir uma melhor compreensão da forma de abordagem que escolhemos, mas em caso algum devem ser vistos como categorias rígidas de análise que espartilham e limitam uma ciência particular e lhe tolhem as possibilidades de explicar uma determinada gama de fenômenos por recurso ora a um método ora a outro (1995, p. 95).*

Para Weber, o sociólogo deve saber integrar estes dois métodos ( individualizante e generalizante) nas suas pesquisas. Assim, pelo método individualizante, o cientista social seleciona os dados da realidade que deseja pesquisar, destacando a singularidade e os traços que definem seu objeto. Ao estudar o capitalismo, por exemplo, Weber procurou distinguir os elementos que definem este sistema e o diferenciam de outras formas de comportamento econômico. Trata-se do uso do método individualizante, que procura dirigir sua atenção para os caracteres qualitativos e singulares de qualquer fenômeno. Mas, ao pesquisar a origem do capitalismo, Weber vai utilizar do método generalizante o princípio da causalidade, que busca estabelecer relações entre os fenômenos. Nas pesquisas sobre o capitalismo, para voltar ao nosso exemplo, Weber se pergunta de que forma as idéias e o modo de vida dos protestantes, (ética protestante) podem ser considerados como uma das causas fundamentais na origem do moderno sistema econômico capitalista.

No entanto, vale lembrar que, embora Max Weber aceite o uso de “leis científicas” como método válido de pesquisa, esta não deve ser a finalidade das ciências sociais. Para ele, *“as leis (...) são apenas determinadas **probabilidades** [grifo nosso] típicas, confirmadas pela observação, de que determinadas situações de fato ocorram de forma esperada e que certas ações sociais são compreensíveis pelos seus motivos típicos e pelo sentido típico mencionado pelos sujeitos da ação”*. O que Weber quer dizer, portanto, é que a finalidade do método generalizante nas ciências sociais não é a construção de um sistema de leis, no sentido de que determinados fenômenos devam ocorrer sempre da mesma forma, como acontece na física por exemplo (pense no caso da lei da gravidade, que é um fenômeno que sempre se repete!). Entretanto, trata-se de um método indispensável para a objetividade da ciência, na medida em que estabelecer a relação entre os fenômenos, buscando saber “por que” os eventos sociais se desenrolaram desta e não de outra forma, é uma das tarefas fundamentais da sociologia. Em síntese, o uso do método generalizante para construir um sistema de leis gerais não é a finalidade da sociologia (erro da sociologia positivista). Todavia, nem por isso ele deve ser desprezado (erro da filosofia neo-kantiana). O método generalizante é um procedimento indispensável para a sociologia explicar os fenômenos sociais e históricos, que são seu objeto de estudo.

Como você pode notar, Weber entrou em um debate bastante complexo, dialogando com vários autores e analisando diferentes posições teóricas. No confronto com estas teorias, ele estabeleceu as bases filosóficas que sustentam o edifício das ciências sociais e os princípios pelos quais elas se distinguem das ciências da natureza. O importante, para não se perder neste debate, é que os autores analisados por Weber, têm sempre em vista delimitar a especificidade das ciências sociais e distingui-las das ciências da natureza. Este

é o objetivo fundamental da reflexão weberiana. Façamos, ao final, um breve resumo deste debate.

POSITIVISTAS
As ciências da natureza e as ciências sociais possuem o mesmo método

NEO-KANTIANOS
As ciências da natureza e as ciências sociais possuem métodos diferentes

MAX WEBER
Crítica aos positivistas: a realidade é infinita. Logo, não pode ser explicada totalmente a partir de leis científicas
Crítica aos neo-kantianos: a sociologia deverá fazer uso dos dois métodos, dependendo da finalidade da pesquisa
Todavia, nas ciências sociais as “leis” são apenas probabilidades de ação social. São um meio e não a finalidade da pesquisa.

### b) Individualismo Metodológico

Se Max Weber já tinha uma posição epistemológica diferente do positivismo no que tange a relação entre ciências sociais e naturais; o mesmo vai se dar na questão da relação entre indivíduo e sociedade. Para o pensamento weberiano, o ponto de partida da explicação sociológica reside no indivíduo:

*A sociologia interpretativa considera o indivíduo e seu ato como a unidade básica, como seu “átomo” – se nos permitirem pelo menos uma vez a comparação discutível. Nessa abordagem, o indivíduo é também o limite superior e o único portador de conduta significativa (...). Em geral, para a sociologia, conceitos como “Estado”, “associação”, “feudalismo” e outros semelhantes designam certas categorias de interação humana. Daí ser tarefa da sociologia reduzir esses conceitos à ação compreensível, isto é, sem exceção, aos atos dos indivíduos participantes”. (1982, p. 74).*

Se, para Durkheim, a sociedade é superior ao indivíduo; poderíamos dizer que para Weber, o indivíduo é o fundamento da sociedade. Esta afirmação vai muito além do fato de que uma sociedade não existe sem indivíduos. A existência da sociedade somente se realiza pela ação e interação recíprocas entre as pessoas. Então, quer dizer que a “sociedade”, ou mesmo estruturas coletivas como a família, o grupo, o Estado, o capitalismo e outros, não existem? Não se trata exatamente deste argumento. Conforme explica Cohn, o que Weber quer dizer é que:

*o objeto de análise sociológica não pode ser definido como a sociedade, ou o grupo social, ou mediante qualquer outro conceito de referência coletiva. No entanto, é claro que a sociologia trata de fenômenos coletivos, cuja existência não ocorreria a Weber negar. O que ele sustenta é que o **ponto de partida** da análise sociológica só*

*pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” quanto ao método.* (1991, p. 26).

Em Weber, a possibilidade de entender a sociedade e suas instituições passa análise do comportamento dos indivíduos. Tudo o que existe na sociedade, seus grupos, instituições e comportamentos, são fruto da vontade e da atividade dos homens. Por isso, não faz sentido compreendê-los sem resgatar o sentido contido em cada elemento da sociedade. Segundo Weber, é preciso voltar ao nascimento destas instituições e entender a atividade significativa que lhes deu nascimento e as razões que os homens tinham e ainda têm para sustentar as instituições e os comportamentos sociais. É por esta razão que o indivíduo é o fundamento da explicação sociológica.

## 2.2. Metodologia

A preocupação em dotar a sociologia de conceitos claros e bem definidos é uma das principais intenções da teoria metodológica weberiana. Por esta razão, os textos nos quais Max Weber define o que é a sociologia e qual o seu objeto de estudo, são alguns dos trechos mais discutidos e analisados do pensador alemão. Na principal destas obras (Economia e Sociedade), Weber traz a seguinte definição de sociologia (1994, p.03):

***Sociologia** significa uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la em seu curso e seus efeitos* (1994, p. 03).

Podemos traduzir esta definição, na forma do seguinte gráfico:

SOCIOLOGIA	MÉTODO DE ANÁLISE	OBJETO DE ESTUDO
	Compreender	Ação Social
	Explicar	

Nestas poucas linhas, Weber não só definiu o que é a sociologia, como também apontou seu objeto de estudo e ainda seu método de análise (ou seu objeto formal). Tudo de acordo com os pressupostos que já apontamos acima (o indivíduo como fundamento da explicação sociológica). Nas páginas que seguem, vamos tratar de esclarecer e aprofundar cada um destes pontos em detalhe.

### a) Sociologia: objeto material e objeto formal

Como está muito claro na definição de Weber, o **objeto de estudo** da sociologia é a ação social. Mas, o que o devemos entender por ação social? É novamente Weber que vai nos ajudar a esclarecer este conceito. Assim, segundo sua definição, temos que:

- a) **Ação:** é um comportamento (...) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo.

- b) **Ação social:** significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou pelos agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso.

Logo, coerente com o pressuposto filosófico do individualismo metodológico, o objeto de estudo da sociologia é a ação social. É na ação dos indivíduos, quando orientada em relação a outros indivíduos (portanto, quando ela é social) que a sociologia tem o seu ponto de partida lógico e, como consequência, seu objeto de estudo. É sempre a partir do sujeito que Weber pretende fundar a explicação dos fenômenos sociais.

Porém, de que forma o sociólogo deve empreender a tarefa de explicar as ações dos indivíduos em suas relações recíprocas? Qual o método de estudo pelo qual a sociologia aborda as ações sociais? Em outras palavras, qual é o seu **objeto formal**? Segundo Weber, a tarefa da pesquisa sociológica consiste em determinar qual o “sentido” ou “significado” da ação. Mas, quais seriam estes significados aos quais Weber se refere? Conforme explica Cohn, *”interessa, enfim, aquele sentido que se manifesta em ações concretas e que envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento de sua ação”* (1991, p. 27). O fundamento para explicar a ação social, portanto, é o seu motivo. Para a sociologia, importa recuperar a razão e a finalidade que os próprios indivíduos conferem às suas atividades – bemo como às suas relações com os demais indivíduos e com a sociedade. São estas razões que explicam o motivo e a própria existência das ações sociais. É por isto que a teoria sociológica de Weber é chamada de “metodologia compreensiva”: seu objetivo é compreender o significado da ação social.

No entanto, as ações humanas são infinitas, e é claro que o sociólogo não poderia fazer um acompanhamento de todos os tipos de comportamento social. Tendo em vista esta dificuldade, Weber constrói sua conhecida teoria dos **tipos de ação**. A intenção de Weber é justamente apontar quais seriam os sentidos ( ou motivos) básicos da ação social:

1. **Ação social referente a fins:** a ação é determinada por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas. Estas expectativas funcionam como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso. Portanto, neste tipo de ação, o homem coloca determinados objetivos e busca os meios mais adequados para persegui-los. O importante é perceber que o motivo da ação é alcançar sempre um resultado eficiente.
2. **Ação social referente a valores:** a ação é determinada pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado. O motivo da ação, neste caso, não é um resultado, mas um valor, independente dos resultados positivos ou negativos que ela possa ter.
3. **Ação social afetiva:** a ação é determinada de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais.
4. **Ação social tradicional:** a ação é determinada pelo costume arraigado.

Estabelecida a unidade básica da análise sociológica, a **ação social** e os seus tipos básicos, Weber vai mostrar como as interações entre os indivíduos vão ser a base de formação dos grupos sociais e também das instituições sociais. Acompanhem seu raciocínio.

Quando o sentido da ação social é compartilhado por vários agentes, temos a **relação social**. A relação social parte do pressuposto de que é provável que se aja conforme o sentido compartilhado (que pode ser um uso ou um costume). Estas relações sociais, segundo Weber, podem ser ainda de caráter comunitário (pessoais) ou societárias (impessoais).

Finalmente, a relação social deve ser legitimada por uma **ordem legítima**. A legitimação da ordem legítima pode se dar através da convenção ou do direito. De acordo com Weber, as ordens legítimas podem se institucionalizar de diversas formas, tais como:

- agrupamentos: agrupamentos os grupos coletivos possuem órgãos administrativos;
- empresas: quando os grupos buscam determinados fins, estabelecidos racionalmente;
- associações: as relações são fechadas para as pessoas de fora; os regulamentos são aceitos voluntariamente,
- instituições: as regulamentações são impostas para os seus membros

O esquema analítico de Weber, apresenta sempre um caminho que vai do particular ao universal. Ele começa com a análise da ação social, passando pela interação entre os indivíduos, até as instituições sociais. Pode-se também tomar o caminho contrário. Uma noção coletiva, como o Estado, por exemplo, pode ser analisada até se chegar ao seu fundamento de origem, ou seja, a ação social. Quer se parta de um ou de outro ponto, o indivíduo é sempre o fundamento das instituições sociais. É sempre a partir do indivíduo e do significado de sua conduta que Weber reconstrói as práticas sociais e fundamenta sua pesquisa sociológica. É o que demonstra, com um exemplo, o quadro abaixo:

INDIVÍDUO	GRUPO	COLETIVIDADE
Ação Social	Relações Sociais	Ordem legítima
Dar aulas	Professor x aluno	Escola

## b) Os tipos ideais

Depois de apontar com clareza quais seriam os conceitos fundamentais da teoria sociológica, Weber se preocupa também em esclarecer “*qual é a função lógica e a estrutura dos conceitos com os quais trabalha a nossa ciência, à semelhança de qualquer outra*” (1991, p. 100). Em outros termos, ele se pergunta qual o papel dos conceitos sociológicos enquanto instrumentos de interpretação da realidade social. Qual a função que os conceitos desempenham no processo de pesquisa?

Para Weber, estava muito claro que o sociólogo não pode tratar seus conceitos (e suas teorias) como se fossem uma reprodução da realidade. Este seria o erro das teorias positivistas. Adotando a filosofia kantiana, Weber parte do princípio de que o conhecimento humano não é uma reprodução da essência da realidade. Pelo contrário, o conhecimento humano só capta as relações entre as coisas existentes, de acordo com a estrutura da mente humana. Portanto, nunca de forma exaustiva e exata. Da mesma forma, a sociologia não capta toda essência da realidade: a explicação sociológica só pode captar determinados elementos da realidade, que são condicionados pela cultura no qual o sociólogo está inserido.

Como podemos inferir, para Weber, o sujeito tem um papel ativo na construção do conhecimento sociológico, na medida em que é o sociólogo que determina que traços ou aspectos da realidade serão analisados e qual relação existe entre eles. É justamente este aspecto que Weber quer ressaltar com o conceito de **tipos ideais**, que ele assim define:

*Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento (1991, p. 106).*

Desta forma, fica claro que o conceito (que é um tipo ideal) nunca se acha de forma “pura” na realidade, pois ele é apenas uma construção teórica elaborada pelo sociólogo. O tipo-ideal é construído a partir de uma “intensificação” unilateral da realidade, ou seja, uma “exageração” de alguns de seus elementos característicos, a partir de um determinado ponto de vista. Podemos esclarecer isto através de um exemplo.

Vimos anteriormente que Max Weber distinguia quatro tipos de ação social: ação racional com relação a valores, ação racional com relação a fins, ação tradicional e ação afetiva. Ora, sabemos agora que estes conceitos são “tipos ideais”, logo, eles não se acham de forma pura na realidade. No comportamento real das pessoas, estas formas de ação sempre aparecem juntas. O que permite ao sociólogo dizer que se trata desta ou daquela forma de ação é um recorte da mesma, acentuando um dos aspectos que caracterizam a ação. É por isso que estes conceitos são chamados por Weber de “tipos ideais”.

Todavia, é importante não confundir a construção de tipos ideais com um mero “subjetivismo”, como se eles fossem uma construção arbitrária do pesquisador. Pelo contrário, o que Weber quer enfatizar é que o tipo ideal é um instrumento de pesquisa que permite ao sociólogo uma aproximação mais objetiva da realidade. Além de ajudar a entender a realidade, que é diversa e heterogênea, organizando os dados em conceitos homogêneos; o sociólogo deve sempre ancorar estes conceitos nos acontecimentos. É justamente para isto que servem os tipos ideais: permitir ao pesquisador uma forma constante de comparar suas teorias com a realidade pesquisada, a partir de um aspecto da mesma.

Além de conceitos já citados, como os “tipos de ação”; termos como “capitalismo”, “ética protestante”, “feudalismo”, “burocracia”, “Estado” e muitos outros, aparecem em Weber sempre entendidos como tipos ideais, cuja função é permitir às suas pesquisas clareza conceitual quanto aos objetos estudados, bem como um entendimento dos traços típicos que permitem entendê-los.

### III. MODERNIDADE E RACIONALIZAÇÃO

A sociologia da religião de Max Weber, embora tenha o fenômeno religioso como um de seus temas centrais, não pode ser reduzida a um estudo que se restringe a interpretação da religião em si mesma. Pelo contrário, é em sua sociologia da religião, que Max Weber traça o quadro de nascimento e desenvolvimento da modernidade. Para o pensador alemão, a modernidade se caracteriza pelo processo de **racionalização** (que é uma conseqüência do desencantamento do mundo). E embora a razão tenha trazido para o homem a capacidade de dominar o mundo, especialmente através da ciência e da técnica, trouxe também conseqüências negativas: a perda de sentido e a perda de liberdade.

Para empreender seu estudo sobre a modernidade, primeiro Weber se dedica a entender a relação que existe entre o protestantismo e a conduta econômica capitalista. Depois, suas análises se deslocam do Ocidente para o Oriente, para analisar a ligação entre economia e religião na Índia (hinduísmo e budismo) e na China (confucionismo e taoísmo), sem esquecer ainda do judaísmo e até do islamismo. É a partir destas múltiplas comparações que Weber procura entender a cultura ocidental, sua originalidade e também os seus problemas.

A partir destas análises comparativas entre os diferentes desenvolvimentos culturais do Ocidente e do Oriente, Weber conclui que:

*Racionalizações têm existido em todas as culturas, nos mais diversos setores e dos tipos mais diferentes. Para caracterizar sua diferença do ponto de vista da história da cultura, deve-se ver primeiro em que esfera e direção elas ocorrem. Por isso, surge novamente o problema de **reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental**, e, dentro deste moderno racionalismo ocidental, o de esclarecer a sua origem (1996, p. 11).*

O que é este “racionalismo” ocidental? Qual o seu caráter específico diante dos povos do Oriente? Qual a sua origem? Qual o seu significado para a vida do homem? Eis os temas de que trata a sociologia da religião de Max Weber e que o levam a apontar aquela que é uma das características mais importantes das sociedades modernas: o racionalismo.

#### III.1. A ética protestante e o espírito do capitalismo

O livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” é um dos textos mais conhecidos de Max Weber. Por isso, ao longo de nossa exposição, vamos tentar acompanhar bem de perto as idéias contidas nesta obra.



Antes, um esclarecimento. É importante perceber que neste livro, o autor alemão quer atingir dois objetivos. Em primeiro lugar, trata-se de uma investigação sobre as “origens” do capitalismo. Junto com a ciência, a arte, a arquitetura, a universidade e o Estado, o capitalismo seria a grande marca da civilização ocidental. Portanto, por um lado, Weber está interessado em verificar qual a influência da religião na origem do moderno sistema econômico capitalista-industrial. Mas, também é preciso olhar este estudo de forma mais ampla. Esta obra possui também um segundo objetivo importante. Como já destacamos, a questão central da sociologia de Weber é mostrar como se dá o progresso da racionalização no Ocidente (da qual o capitalismo é a maior expressão), fato que não acontece no Oriente. Por que apenas no Ocidente moderno nós temos a vitória do “racionalismo”? Para Weber, a chave para responder a esta segunda pergunta também estava nas características específicas da ética protestante.

Começamos, pois, pela primeira questão: a **origem do capitalismo**. É importante relembrar que Weber está longe de afirmar que a religião luterana foi a “única” causa do capitalismo. Na verdade, o pensamento de Weber é bem mais sofisticado. Além de admitir que o problema da origem do capitalismo admite causas múltiplas e até infinitas (econômicas, políticas, militares, técnicas, etc.), Weber não trata de afirmar que a religião (ou a ética) seria propriamente uma causa da origem do comportamento econômico capitalista, num sentido linear e determinista. Para Weber, a ética luterana muito mais favoreceu (em vez de atrapalhar) do que gerou sozinha o capitalismo. Mesmo assim, ele conclui que a ética protestante “*deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como “espírito do capitalismo”*” (1996, p. 123).

Mas, afinal, o que vem a ser este “*espírito do capitalismo*” ao qual Weber tanto se refere? Para esclarecer esta expressão, Weber nos dá os exemplos de um conjunto de máximas de Benjamin Franklin, que recomenda:

- lembra-te de que tempo é dinheiro;
- lembra-te de que o crédito é dinheiro;
- lembra-te de que dinheiro gera mais dinheiro;
- lembra-te de que o bom pagador é dono da bolsa alheia;

O que estas máximas nos mostram, é que o espírito do capitalismo é uma ética de vida, um modo de ver e encarar a existência. Ser capitalista, antes de tudo, não é ser uma pessoa avara, mas ter uma vida disciplinada, ou ascética, de tal forma que as ações praticadas sempre revertam em lucro. Trata-se, como diz Weber, de uma ascese no mundo. Ascese, é bom lembrar, é o comportamento típico dos monges, que levam uma vida dedicada à oração e à penitência. O bom capitalista também é uma pessoa ascética. Mas a sua ascese é praticada no trabalho, ao qual ele se dedica com rigor e disciplina. Entretanto, a grande questão que nos resta esclarecer é: como esse modo capitalista de ver a vida se generalizou e se propagou pelo Ocidente?

A primeira contribuição para este processo, afirma Weber, foi dada por Martinho Lutero e sua concepção de “*vocação*” (em alemão, *beruf*). Para Lutero, a salvação das

peças não vinha do fato delas se retirarem do mundo para rezar, como faziam os monges católicos. Pelo contrário, quanto mais as pessoas aceitassem suas tarefas profissionais como um chamado de Deus (vocação) e as cumprissem com disciplina, mais aptas estariam para serem salvas.

No entanto, é com as seitas protestantes, que este processo iria ainda mais longe. No quarto capítulo de sua obra, Weber analisa quatro seitas protestantes, que são:

- calvinismo
- pietismo
- metodismo
- seitas batistas.

Dentre estas quatro seitas, diz Weber, é a *religião calvinista* que melhor nos ajuda a explicar a relação entre a ética protestante e a origem do capitalismo. De acordo com a doutrina calvinista, todos os homens são pré-destinados por Deus para a salvação ou para a condenação. Somente Deus, na sua sabedoria e bondade eterna, sabe e escolhe quem será salvo ou não (doutrina da pré-destinação). Nada do que o homem fizer por esforço próprio faz diferença: tudo depende de Deus!

Naturalmente, uma concepção destas coisas causa grande angústia para as pessoas. Como saber se eu vou ser salvo? Apesar de só Deus possuir esta resposta, os calvinistas acreditavam que havia uma forma de obter indícios para esta questão: trata-se do sucesso no trabalho. O cristão está no mundo para glorificar a Deus, e deve fazê-lo trabalhando. Ora, acontece que o cristão que estiver reservado para ser salvo, vai levar uma vida disciplinada e cristã: o resultado, só pode ser um enriquecimento de seus bens materiais. Mas, como bom cristão, ele não vai esbanjá-los em prazeres e em outras condutas consideradas desonestas. Pelo contrário, ele vai continuar trabalhando e aplicando seus recursos para obter mais lucratividade. O resultado é que, com o tempo, esta pessoa tornar-se-á muito rica; afinal, tudo que ela ganha é gasto somente com o necessário, sendo o resto aplicado na própria produção.

Para Weber, esta ética do trabalho, embora tivesse motivações religiosas, acabou dando suporte para um comportamento indispensável para a origem do capitalismo: a busca do lucro, através do trabalho metódico e racional. Mesmo com o processo de secularização da vida (ou seja, o declínio da religião na sociedade), a ética do trabalho se expandiu e se consolidou no Ocidente. Com o tempo, a motivação da busca do lucro se desligou da religião, e ganhou vida própria:

*O puritano queria torna-se um profissional, e todos tiveram que segui-lo. Pois, quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob este sistema (...), e quem sabe o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta. (idem, p. 131).*

Todavia, além da origem do capitalismo, existe outra questão importante ressaltada por Max Weber, que aponta para o segundo objetivo de sua obra: o problema da racionalização. Mais do que a origem do capitalismo, o protestantismo ascético favoreceu também a **racionalização da vida**. A partir deste processo, a vida das pessoas estaria movida pelo sistema econômico, como Weber deixou claro em sua citação acima, e voltaria a enfatizar ainda mais:

*Os católicos não levaram tão longe quanto os puritanos a **racionalização** do mundo, a eliminação da mágica como meio de salvação (...). A vida do santo era dirigida unicamente para um fim transcendental: a salvação. Precisamente por esta razão, entretanto, ela era completamente **racionalizada** do ponto de vista deste mundo e dominada inteiramente pela finalidade de aumentar a glória de Deus [grifos nossos] (idem, p. 81-82).*

Uma vida metódica, dedicada ao trabalho, de forma disciplinada e ordenada: é neste sentido que o comportamento do protestante representa uma forma extremamente racionalizada de vida. Quando a motivação religiosa do trabalho em busca da riqueza desaparece, mas esta forma ordenada de vida se perpetua por força própria, a sociedade atingiu seu nível máximo de racionalização. A origem do capitalismo, portanto, faz parte de um processo mais amplo, chamado por Weber de “desencantamento do mundo”. A racionalização da vida, representada pela influência do protestantismo e pela origem do capitalismo, é uma de suas etapas finais.

### III.2. Racionalização da cultura

Como destacamos anteriormente, a sociologia da religião de Weber não ficou restrita apenas ao estudo da realidade ocidental. Se no Ocidente, a religião foi um fator que impulsionou o desenvolvimento de uma cultura racionalizada e, por conseqüência, a origem do capitalismo; restava saber por que as religiões orientais não exerceram esta mesma influência em sua realidade. É neste contexto que devemos situar as análises de Weber sobre o hinduísmo e o budismo (religiões da Índia) e também sobre o confucionismo e o taoísmo (religiões da China).

Na análise das grandes religiões universais, Weber percebeu que elas se diferenciam, quanto ao seu *conteúdo* e quanto ao *caminho da salvação* que elas apresentam. As imagens de Deus e do mundo é que condicionam a atitude do crente para conseguir a salvação. Ou, dito de uma forma bem mais simples: a teoria religiosa condiciona a prática de vida das pessoas. Para entender a influência da religião sobre a economia, é necessário, então, verificar como as religiões inspiram esta conduta, a partir de dois critérios:

TEORIA RELIGIOSA	PRÁTICA RELIGIOSA
Imagem de Deus	Caminho da salvação
Imagem do mundo	

### a) Teoria religiosa e capitalismo

Quanto à *imagem de Deus* que as religiões desenvolvem, Weber distingue dois tipos de religião: as religiões teocêntricas e as religiões cosmocêntricas. De acordo com a explicação de Habermas, Weber identifica principalmente dois tipos de imagem de Deus: “A primeira, a ocidental, se serve da concepção de um Deus criador, supra-mundano e pessoal; a outra, muito difundida no oriente, parte da idéia de um cosmos impessoal e não criado. Weber fala aqui de uma concepção supra-mundana e de uma concepção imanente de Deus” (1987, p. 269). Logo, temos duas formas culturais diferentes de explicar o que seria a divindade. Nas religiões ocidentais, deus cria o mundo, estando fora e acima dele (deus supra-mundano). Deus sempre existiu e um dia resolveu criar o mundo. Já nas religiões orientais, deus e o mundo são a mesma realidade. Na concepção oriental, deus e mundo se confundem como um todo; sendo que deus está na beleza da totalidade, além de ser a força que sustenta as coisas. Resumindo, temos que:

	IMAGEM DE DEUS
Religiões ocidentais	Deus supra-mundano
Religiões orientais	Deus intra-mundano

Uma segunda diferença de conteúdo entre as religiões consiste na sua *imagem do mundo*. Weber distingue então entre as religiões que promovem a “afirmação do mundo” ou a “negação do mundo”. Ou seja, enquanto as primeiras religiões vêem o mundo de forma positiva, o segundo grupo desvaloriza a realidade mundana. Quando o mundo é visto de forma negativa, a salvação pode ser obtida mediante duas formas. Em primeiro lugar, através de alguma forma de afastamento do mundo, seja através de uma profunda vida interior, seja através do isolamento nos mosteiros. A segunda possibilidade é superar os males do mundo, transformando-o pelo engajamento humano no mesmo. Já, quando o mundo é visto de forma positiva, não há uma tensão entre a realidade mundana e o homem. Este tipo de imagem do mundo leva o homem a uma acomodação ao mesmo, normalmente na forma da contemplação mística, que representa uma atitude passiva diante da realidade mundana.

Analisando as diversas religiões a partir deste elemento, Weber constatou que nas religiões ocidentais existe apenas uma desvalorização do mundo; enquanto nas religiões orientais existem algumas que o valorizam (China) e outro grupo que o desvaloriza (Índia). Gráficamente, eis um resumo destas idéias:

	IMAGEM DO MUNDO	RELIGIÕES
Religiões Ocidentais	Negação do mundo	Cristianismo
Religiões Orientais	Negação do mundo	Índia (budismo)
	Afirmação do mundo	China (taoísmo/confucionismo)

Depois de estudar cada religião (ocidental e oriental) a partir destes elementos, nós podemos cruzar estes dois critérios (imagem de Deus e do mundo), obtendo assim o seguinte esquema:

Imagem de Deus	Religiões Teocêntricas	Religiões Cosmocêntricas
Afirmção do mundo	-	Confucionismo Taoísmo
Negação do mundo	Judaísmo Cristianismo	Budismo Hinduísmo

Observando este quadro, logo se destaca o fato de que, quanto ao critério do **conteúdo**, já podemos perceber que somente as religiões ocidentais criaram uma imagem de um deus transcendente, ou seja, que se encontra fora do mundo, combinando este aspecto com uma visão negativa do próprio mundo (o mundo é o lugar do pecado). Já nas religiões orientais (cujo deus é visto como intra-mundano), a imagem de Deus se combina com duas diferentes visões do mundo (positiva e negativa).

#### **b) Prática religiosa e capitalismo**

Entretanto, o que tudo isto tem a ver com a influência das religiões na sociedade, especialmente se quisermos compreender a ação social e a conduta econômica dos indivíduos? De acordo com a teoria weberiana, a teoria religiosa inspirou diferentes formas do indivíduo se comportar. Vejamos como.

De acordo com o autor, estas teorias religiosas inspiram diferentes **caminhos de salvação**.

- Nas **religiões teocêntricas** (deus está fora do mundo) existem dois caminhos de salvação. Se houver uma imagem negativa da realidade mundana, as religiões apresentam o caminho da dominação ascética do mundo (como é caso da religião protestante). Quanto a religiões teocêntricas com uma imagem positiva do mundo, Weber não encontrou nenhuma exemplo real deste tipo de religião. O importante é perceber que as religiões teocêntricas com uma visão negativa do mundo favorecem uma atitude “*ativa*” diante da realidade mundana.
- Nas **religiões cosmocêntricas** (deus é o mundo), existem duas possibilidades. Se há uma imagem negativa da realidade mundana, o único caminho da salvação é a fuga do mundo (é o caso das religiões da Índia, o hinduísmo e o budismo). Mas, se houver uma imagem positiva do mundo, o caminho da salvação será uma acomodação diante do mundo. Todavia, em ambos os casos, trata-se de caminhos de salvação que levam o homem a um atitude “*passiva*” diante da realidade mundana.

Para finalizar, coloquemos estas idéias na forma de um quadro:

TEORIA RELIGIOSA		PRÁTICA RELIGIOSA
IMAGEM DE DEUS	IMAGEM DO MUNDO	SALVAÇÃO
Religião Teocêntrica	Visão positiva do mundo	-----
Religião Teocêntrica	Visão negativa do mundo	Dominação do mundo
Religião Cosmocêntrica	Visão positiva do mundo	Acomodação ao mundo
Religião Cosmocêntrica	Visão negativa do mundo	Fuga mística do mundo

A conclusão que se pode tirar deste complexo esquema de Weber é bastante óbvia. As religiões orientais levam o crente a uma atitude contemplativa diante do mundo. Já o caráter específico da religião ocidental consiste em levar o crente a uma atitude de engajamento diante do mundo. Foi por isso que a ética religiosa do protestantismo favoreceu a origem do capitalismo, enquanto as religiões orientais não inspiraram nenhum movimento neste sentido.

### III.3. Racionalização da sociedade

A análise comparativa de Weber entre as religiões do Ocidente e do Oriente, permitiu ao autor alemão traçar um quadro completo da evolução cultural do ocidente. Em Weber nós temos uma minuciosa análise do “*processo de intelectualização a que estamos submetidos desde milênios*” ( 1967, p. 30), e que compreende as seguintes etapas:

Religião ⇒ Desencantamento do mundo ⇒ Racionalização

Mas o que seria este processo de “**desencantamento do mundo**”? De modo geral, pode-se dizer que se trata de um longo caminho no qual as concepções mágicas e religiosas do mundo, vão sendo substituídas por uma concepção racionalizada da existência. Neste processo, o homem deixa de ver a vida como algo dominado por forças impessoais e divinas; para enxergar a natureza e a sociedade como passíveis de completo domínio pelo homem. Antes, eram os deuses que controlavam a vida do homem. Agora é o homem, através da ciência e da técnica, que “des-diviniza” a natureza e a sociedade e passa a controlá-las. De acordo com Raimond Aron, “*a ciência nos habitua a ver a realidade exterior apenas como conjunto de forças cegas que podemos pôr à nossa disposição; nada resta dos mitos e das divindades com que o pensamento selvagem povoava o universo. Nesse mundo despojado desses encantamentos, e cego, as sociedades se desenvolvem no sentido de uma organização cada vez mais racional e burocratizada*” (1993, p. 521).

Ao contrário dos filósofos iluministas e mesmo do positivismo, que viam o progresso da razão como aumento de progresso material e até da felicidade individual, Weber tinha uma posição crítica a este respeito. O aumento do grau de racionalidade do mundo moderno, não leva necessariamente a um estágio superior de vida social. Weber sabia que o processo de racionalização do mundo, da qual a organização capitalista e a organização burocrática do Estado eram as maiores expressões, tinha também o seu lado negativo. É

neste sentido que ele apresenta o seu diagnóstico da modernidade: a perda de sentido e a perda de liberdade.

Quanto à primeira tese, a **perda de sentido**, Weber sabia que a gradual substituição da religião pela razão, cuja maior expressão é a ciência, traria uma mudança profunda na cultura. Segundo ele, a religião era uma cosmovisão do mundo que conferia sentido à realidade. Toda religião procura dar aos homens uma resposta à respeito do “por que” último da existência. As religiões entendem o mundo como dotado de uma finalidade: existe uma razão que explica de onde viemos e para onde vamos. Acontece que, para Weber, a ciência não poderia ocupar o papel da religião: *“quem continua ainda a acreditar – salvo algumas crianças grandes que encontramos justamente entre os especialistas – que os conhecimentos astronômicos, biológicos, físicos ou químicos podem ensinar-nos algo a propósito do sentido do mundo ou poderiam ajudar-nos a encontrar os sinais de tal sentido, se é que ele existe?”* (1991, p. 35).

Para Weber, não se trata de renunciar à razão e voltar a religião só porque ela dotava o mundo de sentido. A ciência é um saber instrumental, que sabe apontar os meios para se atingir do melhor modo possível um objetivo, mas ela não tem como formular um juízo definitivo de que este objetivo é melhor que aquele, de que este valor supera outro. De acordo com um exemplo dado pelo próprio Weber, *“ignoro como se poderia encontrar base para decidir “cientificamente” o problema do valor da cultura francesa face à cultura alemã; aí também diferentes deuses se combatem e, sem dúvida, por todo o sempre”* (idem, p.42). De fato, era assim que Weber via o problema dos valores no mundo moderno: uma luta entre os deuses, onde cada um deve escolher o seu.

Mas não é somente no plano da cultura que Weber vê os resultados negativos da expansão da racionalidade ocidental. Através da ética protestante, Weber percebeu que o racionalismo penetrou também no campo da economia e no campo da organização política, fenômeno que Weber chamou de “burocratização” e que podemos chamar também de **racionalização social**. Por isto, no final do livro “A ética protestante”, Weber afirmava que o manto sagrado da busca dos bens materiais dos calvinistas, acabaria aprisionando o homem: *“De acordo com a opinião de Baxter [teólogo calvinista] preocupações pelos bens materiais somente poderiam vestir os ombros do santo “como um ténue manto, do qual a toda hora se pudesse despir”. O destino iria fazer com que o manto se transformasse numa prisão de ferro [grifo nosso]”* (1996, p. 131).

A imagem de Weber é bastante forte. A racionalidade ocidental representa para o homem uma “prisão de ferro”. É assim que Weber resume sua famosa tese da **perda da liberdade**. Embora tenha se libertado das forças divinas e naturais, o homem tornou-se escravo de sua própria criação. Longe de estar livre, a racionalidade dos meios (já que o homem perdeu a racionalidade dos fins, ou seja, a capacidade de determinar o sentido da vida) tomou conta da existência. Se o calvinista fez do trabalho um meio em busca da salvação, o capitalismo fez do trabalho uma atividade cujo fim é ele mesmo. Trata-se de uma racionalidade que aumentou a produtividade, mas escravizou o homem.

Ao contrário de Durkheim, que tinha uma imagem bastante positiva da modernidade, Weber pode ser considerado um teórico pessimista. O problema é que a força que conduziu

o homem um passo adiante (a razão), também trouxe conseqüências negativas. E diante do problema, Weber não via nenhuma solução.

#### IV. PROJETO POLÍTICO: NEUTRALIDADE

Uma das características marcantes do pensamento de Weber, é a radical separação que ele promove entre a figura do cientista e do político, ou entre as esferas da ciência e da política. Neste sentido, o texto mais famoso a respeito, são as conferências proferidas por Weber na Universidade de Viena, em 1919 (A ciência como vocação e A política como vocação). No entanto, isto não impediu o pensador alemão de se pronunciar, várias vezes, sobre problemas teóricos ligados à análise da política, ou, sobre temas do debate político de sua época.

##### IV.1. Neutralidade axiológica

Weber tinha herdado de Henrich Rickert (filósofo neo-kantiano), a convicção de que as ciências humanas eram **ciências relacionadas com os valores**. Ou seja, um sociólogo sempre faz suas pesquisas no quadro de uma cultura determinada, com um conjunto de valores específicos, que movem seus interesses pessoais. O que é significativo para um sociólogo brasileiro, por exemplo, pode não sê-lo para um alemão, ou ainda um cidadão da idade média. No entanto, admitir esta hipótese trazia um problema muito sério. Quer dizer, então, que as ciências humanas são ciências subjetivistas, em que tudo depende do “ponto de vista” adotado por cada autor? Se cada autor elege um elemento da realidade para explicar, e tira daí suas próprias conclusões, como fugir da armadilha do relativismo (que afirma que não há verdade objetiva, pois tudo é relativo)?

É este problema que leva Weber a refletir sobre a questão da “objetividade” das ciências humanas ou sociais. Para resolver este dilema, Weber afirma que a ciência deve cuidar para distinguir rigorosamente entre os **juízos de fato** e os **juízos de valor**.

Isto implicava em afirmar que, se o sociólogo era movido por seus valores na hora de definir seu objeto; na condução da pesquisa, todas as considerações pessoais do autor (seus juízos de valor ou axiológicos) deveriam ser colocados de lado. Na pesquisa, o sociólogo só pode emitir juízos de fato, ou seja, mostrar rigorosamente o desenvolvimento de um determinado fenômeno, sem procurar julgá-lo, ou, tomar posição sobre o problema. Em outros termos, tanto em relação a problemas éticos quanto políticos, as ciências sociais deveriam ser, rigorosamente, ciências neutras.

Com isto, Weber acaba colocando uma enorme distância entre aquilo que nós poderíamos chamar de “teoria” e de “prática”. Como fica a relação da ciência com os problemas práticos da vida? Ou seja, que tipo de ligação existe entre a teoria e a prática em Weber? Segundo o autor, *“as ciências, tanto as normativas como as empíricas, podem prestar apenas um único e inestimável serviço aos políticos e aos partidos concorrentes, que é informá-los:*



- a) *de que perante determinado problema prático apenas são concebíveis estas ou aquelas tomadas de posição “últimas” diferentes e;*
- b) *de que a situação que há de ter em conta no momento de escolher entre essas determinadas posições se apresenta desta ou daquela maneira”*(1991, p. 86).

Um bom exemplo para entender esta questão poderia ser formulada da seguinte forma. Qual o melhor sistema de governo para o Brasil: o sistema parlamentarista ou o sistema presidencialista? Para Weber, não cabe ao sociólogo dizer qual deles é melhor. O cientista deve apenas tentar apontar quais as consequências da adoção ou não de um ou outro dos dois sistemas. Fazer a escolha por um dos sistemas de governo é uma tarefa que cabe à sociedade. Somente a ela cabe saber qual dos “deuses” escolher!

Com estas afirmações, Weber acabou deixando a ciência e os teóricos isolados de qualquer movimento político. Se, por um lado, esta postura permitiu aos sociólogos uma maior profissionalização de sua ciência (já que suas questões são essencialmente teóricas); ao isolar a ciência da política, Weber deixou as ciências humanas expostas ao perigo de tornarem-se ideologias de justificação da ordem estabelecida, na medida em que elas estão impedidas de fornecer ou apontar alguma solução prático-política para as questões sociais. Embora sua reflexão seja muito mais sofisticada, neste ponto, Weber está muito mais próximo de uma posição positivista.

#### **IV.2. Análises políticas de Weber**

Apesar de não poder tomar partido nas questões políticas do dia-a-dia, a neutralidade axiológica não significa que a sociologia não possa pesquisar a realidade política da sociedade. Pelo contrário, neste sentido, Weber deu grandes contribuições para a sociologia política. Ainda que não possamos dedicar grande espaço para a variedade de temas abordados por Weber, uma rápida resenha das principais questões pesquisadas pelo autor, já nos permite compreender o alcance de sua obra.

##### **a) Estado e política**

No texto “A política como vocação”, Weber diz que “devemos conceber o *Estado* contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física (...). Por *política* entenderemos, conseqüentemente, o conjunto dos esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior do próprio Estado” (1967, p. 56).

##### **b) Poder e dominação**

Entre as categorias mais utilizadas da sociologia weberiana estão os conceitos de poder e de dominação. *Poder* é capacidade de impor a própria vontade dentro de uma

relação social. O conceito de poder deve ser distingüido do conceito de *dominação*, que significa a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato. Para Weber, o que importa é analisar os fundamentos que tornam legítima a autoridade, ou ainda, as razões internas que justificam a dominação, que ele distingue segundo três tipos puros:

- ***Dominação legal racional***: a obediência apóia-se na crença na legalidade da lei e dos direitos de mando das pessoas autorizadas a comandar pela lei;
- ***Dominação tradicional***: sua legitimidade apóia-se na crença de que o poder de mando têm um caráter sagrado, herdado dos tempos antigos.
- ***Dominação carismática***: a legitimidade da autoridade do líder carismático lhe é conferida pelo afeto e confiança que os indivíduos depositam nele.

### c) Burocracia e democracia

Em Weber existe uma das mais cuidadosas análises do fenômeno da organização burocrática. Ao analisar as estruturas burocráticas da sociedade, Weber busca suas origens históricas (Egito, Principado Romano, Estado Bizantino, Igreja Católica, China, Estados europeus modernos e grandes empresas capitalistas modernas). Além disso, ele analisa suas vantagens, suas tarefas, sua relação com o direito, os meios de administração e muitos outros aspectos. Para Weber, a burocratização da vida atinge a todas as esferas da vida social, não apenas o Estado. De acordo com o autor “a burocracia moderna funciona da seguinte forma específica.

1. Rege o princípio de *áreas de jurisdição fixas e oficiais*, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou por normas administrativas;
2. Os *princípios da hierarquia* dos postos e níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores;
3. A administração de um cargo moderno se baseia em *documentos escritos* (os arquivos), preservados em sua forma original ou em esboço;
4. A administração burocrática (...)supõem um *treinamento especializado e completo*;
5. A atividade oficial exige a *plena capacidade* de trabalho do funcionário, sendo o tempo e a permanência na repartição delimitados;
6. O desempenho do cargo segue *regras gerais*, mais ou menos estáveis ou exaustivas, e que podem ser aprendidas “ (1982, p. 229-232).

Para Max Weber, o crescimento do Estado e a complexidade dos problemas que este têm de resolver, coloca sérios entraves para a *democracia*, pois distancia o cidadão das decisões fundamentais. Neste quadro, diz Weber, a democracia funciona apenas como um método de seleção: o cidadão deve escolher os quadros para o governo do Estado.

### d) Classe, estamento e partido

A grande novidade da teoria da estratificação social de Weber, é buscar compreender as diferentes posições do indivíduo na sociedade não a partir de um único critério, mas a

partir de sua inserção em várias esferas da realidade. Portanto, se do ponto de vista econômico, as pessoas estão divididas em “classes sociais”; do ponto de vista político elas se encontram em diferentes “partidos” e quanto ao aspecto cultural, elas podem se diferenciar em diferentes tipos de “estamentos”.

A *classe* diz respeito aos interesses econômicos das pessoas e as diferenças na posse de bens. O *partido* se relaciona com a diferente distribuição do poder e; finalmente, o *estamento* tem a ver com os estilos de vida das camadas sociais, juntamente com o prestígio e a honra conferidas a cada uma.

### e) Político profissional

No texto “A política como vocação”, encontramos uma fascinante análise de Weber sobre a origem e a condição do “*político profissional*”. De acordo com Weber, com o aparecimento do Estado, “em todos os países do globo, nota-se o aparecimento de uma nova espécie de políticos profissionais”. Na seqüência, ele afirma: “há duas maneiras de fazer política. Ou se vive para a política ou se vive da política. Nessa oposição não há nada de exclusivo. Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática”. Em seguida, completa: “Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que “vive da política” e diremos, no caso contrário, que “vive para a política” (1967, p. 62 e 64-65).

Ao refletir sobre os desafios da vida política, Weber percebe que os governantes estão divididos entre o apelo de uma “ética da convicção” e uma “ética da responsabilidade”. Na **ética da convicção**, o indivíduo permanece fiel às suas concepções e valores, independente das conseqüências práticas que isto possa ter. No entanto, o político deve guiar-se pela **ética da responsabilidade** e deve antes se perguntar pelas conseqüências de suas ações e decisões. São as conseqüências políticas de sua decisões que respondem pela moralidade de seus atos.

Weber deixa claro que a ética da convicção não significa ausência de responsabilidade, nem que a ética da responsabilidade implica em ausência de convicção. Todavia, completa: “não é possível conciliar a ética da convicção e a ética da responsabilidade, assim como não é possível, se jamais se fizer qualquer concessão ao princípio segundo o qual o fim justifica os meios, decretar, em nome da moral, qual o fim que justifica um meio determinado” (idem, p. 115).

## 5. BIBLIOGRAFIA

### 5.1. Obras de Max Weber

COHN, Gabriel. **Weber**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991. Coleção grandes cientistas sociais, n. 13.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: UnB, 1994, vol.1

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. Ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1967.
- WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992, 2 vols.
- WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.
- WEBER, Max. Conferência sobre o socialismo. In FRIDMAN, Luiz Carlos. **Émile Durkheim, Max Weber: o socialismo**. Relumé-Dumará, 1993, p.85-128.

## 5.2. Textos Complementares

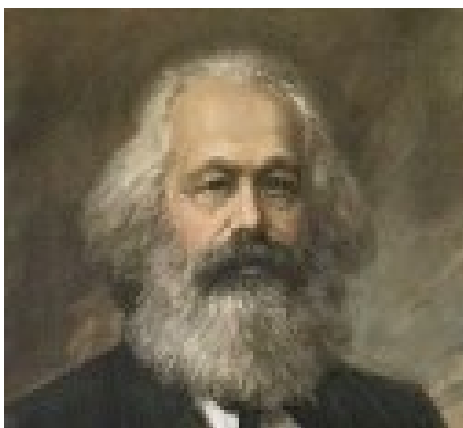
- ARGÜELLO, Katie. **Direito e política em Max Weber**. São Paulo: Acadêmica, 1997.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ASCHARAFT, Richard. A análise do liberalismo em Weber e Marx. In COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977, p.186-239.
- BELLAMY, Richard. Alemanha: liberalismo desencantado. In ----- . **Liberalismo e sociedade moderna**. São Paulo: UNESP, 1994, p. 279-382.
- CHACON, Vamireh. **Max Weber: a crise da ciência e da política**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: Quieiroz, 1979.
- COHN, Gabriel (org). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, p.1-13.
- DREIFUSS, René Armand. **Política, poder, Estado e força: uma leitura de Weber**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FLEISCHMANN, Eugéne. **Weber e Nietzsche**. In COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977, p. 136-185.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- GERTZ, René E. (org). **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- GYDDENS, Anthony. Política e sociologia no pensamento de Max Weber. In ----- . **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 25-72.
- GYDDENS, Anthony. Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo. In ----- . **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 73-102.
- HABERMAS, Jürgen. La teoría de la racionalización de Max Weber. In **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987, p. 197-350, tomo I.
- JASPERS, Karl. Método e visão do mundo em Weber. In COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977, p. 121-135.

MERQUIOR, José Guilherme. **Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão.** 2. Ed. Campinas: Unicamp, 1994.

TRAGTEMBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia.** 2. Ed. São Paulo: Ática, 1992.

## CAPÍTULO IV KARL MARX



Ao contrário de Durkheim e Weber, Marx nunca foi um sociólogo de profissão. Toda sua obra foi construída tendo em vista oferecer aos operários, explorados pelo sistema capitalista, um entendimento das leis de funcionamento deste sistema. Só assim, julgava Marx, seria possível construir um novo tipo de sociedade: a sociedade socialista ou comunista.

No entanto, para realizar esta tarefa, Marx se dedicou a fazer um estudo profundo e cuidadoso da vida social. Deste modo, sua obra exerceu uma importância decisiva para o desenvolvimento da sociologia, que incorporou boa parte de suas teses para o entendimento da sociedade moderna. Com Marx, a sociologia vai assumir uma vocação crítica, voltada para o desmascaramento e a superação da formação social capitalista.

Interpretar a obra de Marx é sempre uma tarefa difícil. Afinal, o seu pensamento era dinâmico e jamais foi sistematizado pelo autor, permanecendo, inclusive, inacabado. Além disso, a maioria das “codificações” do pensamento de Marx acabaram se tornando dogmáticas, apresentando-se como verdades absolutas, bem distantes do espírito e da intenção de sua obra.

Sabendo destes riscos, não temos a pretensão de propor aqui mais uma “interpretação correta” da obra de Karl Marx. Nosso objetivo será oferecer ao leitor uma compreensão dos elementos básicos de seu pensamento e, principalmente, sua importância para a história da sociologia.

### I. VIDA E OBRAS

Karl Marx nasceu em **Trier**, no dia 05 de maio de 1818. Nesta cidade ele também realizou seus primeiros estudos. Em 1835, o jovem Marx vai estudar direito em **Bonn** e em 1836 transfere-se para **Berlim**. Nesta cidade, parte para o estudo da filosofia, aproximando-se do pensamento de Hegel. Em 1841, obteve a tese de doutorado, defendida na cidade de Iena. Todavia, a perseguição do governo alemão aos críticos de Hegel (chamados de esquerda hegeliana), bem como sua amizade com o filósofo Bruno Bauer, impedem-no de seguir a carreira como professor universitário.

Por isso, em 1842, Marx torna-se editor do jornal Gazeta Renana, da cidade de **Colônia**. O contato com os problemas sociais exerce uma grande influência na vida de

Marx, provocando também violentas críticas por parte do autor, o que acaba resultando no fechamento do jornal. Marx decide-se então mudar para Paris, para continuar seus estudos críticos. Antes de partir, ele se casa com Jenny von Westphalen, com quem teria seis filhos: Jenny, Laura, Edgar, Guido, Francisca e Eleanor.

Marx permaneceu em **Paris** de 1843 até o início de 1845. Nesta cidade, além de tomar contato com os grupos socialistas franceses, ele ajudou a fundar a Revista “Anais Franco-Alemães”, editada uma única vez. Foi nesta cidade, em 1844, que Marx começou sua amizade com Friedrich Engels (1820-1895), que tinha publicado um artigo nesta revista.

Em fins de 1844, Marx foi expulso de Paris e mudou-se para **Bruxelas**, onde começa a envolver-se com as atividades políticas do movimento dos trabalhadores. Em Bruxelas, participa da fundação da Liga dos Comunistas, da qual redige o Manifesto do Partido Comunista, em 1848. Em junho do mesmo ano, acompanha as insurreições de Paris; e em 1849, participa da revolução alemã, tendo fundado na cidade de Colônia, o jornal “Nova Gazeta Renana”.

Com o fracasso da revolução alemã, Marx parte para o exílio, chegando a **Londres** no ano de 1850. Na Inglaterra, ele interrompe suas atividades políticas, iniciando, na Biblioteca Pública da cidade, um profundo estudo sobre o modo de produção capitalista, cujo maior resultado é a obra *O Capital* (1867). Em 1864, ele re-inicia suas atividades políticas com a fundação da *I Internacional* (1864-1872), que se propunha a ser um órgão articulador do movimento comunista em nível internacional. Por causa da divergência com os anarquistas, a I Internacional é dissolvida em 1872. Marx falece em Londres, no dia 14 de março de 1883, um ano depois da morte de sua mulher.

Além de uma vigorosa análise crítica do sistema capitalista, Marx foi um exemplo de pensador que soube unificar sua teoria com a prática. Toda sua vida e sua obra foram marcadas por um pensamento voltado para a classe operária e a construção de um novo tipo de sociedade: a sociedade socialista.

As principais obras de Marx, algumas escritas a duas mãos com seu companheiro Friedrich Engels (assinaladas em itálico), são as seguintes:

- 1841: Diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro (tese de doutorado);
- 1843: Crítica da filosofia do direito de Hegel (manuscritos)
- 1844: A questão judaica (Anais Franco-Alemães)  
Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel (Anais)  
Manuscritos econômico-filosóficos
- 1845: Teses sobre Feuerbach  
*A sagrada família*
- 1846: *A ideologia alemã*
- 1847: Miséria da filosofia
- 1848: *Manifesto do partido comunista*

- 1850: A luta de classes na França
- 1852: O dezoito brumário de Luís Bonaparte
- 1857-1858: Grundrisse (ou “Esboço” de uma crítica da economia política)
- 1859: Contribuição à crítica da economia política
- 1864: Manifesto de lançamento da 1ª Internacional
- 1865: Salário, preço e lucro
- 1867: O Capital (livro 1)
- 1871: A guerra civil na França
- 1875: Crítica ao programa de Gotha

Marx produziu uma vasta obra e trata de assuntos tão variados como filosofia, política, história, religião e economia. É por isso que tentar uma sistematização de seu conteúdo é tarefa bastante complexa. No entanto, de acordo com a interpretação de um estudioso marxista, Louis Althusser (1918-1991), é possível perceber que Marx forma suas convicções básicas entre os anos de 1845-1846 ( Bruxelas), principalmente na obra a “Ideologia Alemã”, onde o próprio autor declara ter rompido definitivamente com as premissas da filosofia neo-hegeliana de Feuerbach. Para Althusser, portanto, o pensamento de Marx se move dentro de duas fases:

JOVEM MARX -----	Ideologia Alemã -----	MARX MADURO
Marx filósofo	(1846)	Marx economista

Um dos grandes méritos do pensamento de Marx foi ter dialogado com as principais **correntes teóricas** do seu tempo. Ao comentar sua própria obra, ele reconhece sua dívida para com três fontes básicas:

1. **Filosofia alemã.** Marx, que era doutor em filosofia, começou suas análises teóricas fazendo parte de em grupo de pensadores alemães chamados de *esquerda hegeliana*”, do qual faziam parte os filósofos David Strauss (1808-1874), Bruno Bauer (1809-1872), Arnold Ruge (1802-1880), Moses Hess (1812-1875), Max Stirner (1806-1856) e ainda Ludwig Feuerbach (1804-1872). Embora adotassem o **método dialético** de Georg Wilhelm **Hegel** (1770-1831), estes pensadores tinham uma atitude de crítica diante do pensamento deste autor, do qual eram estudiosos. A influência do pensamento hegeliano é, como logo vamos notar, uma das principais características do pensamento de Marx.
2. **Socialismo utópico.** Embora já tivesse algum conhecimento do socialismo, é na França que Marx vai ter um contato mais próximo com este movimento e seus intelectuais, como Charles Fourier (1772-1837), Saint Simon (1760-1825) e Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Marx chamaria este conjunto de pensadores de “**socialistas utópicos**”, pois embora eles fizessem críticas ao sistema capitalista, erraram ao não fazer uma análise profunda das leis de funcionamento do capitalismo e não reconheceram a classe operária como a única possibilidade de construção do socialismo. Diante deste socialismo utópico, Marx pretende apresentar um **socialismo científico**.



3. **Economia política.** Em seu período na Inglaterra, Marx realizou um profundo e longo estudo da ciência econômica, para mostrar as leis de funcionamento do modo de produção capitalista e apontar as possibilidades de sua superação. Neste estudo, ele aproveitou a contribuição de vários economistas ingleses, principalmente de Adam Smith (1723-1790) e de David Ricardo (1772-1823), que lhe tinham apontado o *trabalho* como o elemento chave para se entender o sistema econômico.

## II. MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Como já enfatizamos no início de nossa exposição, Marx estava longe de ser um sociólogo de profissão. Na verdade, seus estudos nasceram da prática e das necessidades políticas do movimento socialista. Foram os estudiosos das ciências sociais e os próprios pensadores marxistas que adaptaram a teoria de Marx às necessidades teóricas da sociologia. A vasta obra de Marx forneceu, para estes estudiosos, preciosos elementos para repensar os fundamentos epistemológicos e os procedimentos metodológicos desta ciência.

Em sua obra, Marx não só elaborou uma nova interpretação do capitalismo, mas também propôs novos métodos de interpretação desta nova realidade histórico-social: o materialismo dialético e o materialismo histórico. Para o autor, teoria e análise da realidade são aspectos que se inter-relacionam e condicionam. Assim, a tese filosófica do materialismo dialético, bem como o método de análise da sociedade - o materialismo histórico - representam valiosas contribuições para a epistemologia e a metodologia das ciências sociais. É por esta razão que podemos falar hoje de uma “teoria sociológica marxista”.

### 2.1. Materialismo dialético

A noção de “dialética” possui uma longa história no pensamento filosófico. Esta história começa com Heráclito, passando por Platão, Kant e outros pensadores; até chegar a Hegel, que vai sistematizar o método dialético no seu sentido moderno. Marx, que era um membro da esquerda hegeliana, vai adotar o método dialético, mas conservará uma atitude crítica diante do mesmo, como ele próprio declara nesta passagem famosa, escrita já no final de sua vida (Pós-fácio da 2ª edição do Capital, de 1873):

*Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto (...). Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo [grifo nosso]. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico”. (1994, p.16)*

Nesta passagem, Marx deixa bem claro que permanece fiel a dialética enquanto *método*, mas que vai adotar uma atitude diferente quanto ao seu *conteúdo* [ou seu fundamento]. É por isso que Marx afirma que em Hegel “a dialética está de cabeça para

baixo"! A diferença entre a dialética de Hegel e a de Marx, portanto, diz respeito ao seu conteúdo. Assim, temos:

- Em Hegel: idealismo dialético
- Em Marx: materialismo dialético

Por isso, nosso entendimento acerca da “dialética” tem de necessariamente começar com Hegel, pois a dialética hegeliana foi o ponto de partida das reflexões de Marx.

### a) O idealismo dialético de Hegel

A intenção de Hegel, ao apresentar seu método dialético, era entender a história como “movimento”. Isto era necessário porque, até então, o método predominante na filosofia era o método metafísico. Ao contrário da dialética, para a metafísica, a realidade possui uma essência que a define. Embora as coisas se modifiquem, explicam os filósofos metafísicos, a “essência” das coisas permanece a mesma. A diferença básica entre o método metafísico e o método dialético, portanto, é a seguinte:

- método metafísico: a essência das coisas não se modifica
- método dialético: a realidade é um movimento constante

No entanto, se a realidade é um “devir contínuo” (ou seja, uma constante transformação), resta explicar qual a razão ou a *causa* que gera o movimento constante. É neste momento que a noção de “dialética” será fundamental para Hegel. Para este filósofo, as coisas estão em contínua transformação porque todo ser é intrinsecamente contraditório, ou seja, sua existência já contém em si sua própria negação. Hegel vai chamar esta idéia de princípio da contradição. Para Hegel, o princípio de que todos os seres são contraditórios é uma lei que governa toda a realidade. É o fato de que todo ser é contraditório que explica a causa do movimento ou do devir contínuo. Vamos aprofundar esta idéia, recorrendo a um exemplo.

Como você já deve ter percebido, a palavra “dialética” é muito próxima da palavra “diálogo”. Como você também já sabe, no diálogo, o pensamento se forma porque existe uma contínua troca de afirmações. Ou seja, a ação recíproca (ou contradição) de uma idéia com a outra, gera o movimento (ou o pensamento), como ilustra este esquema:

A ----- B ----- C ----- D

O exemplo do diálogo nos ajuda a esclarecer duas coisas. Em primeiro lugar, ele nos mostra a idéia de movimento, de devir ou ainda de transformação. Ao trocarmos idéias com outras pessoas, nossos pensamentos vão se alterando e as idéias de nosso interlocutor também. De pensamento em pensamento, ou de idéia em idéia, o que temos no diálogo é movimento constante. Em segundo lugar, fica fácil perceber que este movimento de idéias é causado pela oposição ou contradição das idéias entre si. Se não houvesse um confronto de idéias, certamente não teríamos o movimento. A oposição ou contradição de idéias é que gera o movimento. São justamente estes dois aspectos que formam a essência da dialética

em Hegel. Segundo o autor, (i) a realidade é uma contínua transformação (ii) cuja causa ou razão é o princípio da contradição, ou seja, o fato de que todos os seres são contraditórios.

Todavia, é sempre bom esclarecer ainda mais um detalhe. Na dialética hegeliana, todo ser é contraditório em si mesmo, ou seja, contém em si sua própria negação. Voltando ao exemplo do diálogo, isto significa dizer que, ao afirmar uma idéia, eu já estou me opondo a outra, que passa a ser a antítese da primeira. Entre elas não há uma relação de exterioridade, como se a antítese fosse uma idéia arbitrária de um interlocutor vindo de fora. É o próprio fato de enunciar uma tese que gera a antítese e a necessidade de superá-la, ou seja, a síntese. Não se trata apenas da relação de um ser sobre outro. Cada ser, em si mesmo, é contraditório. É por isso que cada ser, ou qualquer ente do mundo real, afirma Hegel, é governado pela lei da contradição. Toda contradição, por sua vez, gera a necessidade de ser superada pela síntese (que é chamada, por isso mesmo, de unidade dos contrários).

Para mostrar como tudo está submetido a lei do movimento e da contradição, os estudiosos de Hegel afirmam que se pode demonstrar que todo ser, qualquer que seja, passa por três momentos fundamentais, que são:

- tese: momento da afirmação
- antítese: momento da negação
- síntese: momento da negação da negação

Com esta metáfora, afirmam eles, é possível perceber que todo ser passa por transformações, que são geradas pela oposição, expressa nas palavras “tese – antítese – síntese”. Cada síntese transforma-se em uma nova tese, e assim o movimento continua:

Tese  $\Rightarrow$  Antítese  $\Rightarrow$  Síntese/Tese  $\Rightarrow$  Antítese  $\Rightarrow$  Síntese/Tese

Entretanto, para o pensamento de Hegel, não era apenas cada ser em particular que estava submetido a evolução dialética. Pelo contrário, para este filósofo, *toda a realidade*, (ou seja, tudo aquilo que existe em seu conjunto) evolui dialeticamente e faz parte de um movimento constante. Para Hegel, portanto, tudo é história: toda a realidade é modificação e movimento gerados pela contradição.

Foi para explicar a evolução histórica que Hegel construiu sua filosofia, chamada de “*idealismo dialético*”. Acontece que, seguindo a tradição de outros filósofos alemães, Hegel achava que no início da história tudo era essencialmente espírito, ou, pensamento. O pensamento, que Hegel chamava também de “Espírito Absoluto” ou “Idéia”, era a elemento fundante das coisas. Porém, como surgiu a matéria?

De acordo com Hegel, seguindo a lei da contradição, o pensamento aliena-se (sai de si mesmo) e torna-se o seu contrário: a matéria. Temos assim, a segunda fase da história. Finalmente, no terceiro momento da história, a matéria supera a negação do espírito e torna-se “cultura”, que é justamente uma síntese, ou seja, a superação das contradições entre o pensamento e a matéria. Portanto, em Hegel, a história é o movimento do espírito

(ou idéia) que sai de si mesmo e retorna a si mesmo. Por isso, sua teoria é chamada de “idealismo dialético”. Podemos resumir a teoria de Hegel da seguinte forma:

IDEALISMO DIALÉTICO		
TESE	Idéia em si	A realidade é pensamento
ANTÍTESE	Idéia fora de si	A realidade torna-se matéria
SÍNTESE	Idéia em si e para si	A realidade é pensamento e matéria

Para terminar, vale lembrar que Hegel concebia a história como a “tomada de consciência” que a Idéia ou o Espírito Absoluto realiza de si mesmo. Esta história de auto-consciência do Espírito é descrita por Hegel em uma de suas mais famosas obras: A Fenomenologia do Espírito, escrita em 1807.

Marx, embora não rejeitasse o método dialético, afirmava que tudo isto estava de cabeça para baixo. É necessário separar o que em Hegel era “invólucro místico” de sua “substância racional”. Para Marx, isso se resolveria alterando o fundamento do método dialético. No lugar do “pensamento”, dizia Marx, era necessário colocar como fundamento a “matéria”. Afinal, em Hegel:

*o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa”. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o **material** transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (1994, p. 17).*

### c) Materialismo dialético de Marx

O ponto de partida do pensamento de Marx é uma crítica radical de toda filosofia de sua época. Tanto o idealismo de Hegel, bem como os filósofos da esquerda hegeliana (da qual ele fazia parte) são superados por Marx, como ela deixa claro no texto “A Ideologia Alemã “ de 1846:

*Quando na primavera de 1845, Friedrich Engels, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior. Este projeto foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. (1978, p. 104).*

De acordo com Marx, o equívoco da esquerda hegeliana estava no fato de que “até em seus últimos esforços, a crítica alemã não abandonou o terreno da filosofia. Longe de examinar seus pressupostos gerais, todas as suas questões brotaram de um sistema filosófico determinado, o sistema hegeliano” (1993, p.23).

Se as bases do pensamento filosófico são ideológicas (falsas representações), e as críticas ao mesmo não conseguem romper sua dependência para com Hegel, Marx se lança

aos desafio de colocar o pensamento humano em novas bases. Ao contrário de Hegel, dizia Marx, os pressupostos de seu pensamento “... *são pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas já encontradas, como as produzidas por sua própria ação*” (idem, p.26)

Quais seriam estes pressupostos? Deixemos que o próprio Marx nos explique (idem, p. 39-43):

O **primeiro** pressuposto básico da história é que os homens devem estar em condições de viver para fazer história. A primeira realidade histórica é a produção da vida material.

O **segundo** pressuposto é que tão logo a primeira necessidade é satisfeita, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido para essa satisfação criam novas necessidades. E essa produção de necessidades novas é o primeiro ato histórico.

O **terceiro** pressuposto existente desde o início da evolução histórica, é a de que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, se põem a criar outros, a se reproduzirem – é a relação entre homem e mulher, pais e filhos – é a família.

Segue-se um **quarto** pressuposto, de que um modo de produção ou um estágio industrial está sempre ligado a um modo de cooperação. A massa das forças produtivas determina o estado social.

Finalmente, somente depois de ter examinado os pontos anteriores, no **quinto** pressuposto é que se pode verificar, segundo Marx, “que o homem tem consciência”. Para Marx, a consciência nasce da necessidade, da existência de intercâmbio com outros homens. A consciência é, desde o seu início, um produto social.

Estavam lançadas as bases para uma nova interpretação da história. Trata-se de uma inversão completa: “*totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu*” (idem, p.37). De fato, ao afirmar que a matéria determina a consciência (ou o pensamento), Marx inverte completamente o sistema hegeliano e funda o materialismo dialético. O ponto de partida do real, assim, não é mais o pensamento (idealismo dialético), mas a vida material (materialismo dialético). O pensamento de Marx poderia ser resumido (em contraste com Hegel), desta forma:

MATERIALISMO DIALÉTICO	
TESE	Matéria (Natureza)
ANTÍTESE	Pensamento (Trabalho)
SÍNTESE	Sociedade (História)

Marx, ao fazer a crítica do método dialético de Hegel, tinha a intenção de aplicar este esquema ao estudo da história. No entanto, com seu companheiro Friedrich Engels, o método dialético começou a ser aplicado também no estudo da natureza. É por isso que

Plekhanov (1856-1918), um teórico russo, vai cunhar a expressão “materialismo dialético”, indicando o uso da dialética tanto para o estudo da natureza como para o entendimento da sociedade.

#### **d) Dialética e epistemologia sociológica**

Agora que já compreendemos as diferenças entre o método dialético em Hegel e Marx, vamos refletir sobre a influência do método dialético na sociologia marxista. Quais as contribuições que a noção de dialética em Marx trouxe para a construção dos fundamentos filosóficos desta ciência? Em que medida o método dialético permitiu a Marx entender a sociedade? Destaquemos, pois, alguns elementos neste sentido.

Em **primeiro lugar**, para entender a importância do materialismo dialético na sociologia marxista, é importante destacarmos a posição central que a interação entre o homem e a natureza adquire nesta teoria. Para Marx, o elemento central para se entender o desenvolvimento da sociedade é o TRABALHO: a ação do homem sobre a matéria.

De acordo com o esquema dialético de Marx, é pelo trabalho que o homem supera sua condição de ser apenas natural e cria uma nova realidade: a sociedade. Assim, se a matéria (mundo natural) representa a tese, temos que o trabalho representa a antítese da matéria, que uma vez modificada pelo homem gera a sociedade, que é a síntese. A sociedade é justamente a síntese do eterno processo dialético pelo qual o homem atua sobre a natureza e a transforma:

*O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (...). Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (1994, p. 202).*

A dialética do trabalho tem uma dupla importância para a sociologia. O trabalho não só é uma condição indispensável da vida social, mas também é o elemento determinante para a formação do ser humano, seja como indivíduo, seja como ser social. Sem o trabalho não haveria nem ser humano, nem relações sociais, nem sociedade e nem mesmo a história. Por tudo isto, pode-se dizer que a categoria trabalho é o conceito fundante e determinante de toda construção teórica marxista.

Um **segundo** aspecto importante do método dialético, é que ele permitiu à teoria marxista repensar um dos principais dilemas enfrentados no campo da epistemologia sociológica: a relação entre indivíduo e sociedade. Na teoria marxista, a relação do homem com a sociedade não é reduzida a um ou outro dos pólos, como faziam as teorias anteriores. Ou seja, o homem não é fruto exclusivo da sociedade, nem esta resulta apenas da ação humana. Na perspectiva dialética, existe uma eterna relação entre indivíduo e sociedade, que faz com que tanto a sociedade quanto o homem se modifiquem, desencadeando o processo histórico-social.

Marx, em fase que se tornou célebre, enunciou esta idéia de uma forma muito feliz, ao afirmar que “os homens fazem a história, mas não a fazem como a querem. Eles a fazem

sob condições herdadas do passado”. Nesta frase, Marx deixa muito claro o peso que as estruturas sociais exercem sobre os indivíduos, mas, dialeticamente, mostrou que os homens partem justamente destas mesmas estruturas para recriá-las pela sua própria ação.

## II.2. Materialismo histórico

Em Marx, a história não é fruto do Espírito Absoluto, como em Hegel, mas é fruto do trabalho humano. São os homens, interagindo para satisfazer suas necessidades, que desencadeiam o processo histórico. É com base neste pressuposto geral que Marx se propôs a estudar a sociedade. Para ele, o estudo da sociedade começa quando tomamos consciência de que “*o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral*” (1992, p. 82-83).

Esta é a tese fundamental de Marx, e pode ser considerada a base de seu *método sociológico*. Para Marx, o estudo da sociedade deve começar sempre pela sua economia (vida material do homem), que é o elemento que condiciona todo o desenvolvimento da vida social. É isto que Marx diz no Prefácio do livro “Contribuição à Crítica da Economia Política” (1859), que pode ser considerado um verdadeiro resumo de seu método sociológico:

*O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de guia para meus estudos, pode formular-se, resumidamente assim: na produção social da própria existência, [economia], os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade: estas **relações de produção** correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas **forças produtivas** materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a **estrutura econômica** da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma **superestrutura** jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. [grifos nossos]*

Neste texto, Marx chama a dimensão econômica da sociedade de “infra-estrutura”, e afirma que a infra-estrutura é a “base” da sociedade. Sobre esta base, diz Marx, é que está construída a estrutura política e a estrutura ideológica da sociedade, que são chamadas de “superestrutura”. O método de análise sociológica de Marx pode se apresentado desta forma:

Superestrutura política	Superestrutura ideológica
Infra-Estrutura = forças produtivas + relações de produção (Economia)	

De acordo com a tese central de Marx, a infra-estrutura (economia) “condiciona” a superestrutura (vida política e vida cultural da sociedade). Em outros termos, para explicar a sociedade precisamos partir da análise de sua base material (economia) e perceber como ela condiciona a vida política e ideológica da sociedade:

INFRA-ESTRUTURA  $\Rightarrow$  -----  $\Rightarrow$  SUPERESTRUTURA  
 Condiciona

### II.2.1. Elementos que compõem a infra-estrutura

Agora que já sabemos que a infra-estrutura corresponde à dimensão econômica da sociedade, vamos entender melhor como Marx aborda as questões referentes à economia.

Para Marx, o elemento fundamental da economia é o trabalho. O ser humano, para sobreviver, precisa produzir os bens necessários para a satisfação de suas necessidades. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e reproduz sua existência. O processo de trabalho, diz Marx, envolve duas dimensões principais: a relação do homem com a natureza e a relação do homem com os outros homens, no próprio processo de trabalho.

TRABALHO	Relação homem x natureza
	Relação homem x homem

A *relação do homem com natureza*, diz Marx, é mediada pela matéria prima e pelos instrumentos de trabalho, que são os meios auxiliares que o homem desenvolve e que o auxiliam no processo de produção. O conjunto formado pela matéria prima e pelos meios de produção de uma sociedade é chamado por Marx de **forças produtivas**. Logo, as forças produtivas da sociedade correspondem a tudo aquilo que é utilizado pelo homem no processo de produção, desde um simples enxada até as máquinas mais desenvolvidas.

No entanto, afirma Max, a produção (ou o processo de trabalho) não é um fenômeno isolado. A produção é um fenômeno social, coletivo. Envolve, portanto, a *relação do homem com o próprio homem*. Por isso, no processo de trabalho, o homem cria também **relações de produção**. As relações de produção são as interações que os homens estabelecem entre si nas atividades produtivas. Corresponde, de forma geral, a divisão do trabalho, seja dentro de uma atividade específica, seja entre as diversas atividades em seu conjunto.

Portanto, os dois elementos fundamentais da infra-estrutura são as forças produtivas e as relações de produção. O conjunto das forças produtivas e das relações de produção é que formam a base econômica da sociedade. Toda sociedade, diz Marx, precisa organizar seu processo de trabalho. Logo, em qualquer grupo humano podemos observar estas duas dimensões. Resumindo, temos:

Infra-Estrutura =	Forças produtivas + Relações de produção
-------------------	--



No entanto, qual é a relação entre as forças produtivas e as relações de produção? Para Marx, para se entender a vida de uma sociedade é preciso acompanhar a evolução de suas forças produtivas, pois são elas que determinam o tipo de relações existentes. Portanto, são as forças produtivas da sociedade que condicionam o tipo de relações sociais que os homens estabelecem entre si.

## II.2.2. Elementos que compõem a superestrutura

Partindo da análise das relações de produção, Marx constatou que a sociedade se dividia em *classes sociais*. As classes sociais são fruto das relações que os homens estabelecem no processo de produção. Elas surgem quando um grupo social se apropria das forças de produção e se torna proprietário dos instrumentos de trabalho. As classes sociais dividem a sociedade em dois grupos fundamentais: os proprietários dos meios de produção e os não-proprietários dos meios de produção. Ou, dito de outra forma, é o fenômeno da propriedade privada que dá origem às classes sociais (os proprietários e os não proprietários).

No entanto, para consolidar o seu domínio sobre os não proprietários, as classes dominantes precisam fazer uso da *força*. É neste momento que surge o **Estado**. De modo geral, Marx afirma que o Estado é um instrumento criado pelas classes dominantes para garantir seu domínio econômico sobre as outras classes. As leis e as determinações do Estado estão sempre voltadas para o interesse da classe dos proprietários. Quando as leis e as normas do Estado falham, o poder estatal tem ainda o recurso da força, principalmente das forças armadas, que garantem os interesses das classes dominantes.

Um segundo instrumento das classes proprietárias para garantir seu domínio econômico é a força das idéias, ou seja, a **ideologia**. Para Marx, as idéias da sociedade são as idéias da classe dominante. Isto quer dizer que, quando uma classe se torna dominante (do ponto de vista econômico e político), ela também consegue difundir a sua “visão de mundo” e os seus valores. As outras classes acabam adotando esta visão e, portanto, não percebem que são exploradas. A ideologia, portanto, é um conjunto de falsas representações da realidade, que servem para legitimar e consolidar o poder das classes dominantes.

O Estado e a Ideologia são, para Marx, os dois elementos da superestrutura. Mas, para entender o funcionamento do Estado e da ideologia é preciso “descer” até a infraestrutura. Afinal, é lá que se forma a classe que vai controlar o poder político e o poder ideológico da sociedade. É por esta razão que a superestrutura é condicionada pela infraestrutura. Terminemos nossa exposição, com um breve esquema:

Superestrutura =	Estado + Ideologia
------------------	--------------------

## 2.2.3. A história segundo Marx

Para Marx, a infra-estrutura e a superestrutura constituem o que ele chama de *modo de produção*. Com esta teoria, Marx criou um novo jeito de interpretar a história. Para o autor, as sociedades se transformam quando os homens alteram o modo de produzir. É por esta razão que a teoria sociológica de Marx é chamada de “materialismo histórico”.

Analisando a infra-estrutura da sociedade ao longo da história, Marx elaborou um esquema de evolução da sociedade ocidental, mostrando como as modificações das forças produtivas alterava as relações de produção (classe sociais) e também produzia novas classes dominantes e novas formas de enxergar a realidade (ideologias) De acordo com o esquema sugerido em suas obras ( Ideologia Alemã, Grundrisse e Contribuição à Crítica da Economia Política), estas seriam as etapas do desenvolvimento histórico ocidental:

1. Modo de produção primitivo
2. Modo de produção escravista
3. Modo de produção asiático
4. Modo de produção feudal
5. Modo de produção capitalista
6. Mode de produção comunista

Vejamos cada uma destas etapas históricas com maiores detalhes.

Nas *sociedades primitivas*, os homens estão unidos para enfrentar os desafios da natureza. Os meios de produção, as áreas de caça, assim como os produtos, são propriedades comuns, isto é, pertencem a toda a comunidade. No modo de produção primitivo, não existe Estado: a organização do poder está ligada aos chefes de famílias (comunitária) e a forma de consciência predominante é a religião. Esta forma de organização social durou centenas de milhares de anos. Um bom exemplo deste tipo de ordem social são as comunidades indígenas existentes no início da colonização brasileira.

<b>1. Modo de produção primitivo</b>	
Ideologia	Religião primitiva
Estado	Organização comunitária
Relações de Produção	Propriedade coletiva Não há classe sociais
Forças Produtivas	Cultivo da terra

Com o aumento da produção agrícola e a formação de excedentes econômicos, começa a se desenvolver o *modo de produção escravista*. As terras são cultivadas com base na escravidão. Os escravos, de modo geral, são prisioneiros de guerra. O modo de produção escravista é a forma típica dos grandes impérios do mundo ocidental, como a Grécia e a civilização romana. Com a divisão da sociedade em duas classes fundamentais (senhores x escravos), surge também o poder político (Estados Imperiais) para perpetuar esta forma de dominação. A religião passa a ter um papel ideológico: os deuses são criados para tonar sagrada e inquestionável a dominação e a exploração de classe.

<b>2. Modo de produção escravista</b>	
Ideologia	Religião do Estado
Estado	Impérios centralizados (Ex: Roma)
Relações de Produção	Senhores x Escravos
Forças Produtivas	Cultivo da terra com base na escravidão

O *modo de produção asiático* é a forma de organização social predominante no mundo oriental. Nestas sociedades, a propriedade da terra pertence ao Estado. Logo, a sociedade está dividida em duas classes fundamentais: os governantes (senhores) e os escravos. No modo de produção asiático existe um Estado fortemente centralizado, que controla toda a sociedade. É o que podemos perceber analisando os grandes impérios do mundo oriental, como o Egito, a Babilônia, a China ou mesmo as civilizações ameríndias dos Astecas, Incas e Maias. Nestas civilizações, a presença da religião é muito forte e os governantes são considerados seres divinos.

<b>3. Modo de produção asiático (Oriente)</b>	
Ideologia	Religião de Estado
Estado	Impérios centralizados (Ex: China)
Relações de Produção	Estado x Escravos
Forças Produtivas	Propriedade estatal e escravidão

O *modo de produção feudal* se desenvolveu na Europa, até meados do século XV. Com a queda do império romano, a Europa se dividiu em diversos feudos – grandes extensões de terra – cultivados pelos servos. A escravidão desaparece, mas surge uma nova forma de relação produtiva: senhores x servos. Apesar da sua liberdade pessoal, os servos passavam a vida trabalhando nas glebas de terra dos seus senhores. Neste período, o Estado está enfraquecido e cada senhor feudal cuida da administração política de seu feudo. A unidade do mundo feudal é dada pelo catolicismo. A igreja apresenta o mundo social como uma vontade de Deus e divide a sociedade em três camadas: nobreza, clero e povo. Deste modo, a dominação de classe era legitimada pela religião.

<b>4. Modo de produção feudal</b>	
Ideologia	Catolicismo
Estado	Poder descentralizado (Feudos)
Relações de Produção	Senhores x Servos
Forças Produtivas	Cultivo da terra/arrendamento

Com a revolução industrial, as forças produtivas provocam uma gigantesca transformação nas relações de produção. Surgem novas classes sociais: a burguesia e o proletariado. No *modo de produção capitalista*, a burguesia exerce diretamente o poder através do Estado Parlamentar e impõem sua visão individualista do mundo através das artes, da ciência, da filosofia e até da religião.

<b>5. Modo de produção capitalista</b>	
Ideologia	Cultura burguesa (individualismo)
Estado	Estado Parlamentar
Relações de Produção	Burguesia x proletariado
Forças Produtivas	Indústria

No “Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx afirmou que *“as relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social (...). Com esta formação social termina, pois, a pré-história da humanidade”* (idem, p.83). Marx achava que o capitalismo iria enfrentar uma grande crise, e seria substituído pela sociedade comunista. Na sociedade comunista, o Estado seria abolido e, com a supressão da propriedade privada, acabaria a divisão da sociedade em classes sociais e o fenômeno da exploração.

Analisando as diversas etapas da vida social do ponto de vista dialético, podemos perceber que Marx percebe a história social como composta de três momentos fundamentais:

TESE	ANTÍTESE	SÍNTESE
Sociedade sem classes	Sociedades de classes	Sociedade sem classes
- Modo de produção primitivo	- Modo de produção escravista - Modo de produção asiático - Modo de produção feudal - Modo de produção capitalista	Comunismo

Apesar desta valiosa visão da história fornecida por Marx, ela não pode ser interpretada como um esquema rígido e determinista, como se todas as sociedades tivessem que atravessar estas etapas evolutivas. A intenção fundamental de Marx era apontar as características sociais da Europa em momentos diferentes de sua história. Marx não chegou a fazer um estudo aprofundado de cada um destes diferentes “modos de produção”. A maior parte de sua obra está voltada para o estudo do capitalismo. Na verdade, o que lhe interessava era entender o surgimento do capitalismo e a possibilidade de sua superação. Esta será a grande contribuição que Marx procurou oferecer ao movimento operário, constituindo assim, sua análise da modernidade.

### III. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Marx, sem sombra de dúvida, é o grande analista da formação, desenvolvimento e supressão do modo de produção capitalista. O capitalismo é o tema da principal obra de Marx - *O Capital* - cujo primeiro livro foi publicado pelo próprio autor, enquanto os outros foram editados por Engels, a partir dos manuscritos de Marx. A obra está dividida da seguinte forma:

- Livro I – O processo de *produção* do Capital (1867)  
 Livro II – O processo de *circulação* do Capital (1885)  
 Livro III – O processo *global* de produção capitalista (1894)  
 Livro IV – Teorias da Mais-Valia (1905-1910), editada por Karl Kautsky

No Capital, Marx desenvolve suas teses fundamentais sobre o capitalismo, que são:

- 1º) O objetivo do sistema capitalista é o lucro;
- 2º) O lucro é gerado pela exploração (Mais Valia);
- 3º) Na base do capitalismo está um sistema de relação de classes;
- 4º) No capitalismo, o homem se encontra alienado (fetichismo da mercadoria).

A seguir, vamos desenvolver os principais conceitos formulados por Marx no Capital, e perceber de que forma o autor constrói sua interpretação do capitalismo.

### 3.1. Mercadoria e dinheiro

O elemento básico da economia capitalista, segundo Marx, é a **mercadoria**. Como o capitalismo é um sistema produtor de mercadorias, é preciso começar a análise deste modo de produção pela explicação das características da mercadoria. Para Marx, a mercadoria tem um duplo caráter:

MERCADORIA		
TESE	ANTÍTESE	SÍNTESE
Valor de uso	Valor de troca	Valor de uso e Valor de troca

O **valor de uso** de uma mercadoria é o seu aspecto material, ou seja, sua capacidade para satisfazer uma necessidade humana. O valor de uso, portanto, tem a ver com o “conteúdo” da mercadoria.

Mas, além disso, cada mercadoria tem também o seu **valor de troca**. O valor de troca é a capacidade que cada mercadoria possui para ser trocada por outra mercadoria. Com a troca, começa a surgir um problema. Como vou saber quanto de trigo (mercadoria A) posso trocar por açúcar (mercadoria B), por exemplo? Como medir a “grandeza” do seu valor?

Adotando a teoria de David Ricardo (teoria do valor-trabalho), Marx vai afirmar que o que determina a grandeza do valor é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o **tempo de trabalho** socialmente necessário para a produção de um valor de uso. O valor de uma mercadoria, portanto, vem do trabalho. Marx explica ainda que “*tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho*” (1994, p. 56).

No entanto, para serem trocadas entre si, as mercadorias precisam da intermediação de uma outra mercadoria: o **dinheiro**. Em vista disso, continua Marx, “importa realizar o

que jamais tentou fazer a economia burguesa, isto é, elucidar a gênese da forma dinheiro”. Esta é uma das partes mais complexas no estudo do Capital, assustando muitas vezes o leitor. Para entender a origem do valor, diz Marx, podemos apresentá-lo de três formas:

- a) *Forma simples*: uma mercadoria (x), pode ser trocada por outra mercadoria (y).
- b) *Forma total*: uma mercadoria (x), pode ser trocada por várias outras mercadorias (a, b, c, d, e, f, etc.)
- c) *Forma dinheiro*: todas as mercadorias (a, b, c, d, e, f, etc.), podem ser trocadas por uma única mercadoria que serve de “equivalente geral” para todas as mercadorias. É neste momento que surge o dinheiro. A ação social de todas as outras mercadorias elege, portanto, uma mercadoria determinada para nela representarem seus valores. O dinheiro, portanto, serve a dois propósitos: servir de meio de troca e de forma de valor (ou equivalente geral das mercadorias).

No entanto, enfatiza Marx, o segredo de sua teoria está no fato de que ela demonstra que dinheiro é mercadoria, logo mercadoria é trabalho. Quando o dinheiro perde sua relação com o trabalho e parece ganhar vida própria, Marx chama este fenômeno de “fetichismo de mercadoria”. O capital desvinculado do trabalho aliena o ser humano da produção de sua existência social. A alienação inverte o sentido das relações sociais: o homem (sujeito) se torna objeto, enquanto o objeto (mercadoria) se torna sujeito.

### 3.2. A exploração e a mais-valia

Estabelecidos os elementos fundamentais da economia, que são a mercadoria (M) e o dinheiro (D), Marx passa a analisar o processo de troca, ou processo de *circulação simples*, que ele explica de acordo com esta fórmula:

$$\boxed{M \text{ ----- } D \text{ ----- } M}$$

O importante a assinalar nesta fórmula é o seu objetivo. A troca tem em vista a satisfação de uma *necessidade*. Ela começa com um valor de uso, que é vendido. Com o dinheiro adquire-se outro valor de uso. Neste processo, o dinheiro é um meio de troca, que serve para a aquisição de uma mercadoria que vai para a esfera do consumo.

Já a *circulação capitalista* tem outra fórmula:

$$\boxed{D \text{ ----- } M \text{ ----- } + D}$$

Ao contrário da anterior, a circulação capitalista tem outro objetivo: o lucro! A troca começa com dinheiro (Capital) que termina tornando-se mais dinheiro. Este é o segredo do capitalismo. Seu objetivo não é a satisfação das necessidades, mas a própria acumulação. A *acumulação*, diz Marx, é a lei absoluta do modo de produção capitalista. Neste processo, a mercadoria (valor de uso) é apenas um meio da valorização do capital. O dinheiro entra na circulação e depois volta a ele para tornar-se mais dinheiro.

Porém, se no processo de circulação, o capitalista empregou dinheiro e obteve lucro, resta explicar o seguinte: **de onde vem o lucro?** A primeira vista, o lucro parece vir do



sociedade faz com que o capitalista se aproprie da mais valia produzida pelo trabalhador. Eis todo segredo do sistema capitalista.

Por esta razão, o pensamento de Marx está voltado para a denúncia deste modo de produção, que explora o homem e o divide do fruto de seu próprio trabalho. No entanto, mais do que denunciar os mecanismos de exploração é preciso apontar também as possibilidades de transformação e superação do capitalismo. Este será o grande desafio do pensamento político de Marx.

#### IV. PROJETO POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO

Na 11ª tese sobre Feuerbach, Marx afirmou que “ *até hoje os filósofos se contentaram em contemplar a realidade, mas o que importa é transformá-la*”. Esta frase revela que o pensamento marxista tem uma vocação essencialmente política, voltada para a transformação da realidade (capitalismo) e a construção de uma nova sociedade (o socialismo ou comunismo)

Para estudar as linhas gerais do pensamento político de Karl Marx, vamos dividir nossa análise em três pontos: a luta de classes, o papel do Estado e a construção do socialismo.

##### 4.1. Luta de classes

As principais considerações políticas de Marx estão contidas em obras que tratam de acontecimentos políticos ocorridos durante a vida de Marx. Estas obras são:

- A luta de classes na França (revolução de 1848);
- O dezoito brumário de Luís Bonaparte (golpe de estado de 1852);
- A guerra civil na França (Comuna de Paris de 1871).

Todavia, é no Manifesto do Partido Comunista (1848) que podemos encontrar as principais considerações teóricas de Marx sobre a luta de classes. Nesta obra, Marx afirma que “ *a história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes*” (1996, p.66).

Mas, se nas diversas épocas da história, a sociedade sempre esteve dividida em classes sociais, “ *a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade vai se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, (...): burguesia e proletariado* (idem, p. 67).

De acordo com Marx, “ *a burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário*”. Ela foi a grande responsável pela dissolução do feudalismo e pela construção da ordem capitalista. No entanto, continua, “ *as armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia*”. *Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu os homens que empunharão estas armas: os operários modernos, os proletários.* (idem, p.72)



Portanto, chegou a hora dos **operários** darem o próximo passo: destruir o capitalismo e inaugurar a sociedade socialista. Mas, para realizar esta tarefa, o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento:

- No início combate as próprias máquinas;
- Depois passa a defender seus direitos (sindicalismo);
- Após, se organiza enquanto classe social (partido político);
- Finalmente, desencadeia uma luta que termina com a revolução contra a burguesia.

No final de todo este processo, completa Marx, a vitória do proletariado sobre a burguesia será inevitável. Acerca disto, Marx afirma categoricamente:

*O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. (...). A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (idem, p.78).*

#### **4.2. O Estado como instrumento de classe**

Na obra “ Ideologia Alemã”, Marx já tinha apontado que o Estado surge na história como resultado da divisão da sociedade em classes sociais. Como vimos, esta tese já está presente em sua teoria do materialismo histórico .

No Manifesto do Partido Comunista, Marx volta a enfatizar esta idéia, quando afirma que o Estado “ é o comitê executivo da burguesia”! Com isso, ele queria denunciar o fato de que a igualdade jurídica dos cidadãos escondia sua divisão em classes. Se a lei é a mesma para todos, isso não significa que todos são iguais. Essa ilusão faz do Estado um mecanismo de ocultamento das classe sociais.

Porém, mais do que um agente passivo de ocultação, Marx percebeu que o Estado só favorecia os interesses da burguesia. Assim, as leis tratavam de preservar e proteger a propriedade privada, enquanto os operários e seus movimentos eram perseguidos. Para eles, a única atenção do Estado era o uso da força.

#### **4.3. A construção do socialismo**

O centro das preocupações políticas de Marx estava voltado para a superação da ordem social capitalista. Ele afirmava que somente a classe operária, pelo seu papel chave no capitalismo, tinha as forças e as condições para a revolução que derrubaria a burguesia e começaria uma nova etapa da humanidade: a sociedade comunista.

No entanto, para que a classe operária se tornasse uma classe revolucionária (a classe que traz o futuro em suas mãos), ela deveria tomar “consciência dos seus interesses de classe”. Por esta razão, o papel da teoria era tão fundamental para Marx. Era necessário mostrar ao operariado as condições objetivas de construção do socialismo.

Todavia, engana-se quem pensa encontrar em Marx uma manual de receitas para a construção do socialismo. Como bom cientista, Marx sabia que conhecimento não era profecia, e que cabia a ele apenas indicar as possibilidades objetivas para a construção de uma nova sociedade.

Porém, no Manifesto do Partido Comunista, Marx procura superar alguns preconceitos com relação ao comunismo. Entre outras coisas, ele afirma que “ *o que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa*” (idem, p. 80). Marx afirma também que “ *em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismo de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos*” (idem, p. 87). Nesta passagem, Marx deixa bem claro que uma das características essenciais da futura sociedade comunista seria a **abolição das classe sociais**.

Com o fim da divisão da sociedade em classes, Marx afirmava que o Estado também deveria ser destruído. Afinal, o Estado é um instrumento da luta de classes, e sua existência não faria sentido em uma sociedade sem classes. A **abolição do Estado**, portanto, seria a segunda condição essencial do comunismo.

Mas, antes de chegar a este estágio, Marx sabia que o proletariado precisava do Estado para derrubar a burguesia. Por isso, entre o capitalismo e o comunismo, ele afirmava que era necessário um momento de transição, que Marx chamou de **socialismo**. Neste período, a burguesia seria eliminada e as bases do comunismo seriam implantadas.

Embora Marx estivesse profundamente envolvido nas lutas de seu tempo, ele não pôde ver sinais da revolução pela qual tanto lutara. Aliás, depois da morte de Marx, o movimento socialista se dividiu em duas correntes. Cada uma deles apontava caminhos diferentes para a construção de uma nova sociedade:

- a) **socialistas revolucionários**: afirmavam que o caminho para o socialismo é a insurreição armada (ou revolução);
- b) **socialistas reformistas ou social-democratas**: afirmavam que o caminho para o socialismo é a eleição e um conjunto de reformas graduais.

Os *socialistas revolucionários* se organizaram em torno da III Internacional e foram os responsáveis pela primeira revolução socialista do mundo: a revolução russa de 1917. Liderada por Lênin (1870-1924) e Trotsky (1879-1940), a revolução russa foi a primeira tentativa de suplantando o capitalismo e construir uma nova sociedade. Todavia, a primeira experiência de socialismo acabou se tornando uma ditadura com economia estatizada sob as mãos de Josef Stálin (1879-1953), que permaneceu no poder até 1953.

Assim, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), acabou se desagregando no ano de 1991. Além da revolução russa, vários movimentos revolucionários aconteceram pelo mundo, como a revolução chinesa de 1949 - liderada por Mao Tsé-Tung (1893-1976) - e a revolução cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Che Guevara.

Já os *socialistas social-democratas* optaram por participar das eleições. Com partidos operários fortes e com sólida vinculação com os sindicatos foram chegando ao poder. Introduzindo reformas graduais, mas profundas, eles achavam que podiam alterar o capitalismo e construir o socialismo sem rupturas violentas. Embora os social-democratas não tivessem introduzido o socialismo na Europa, melhoraram a vida dos trabalhadores e produziram um conjunto de reformas sociais que levaram estes países a serem conhecidos como “Estados de Bem Estar Social” (Welfare State).

Hoje, como projeto político, o socialismo continua vivo naqueles homens e mulheres que reconhecem o capitalismo como um sistema que explora e aliena o homem e lutam pela construção de um mundo mais justo e igualitário.

## 5. BIBLIOGRAFIA

### a) Obras de Karl Marx

FERNANDES, Florestan (org). **Marx – Engels**. São Paulo: Ática, 1991 (coleção os pensadores n.36)

IANNI, Octavio. **Marx**. 7.ed. São Paulo: Ática, 1992. (coleção grandes cientistas sociais, n.10).

MARX, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-ômega, 1980, 3 vols.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A questão judaica**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994 (3 volumes).

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SINGER, Paul (org). **Marx**. São Paulo: Ática, 1982 (coleção grandes cientistas sociais n.31).

### b) Textos complementares

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOTTOMORE, TOM (org). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

- CHAUÍ, Marilene. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Viamundo, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.
- DOBB, Maurice. A crítica da economia política. In HOBSBAWN, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 127- 156, vol.1.
- ELSTER, John. **Marx Hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAURE, Pierre e Monique. **Os marxismos depois de Marx**. São Paulo, Ática, 1991.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 4. ed. São Paulo: Quêiroz, 1989, p. 96-118.
- FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e marxismo: crítica à razão liberal**. São Paulo: Xamã, 1998.
- HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. S.L: S.E. 1971.
- HOBSBAWN, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, vol.1.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. São Paulo: Página 7 artes gráficas, 1989.
- McLELLAN, David. **Karl Marx: vida e pensamento**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- McLELLAN, David. A concepção materialista da história. In HOBSBAWN, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 67-90, vol.1.
- MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- MÉSZAROS, Istvan . **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZAROS, Istvan. **Marx filósofo**. In HOBSBAWN, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 157-196, vol.1.
- MORAES, João Quartim de (org). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1995, 3 vols.
- SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.
- SOARES, Alcides Ribeiro. **Princípios de economia política: uma introdução à leitura de O Capital**. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

VILAR, Pierre. Marx e a história. **In** HOBSBAWN, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 91-126, vol.1.

## CAPITULO V SOCIOLOGIA CLÁSSICA ANÁLISE COMPARATIVA

Depois de termos percorrido os caminhos que levaram a formação do que hoje chamamos de teoria social clássica; e depois de termos acompanhado em detalhes os trajetos de Durkheim, Weber e Marx, é hora de olhar para trás, rever os passos dados e refletir sobre os erros e acertos do caminho percorrido. Vamos rever nossa empreitada e marcar quais foram os momentos mais marcantes (ou até mesmo ruins) desta nossa viagem pela construção da sociologia.

Porém, mais do que uma análise descritiva, nossa abordagem, de agora em diante, terá que ser crítica. Temos que procurar no confronto entre os três autores seus limites e suas contradições; bem como suas descobertas e contribuições mais importantes. É justamente fazendo este exercício que os sociólogos contemporâneos buscam sempre novos elementos para pensar e repensar suas teorias sociológicas, suas interpretações empíricas sobre o mundo moderno e até mesmo suas posições políticas.

### 1. DIVERSIDADE SOCIOLÓGICA

Antes de confrontar diretamente cada um dos autores, devemos destacar ainda um aspecto importante. A abordagem comparativa entre os clássicos da sociologia não pode nos dar a falsa impressão de que simplesmente podemos adotar uma teoria e excluir totalmente as outras.

A razão para este fato deve-se a um pressuposto básico da ciência. Nenhuma explicação teórica, por mais bem elaborada que seja, pode esgotar completamente a explicação sobre a realidade. O mesmo princípio vale para a sociologia. Em nenhuma das teorias sociais, clássicas ou contemporâneas, vamos encontrar uma explicação cabal e definitiva sobre o significado da sociologia ou mesmo sobre a sociedade. Todas as teorias têm a sua dose de acertos e também de erros. O que importa é tentar recolher de cada uma o que parecem ser seus maiores acertos, aprender com os seus erros; e explorar sempre novos aspectos que as teorias parecem ter deixado em branco, ou que não perceberam corretamente.

Para entender melhor isto, podemos lançar mão de um conhecido ditado popular que diz: *todo ponto de vista, é a vista de um ponto!* Explorando o significado desta frase, podemos perceber claramente que a análise crítica das teorias sociais sempre parte do princípio de que a teoria social representa *a vista de um ponto* possível sobre a realidade, que é condicionado por um determinado ângulo de observação (*o ponto de vista!*). Cientes deste fato, estaremos melhor preparados para um embate entre as abordagens clássicas. Não existe uma abordagem que possa ser considerada uma verdade absoluta. O que importa é perceber qual a relação entre as diferentes visões elaboradas pelas correntes sociológicas clássicas e qual a sua relação com os “ângulos de observação” que elas adotaram.

## 2. TEORIA SOCIOLOGICA

Uma boa comparação para se entender a importância da teoria sociológica, é compará-la com uma lente. Assim como a lente nos permite enxergar melhor a realidade que nos cerca, da mesma forma, são as teorias sociológicas, com seus conceitos e teorias, que nos permitem uma leitura científica da realidade social. Simplificando, nós poderíamos dizer que, com suas teorias sociológicas, cada um dos fundadores da sociologia nos ofereceu uma lente distinta para entender o mundo social.

Ora, para se obter uma visão objetiva da realidade, uma pessoa tem que saber escolher qual a lente de que necessita. No caso da sociologia, a escolha por uma teoria sociológica também condiciona a visão da realidade que vamos obter. É por isso que o debate entre as teorias sociológicas é uma das questões fundamentais da sociologia.

### 2.1. Epistemologia

A epistemologia é o ramo da filosofia que procura apontar quais são os fundamentos filosóficos da ciência. O estudo da epistemologia sociológica nos permite não só (1) mostrar quais são os princípios filosóficos que estão “por debaixo” de cada teoria sociológica, mas, principalmente, (2) esclarecer como estes princípios filosóficos influenciam e condicionam as propostas teóricas da sociologia. Nos capítulos anteriores, já destacamos o fato de que os diferentes pressupostos filosóficos (epistemologia) adotados pelos clássicos da sociologia, fizeram com que suas teorias adotassem posicionamentos diferentes sobre (1) como se dá a relação entre indivíduo e sociedade; e ainda sobre (2) qual o modelo de método científico que a sociologia deve adotar na explicação dos fenômenos sociais. É o que podemos perceber claramente, comparando as posições de Durkheim, Weber e Marx sobre estas questões.

EPISTEMOLOGIA POSITIVISTA	
Primado do objeto (Empirismo)	Sociedade superior ao indivíduo
	Sociologia: método das ciências naturais

EPISTEMOLOGIA WEBERIANA	
Primado do sujeito (Racionalismo)	Individualismo metodológico
	Sociologia: método próprio das ciências sociais

EPISTEMOLOGIA MARXISTA	
MARX Relação sujeito x objeto (Dialética)	Dialética indivíduo x sociedade
	Dialética: perspectiva da totalidade

Na **epistemologia positivista**, parte-se do princípio filosófico de que a explicação da realidade está condicionada pelo objeto. O positivismo tem suas raízes mais na concepção empirista do conhecimento, que é entendido como fruto das experiências que a própria realidade vai imprimindo no sujeito.

Do ponto de vista filosófico, a sociologia positivista pode ser caracterizada como uma abordagem *empirista* da realidade social. Na perspectiva empirista, o ponto de partida da análise sociológica é a sociedade. Nesta concepção teórica, a sociedade tem a mesma dinâmica de funcionamento da natureza: é concebida como algo objetivo que tem suas próprias leis de funcionamento. A concepção empirista de sociedade adotada pelo positivismo é que determina o tipo de método científico defendido por esta teoria sociológica. Como a sociedade é vista da mesma forma que a natureza (que tem uma existência independente da ação dos indivíduos), o positivismo postula que o método sociológico deve proceder a partir dos mesmos princípios das ciências científico-naturais. Os teóricos do positivismo depositam uma excessiva confiança no papel da ciência, capaz, para eles, de revelar todos os aspectos da realidade, até chegar a um sistema de leis e teorias que nos forneçam uma explicação definitiva sobre o comportamento dos indivíduos e sobre a própria sociedade.

A **epistemologia weberiana**, ao contrário do positivismo, sustenta que o sujeito é o principal responsável pelo elaboração do processo de conhecimento. Esta concepção filosófica tem suas origens em Kant, que afirmava que o sujeito tem o papel de ordenar os dados da experiência segundo categorias lógicas que são inatas nos indivíduos.

Do ponto de vista filosófico, podemos caracterizar a sociologia weberiana como uma abordagem *racionalista* da realidade social. Para os teóricos da sociologia weberiana, a sociedade não pode ser concebida como algo exterior ao homem, cujo funcionamento independe de sua ação. A sociedade e suas instituições são fruto da ação dos sujeitos sociais. Por isso, o ponto de partida da análise sociológica é o indivíduo. Como consequência, a sociologia deve adotar um método próprio, distinto das ciências científico-naturais. Ora, se a sociedade e suas instituições são fruto da ação dos sujeitos sociais, o papel do sociólogo é justamente compreender (*verstehen*) o significado, ou, o sentido conferido por estes sujeitos à estrutura social. É pela ênfase na necessidade de “compreender” e “interpretar” o significado das condutas individuais e coletivas, que a epistemologia weberiana pode ser considerada uma abordagem “racionalista” da realidade social.

Quanto a **epistemologia marxista**, ela ajudou a sociologia a superar um dos principais entraves da teoria social clássica: a ênfase unilateral na relação entre indivíduo e sociedade. De acordo com os pressupostos da dialética, a vida social deve ser compreendida como um processo dinâmico, resultante da relação contínua entre o indivíduo e a sociedade. Neste processo, ambos os pólos da relação interagem mutuamente e modificam-se na relação. Longe de se fixar na ação exclusiva da sociedade sobre o indivíduo, ou do indivíduo sobre a sociedade, cabe a sociologia posicionar-se de tal forma que possa captar como se dá o jogo de relações pelo qual a ação dos indivíduos dá origem às instituições sociais, mas também como estas influenciam e condicionam sua conduta.



Quanto ao modelo de método científico adotado pelos teóricos do marxismo, existem duas posições básicas. Por um lado, a idéia de utilizar o método dialético para o estudo da natureza (que começou com Engels), abriu caminho para uma variante de “positivismo marxista”, que voltou ao velho pressuposto de que a natureza e a sociedade são realidades semelhantes, movidas por forças que independem da vontade humana. A dialética, neste caso, seria um tipo de lei que explicaria por si mesma os rumos da natureza, da sociedade e da história.

Por outro lado, há autores que ressaltam que o elemento essencial do marxismo é justamente sua forma de explicar a realidade social ( e não a realidade científico-natural). Para o principal representante desta teoria, Georg Lukács, a dialética é o elemento fundamental da epistemologia sociológica marxista, pois “ *o marxismo ortodoxo não significa, pois, adesão acrítica aos resultados da pesquisa de Marx (...). A ortodoxia, em matéria de marxismo, refere-se, ao contrário, exclusivamente ao método*”. (1992, p. 60). Para Lukács, o conceito que melhor traduz a novidade metodológica da noção de dialética no estudo dos fenômenos sociais é o conceito de totalidade.

O conceito de *totalidade* tem origem na célebre afirmação de Marx de que “*o concreto é concreto porque é a síntese de várias determinações.*” (1978, p. 116) Assim, longe de tomar a sociedade como algo independente da ação do homem, o marxismo reconhece que a realidade é resultado da práxis social dos indivíduos e das múltiplas estruturas por eles criadas. Perceber a realidade como totalidade significa retomar a contribuição do positivismo e perceber que o mundo social deve ser entendido como uma estrutura objetiva. Por outro lado, é preciso também retomar a contribuição da teoria weberiana e perceber que esta totalidade da vida social só faz sentido se for entendida como resultado da ação mediadora dos vários elementos que compõem a própria totalidade (especialmente a ação coletiva dos indivíduos).

Para o marxismo, o método científico não se reduz a uma descrição exata da realidade tal como ela se apresenta aos olhos do pesquisador (epistemologia positivista), nem pode ser concebida apenas como uma construção subjetiva do pesquisador a partir dos seus pontos de vista (epistemologia weberiana). Como explica o próprio Marx, “*o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado*”(idem, p.117). A dialética, ao compreender os fenômenos como frutos de forças contraditórias, deixou para a sociologia a importante idéia de que também os fenômenos sociais são frutos de múltiplas relações e determinações que se interpenetram e que fazem da vida social um processo dinâmico e aberto, bem diferente do que ocorre no mundo da natureza.

## 2.2. Metodologia

Embora a discussão sobre os procedimentos metodológicos ocupe uma posição central na obra dos clássicos, é importante perceber que seus estudos a respeito do assunto não são fruto de mera curiosidade intelectual ou especulativa. Como cientistas, os clássicos da sociologia não discutem a metodologia desligada do processo de pesquisa. Pelo contrário, é justamente ao se deparar com o desafio de explicar a realidade que eles vão enfrentando a necessidade de definir sua metodologia de análise.

A metodologia é o aspecto central da teoria sociológica. É através da determinação do objeto de estudo da sociologia e de seus procedimentos de pesquisa que os clássicos do pensamento social definiram o que é a ciência sociológica. Comparando a definição de objeto material e objeto formal da sociologia de Durkheim, Weber e Marx, temos os seguintes métodos sociológicos:

METODOLOGIA	OBJETO MATERIAL	OBJETO FORMAL
Metodologia Funcionalista (Durkheim)	Fato Social	Função Social
Metodologia Compreensiva (Weber)	Ação Social	Compreensão (verstehen)
Materialismo Histórico (Marx)	Modo de Produção Social	Infra-estrutura e Superestrutura

A metodologia funcionalista de **Durkheim** tem como categorias centrais os conceitos de “fato social” e “função social”. O conceito de fato social procura entender as condutas humanas na sua regularidade e como determinadas pela estrutura da sociedade. Por esta razão, os fatos sociais têm a característica de serem exteriores, coercitivos e objetivos. Por outro lado, a existência de determinados fatos sociais se explica pela sua funcionalidade para a preservação e a conservação da sociedade. Em outros termos, cada fato social existe porque cumpre uma função social.

A partir dos conceitos de “fato social” e de “função social” podemos perceber claramente que a sociologia positivista adota uma concepção *mecanicista* de sociedade. Para esta concepção teórica, é a sociedade que determina o comportamento dos indivíduos. Para o positivismo, o mundo social é visto sempre como algo objetivo, que tem suas próprias leis de funcionamento. O método sociológico deve mostrar como a sociedade é uma realidade estruturada que vai moldando a ação individual. Nesta perspectiva existe uma ênfase unilateral na ação das estruturas sociais sobre a ação social, da coletividade sobre os indivíduos, ou ainda do todo sobre suas partes integrantes.

As categorias centrais da metodologia sociológica de **Weber** são os conceitos de “ação social” e de “compreensão”. A ação social é sempre uma conduta referida a outro sujeito e ao qual está agregado um sentido que lhe é conferido pelo próprio sujeito da ação. Como a sociedade é fruto da criação humana, cabe a sociologia captar e entender o significado das condutas humanas, das suas interações e das instituições sociais nas quais a

ação humana está objetivada (leis, costumes, igreja, Estado, etc.). Esta é a essência da metodologia compreensiva.

Com base nestes conceitos centrais, podemos afirmar que a sociologia weberiana adota uma concepção *voluntarista* de sociedade. Para os teóricos da sociologia weberiana, a realidade social não pode ser concebida como algo exterior ao homem, cujo funcionamento independe de sua ação. Por esta razão, a sociologia weberiana entende que a sociedade tem como ponto de partida lógico a ação dos indivíduos. Nesta perspectiva, existe uma ênfase unilateral na ação dos indivíduos como determinantes das estruturas sociais, dos atores como construtores da coletividade, enfim, dos sujeitos como condicionantes do sistema social.

Por outro lado, em Weber, a sociologia corre o risco de tornar-se uma análise *culturalista* da realidade social. Por culturalismo, queremos dizer que o social é reduzido ao seu aspecto simbólico ou significativo, como sugere o termo compreensão. O risco de reduzir a análise social ao sentido visado pelos agentes está no fato de que a sociedade é compreendida apenas da perspectiva dos próprios membros envolvidos no convívio social. O fato é que, se a metodologia funcionalista só consegue entender a influência das estruturas sobre o indivíduo, a fraqueza da metodologia compreensiva é que ela só está aparelhada para explicar a sociedade à partir da visão (ou sentido) de seus próprios membros integrantes.

Para **Karl Marx**, o eixo da compreensão da sociedade está na sua conhecida divisão da esfera social em duas realidades: a “infra-estrutura e a superestrutura”. De acordo com o autor, “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”. O método marxista de interpretação da realidade social, está preocupado em entender as esferas da vida política e cultural da sociedade em sua relação e conexão com a esfera econômica, no qual se dá a produção da existência individual e coletiva. Pensar a realidade política como isolada da esfera econômica, ou fazer o mesmo com a realidade da cultura (superestrutura ideológica, como diz Marx), significa produzir uma visão distorcida da realidade. Sem negar a importância das outras esferas da vida social, Marx demonstra que a esfera econômica é básica para a organização coletiva, pois sem ela a convivência social seria simplesmente impossível. Sem o processo coletivo de trabalho não haveria nem ser humano, nem coletividade, nem história.

No entanto, aplicado de uma forma esquemática e sem atenção às peculiaridades de cada formação social específica, o materialismo histórico acaba se tornando facilmente uma forma de *determinismo econômico*. Marx e Engels já sabiam deste perigo, por isso, este segundo autor já advertia: “a situação econômica é a base, mas o vários elementos da superestrutura também exercem uma influência sobre o curso dos acontecimentos e em muitos casos têm preponderância na determinação de sua forma”. Se estiver desligado de suas raízes dialéticas, o materialismo histórico degenera facilmente em uma visão unilateral da realidade social, entendida como determinação das estruturas sobre o indivíduo, com ênfase destacada para o aspecto econômico.

Por outro lado, a atenção ao peso condicionante da produção material sobre a vida política e cultural da sociedade, trouxe para a sociologia um novo caminho para pensar as condições objetivas nos quais se desenrolam as relações sociais e no qual o homem deve recriar estas mesmas relações. Afinal, como já afirmava Marx: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem com querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. O objetivo da explicação marxista não é negar a liberdade do homem diante da força inexorável das estruturas sociais. Pelo contrário, para entender as possibilidades de ação do homem na história, devemos considerar o contexto em que se dá esta ação. Neste aspecto, o contexto econômico é um elemento fundamental.

### 3. TEORIA DA MODERNIDADE

A grandeza dos clássicos da sociologia se deve ao fato de que eles nos legaram interpretações da sociedade moderna, que ainda permanecem fundamentais para a compreensão do mundo social contemporâneo. Mesmo que a realidade social do século XXI apresente inúmeras modificações em relação ao contexto do final do século XIX e inícios do século XX (período de formação da sociologia), é comum que os analistas sociais contemporâneos caracterizem os últimos três séculos de história como fazendo parte de um período único chamado de “*modernidade*”. Deste modo, nós podemos dizer que Durkheim, Weber e Marx nos ajudaram a entender o nascimento e as principais características da modernidade.

De modo geral, podemos perceber que em sua análise da modernidade, a teoria social clássica se preocupou em aprofundar dois conjuntos de questões: quais os elementos característicos da sociedade moderna e quais os seus principais problemas e desafios. Os principais conceitos elaborados pelos clássicos da sociologia para refletir sobre estas questões são os seguintes:

MODERNIDADE	DURKHEIM	WEBER	MARX
Características Essenciais	Divisão social do trabalho	Racionalização da cultura e sociedade	Modo capitalista de produção
Problemas/Desafios	Anomia	Perda de sentido Perda de liberdade	Exploração, dominação e alienação

Primeiramente, vamos rever cada um destes conceitos para, depois, estabelecermos uma análise crítica dos mesmos.

Para **Durkheim**, a característica fundamental da modernidade é a divisão social do trabalho. Nas sociedades modernas, as diferentes esferas sociais se diferenciam entre si e se especializam cada vez mais. Assim, a educação se separa da família e passa a ser exercida pela escola, que se especializa em vários ramos. O mesmo vai acontecendo nas outras esferas da sociedade. Nas condições de complexidade da sociedade moderna, em que novos desafios requerem sempre novas especializações, é a própria necessidade mútua que faz com que a integração dos indivíduos na sociedade possa ser mantida. A função da divisão social do trabalho, afirma Durkheim, é criar entre duas ou várias pessoas um

sentimento de solidariedade. No entanto, o declínio da consciência coletiva, e o desenvolvimento de um egoísmo desenfreado, traz a tona o problema da anomia (ausência de normas integradoras, capazes de dar sentido aos comportamentos individuais e imprimir-lhes o senso do dever).

Uma das análises mais primorosas de análise das características da modernidade pode ser encontrada nos ensaios de sociologia da religião de **Max Weber**. Comparando o desenvolvimento das religiões no Oriente e no Ocidente, Weber procurou extrair as marcas características do racionalismo ocidental e demonstrar sua influência sobre a conduta prática dos indivíduos. A modernidade se caracteriza por um longo processo de “desencantamento do mundo”, no qual as concepções mágicas e religiosas do mundo vão sendo substituídas por uma concepção racionalizada da existência.

Em sua obra mais conhecida, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber mostra as relações do protestantismo com a emergência do capitalismo. O protestantismo, ao levar a salvação para a esfera secular do trabalho, favoreceu a extrema racionalização da vida. A busca do lucro através do trabalho metódico tornou-se a lei fundamental da existência. Com a perda de suas bases religiosas, esta racionalidade instrumental leva o homem a uma sociedade burocratizada, dominada por uma razão calculista, institucionalizada no mercado e no Estado. A racionalidade instrumental esvazia o sentido da existência e representa um limite para a liberdade do homem. O resultado do desencantamento do mundo é o completo domínio da natureza, mas também a escravidão do próprio homem.

A obra de **Karl Marx** representa, com certeza, a crítica mais radical da modernidade. Para Marx, a modernidade, em sua forma capitalista, deve ser superada e seus destinos encaminhados para um novo tipo de sociedade: a sociedade socialista. Na análise que faz do modo de produção capitalista, Marx procura demonstrar que as bases do sistema produtor de mercadorias estão fundadas em relações de exploração, de dominação de classe e de alienação.

Para Marx, a organização econômica da sociedade capitalista está voltada para a criação da Mais Valia. Através de sua obra, este autor demonstra que a criação de riqueza não é uma propriedade natural do capital. Na verdade, quem cria a riqueza é o “trabalho” do operário! Quem produz a riqueza é o trabalhador, mas quem se apropria dela é o capitalista. Portanto, o capitalismo está fundado em um sistema de desigualdade, marcado por relações de exploração do homem sobre o próprio homem. Para consolidar este sistema de exploração, a classe capitalista precisa monopolizar o poder político e mistificar os reais fundamentos da sociedade. Através do controle do aparelho do Estado e da difusão de suas ideologias, a classe capitalista torna-se a classe dominante, visando reprimir e controlar os trabalhadores.

O capitalismo é um sistema que leva a uma total mercantilização da vida. Todas as esferas da vida são submetidas às exigências da reprodução do capital. Não é apenas a produção que perde sua finalidade essencial (a satisfação das necessidades). No capitalismo, o homem perde sua dimensão antropológica e se torna apenas uma ferramenta do capital. O capital, livre de qualquer impedimento, torna-se o elemento fundante da

sociedade e se reproduz constantemente, parecendo ganhar vida própria. Trata-se de uma inversão, no qual o homem vira coisa, e as coisas tornam-se humanas. Este fetichismo da mercadoria, faz do capitalismo um sistema no qual o homem se torna estranho para si mesmo e perca sua dimensão humana. Em suma, no capitalismo, o homem se encontra alienado.

Como avaliar criticamente cada uma destas teorias da modernidade? Quais as diferenças e as semelhanças entre estas diferentes explicações sobre o mundo moderno? Tomando como critério de diferenciação as diferentes concepções da história presentes na obra dos clássicos, nós poderíamos dividir estas explicações em duas tendências básicas: a tendência otimista e a tendência pessimista. Enquanto a tendência otimista enxerga a modernidade como uma época de conquistas que devem ser consolidadas, a tendência pessimista enxerga a modernidade nas suas contradições e dilemas, que devem ser apontados e superados.

Nesta perspectiva, Comte e Durkheim, podem ser considerados os inauguradores e principais representantes da **concepção otimista** da modernidade. No positivismo, (que é influenciado pelos pressupostos do evolucionismo), a modernidade é entendida como uma superação das limites da ordem social tradicional. Com o advento da ciência e da técnica, o homem encontrou os elementos definitivos para controlar a natureza e expandir a produção. Aplicada a sociedade, a ciência deveria fornecer aos homens a chave para uma organização perfeita da sociedade e para a própria felicidade individual. O conceito chave da concepção otimista de sociedade é a idéia de progresso, alcançada através da ciência (“prever para prover”) resultando em uma sociedade ordenada e equilibrada (“ordem e progresso”).

O principal representante da **concepção pessimista** da modernidade é Max Weber. De fato, este sociólogo concorda com a tese dos positivistas de que a razão (ou seja, a ciência e a técnica) expandiu as possibilidades de expansão da eficiência e da produtividade. Mas, o resultado da expansão desta racionalidade calculista e instrumentalizadora é uma sociedade dominada pela burocratização: a vida perde seu sentido e o homem perde o controle da máquina social que criou. Ou seja, em vez de estarem a serviço do homem, a ciência, a técnica, a produção, o Estado e outros elementos da vida social, tornaram-se finalidades auto-suficientes que passaram a dominar o homem. O mundo é apresentado por Weber como uma “jaula de ferro”, diante da qual o pensador não vê nenhuma saída.

Quanto a Karl Marx, pode-se perceber em suas teorias elementos das duas concepções de modernidade. Neste autor, o capitalismo é entendido como um sistema de exploração, dominação e alienação, o que ressalta o aspecto pessimista ou negativo da modernidade. Todavia, Marx enxerga na realidade não só as contradições do capitalismo, como também as possibilidades de superação de seus limites e de construção de uma nova ordem social. Neste sentido, Marx pode ser considerado um teórico otimista, na medida em que ele afirma que devemos procurar no interior da própria modernidade as energias para a ruptura com o capitalismo e a construção de uma nova etapa da vida social

#### 4. PROJETO POLÍTICO

A construção da ciência sociológica não é apenas um empreendimento teórico. A sociologia é também um empreendimento prático, pois suas interpretações, além de serem condicionadas pelos movimentos políticos, também alteram a correlação das forças políticas. Os clássicos da sociologia, ao elaborarem suas interpretações sobre o caráter do mundo moderno, não só apresentam diferentes propostas políticas, como também diferem em suas definições a respeito do papel político da sociologia:

	PROJETO POLÍTICO	FUNÇÃO POLÍTICA DA SOCIOLOGIA
DURKHEIM	Aperfeiçoamento do capitalismo	Conservadora
WEBER	Crítica resignada do capitalismo	Neutralidade absoluta
MARX	Superação do capitalismo	Transformadora

Assim, do ponto de vista de suas **propostas políticas**, podemos notar que a sociologia se divide em duas correntes básicas. Enquanto a teoria positivista toma partido pelo aperfeiçoamento e consolidação da ordem social industrial-capitalista, a teoria weberiana e a teoria marxista ressaltam seus dilemas e contradições. Mas, enquanto a teoria marxista procura apontar caminhos para a superação do capitalismo e a construção de uma nova ordem social; a teoria weberiana se restringe a uma crítica teórica do capitalismo, não enxergando em nenhuma força social, as possibilidades de resolução dos dilemas e conflitos deste sistema social. Vejamos estas posições com mais detalhe.

Para *Émile Durkheim*, a sociedade industrial capitalista e a divisão da sociedade em classes sociais só reforçariam a harmonia social. Os conflitos de classe deveriam ser vistos como algo passageiro. Eles apenas mostravam que as transformações econômicas da sociedade ainda não tinham sido acompanhadas por um novo conjunto de valores morais, capazes de reconduzir a sociedade para a ordem e para o progresso. No centro da sociologia de Durkheim, está a preocupação com o equilíbrio e a harmonia da sociedade, e os conflitos existentes são vistos como patologias que devem ser eliminados. A teoria deste autor responde aos interesses das classes burguesas e se orienta muito mais para a conservação e a legitimação deste sistema do que para o questionamento de suas bases.

Já a teoria de *Max Weber* procura ressaltar a ambivalência e a ambigüidade da modernidade. Para o autor alemão, o capitalismo representa a consolidação de uma racionalidade instrumental cuja marca característica é o aproveitamento eficiente e racional dos recursos humanos e produtivos. Weber não questiona o capitalismo enquanto sistema de relações de desigualdade e de exploração. No entanto, como era de tradição liberal, Weber sublinhou também que a submissão da vida aos imperativos da produção representa uma inversão que coloca em risco a liberdade do homem. Assim, em vez de servir as necessidades do homem, a produção capitalista se tornou uma finalidade auto-suficiente, ao qual a vida social acabou se subordinando. No entanto, a crítica weberiana do capitalismo, além de parcial, acaba se transformando em uma forma de crítica resignada do sistema capitalista. Isolada dos movimentos políticos, e reduzida ao seu aspecto

instrumental, Weber não acreditava que a ciência pudesse apontar saídas para os dilemas da modernidade (ou do capitalismo).

Para a teoria de *Karl Marx*, que foi construída no contato com os movimentos políticos revolucionários, a crítica ao capitalismo era um instrumento fundamental para a superação dos limites do mundo social moderno. Muito mais do que descrever o capitalismo, o objetivo fundamental da teoria marxista é apontar as possibilidades políticas e sociais de superação deste sistema. Em Marx, a crítica do capitalismo atinge um sentido radical, voltado não só para a denúncia das relações de exploração, dominação e alienação, que são inerentes ao sistema; mas também para a construção e o fortalecimento do proletariado, única força política capaz de apontar para a construção de um novo sistema social: o socialismo.

Em relação às propostas políticas da teoria social clássica, podemos concluir que, enquanto a teoria positivista está comprometida com um projeto político conservador, a teoria weberiana e a teoria marxista estão comprometidas com a crítica da ordem social moderna. No entanto, Weber não apontou nenhum instrumento concreto capaz de resolver os dilemas da modernidade; enquanto Marx procurou mostrar as contradições internas do capitalismo e o proletariado como os dois elementos fundamentais para a construção de uma nova etapa da vida social.

Entretanto, mais do que uma proposta política específica, os clássicos da sociologia também nos legaram diferentes interpretações sobre a **função política** da ciência, e é claro, especialmente da sociologia. Em relação a esta questão, também se pode perceber dois posicionamentos fundamentais: a concepção positivista e a concepção orgânica. Enquanto Durkheim e Weber defendem a primeira posição, Marx adota a segunda. Cada uma destas diferentes posições pensa de forma diferente o condicionamento político e ideológico da sociologia, bem como sua relação com a luta de classes.

A **concepção positivista** postula que, quanto a sua função política, a sociologia deveria orientar-se pelo princípio da neutralidade. No entanto, os clássicos da sociologia diferem quanto a definição do que seja a neutralidade.

Para a posição sustentada por Durkheim, a neutralidade se confunde com a imparcialidade. Em relação ao condicionamento político-ideológico da sociologia, este autor entende que esta ciência deve ser um saber objetivo, que descreve a realidade tal como ela realmente é. Portanto, os resultados da pesquisa sociológica não sofrem influência dos interesses políticos, das ideologias ou mesmo das lutas de classe. O mesmo princípio da imparcialidade é aplicado por Durkheim na questão da relação da sociologia com as lutas de classe ou os conflitos sociais. A sociologia deve estar acima das lutas políticas, não se comprometendo com nenhuma força social. Aliás, somente a sociologia, pela sua posição de imparcialidade, pode mostrar à sociedade qual a melhor solução para resolver os problemas da sociedade.

Ao contrário da teoria de Durkheim, Weber reconhece que a sociologia é influenciada por inúmeros fatores sociais. A pesquisa sociológica não só reflete as escolhas pessoais do pesquisador, como também sua cultura, seus valores, sua classe social e até



mesmo suas opções políticas. Porém, mesmo sabendo que a imparcialidade é impossível, Weber sustenta que o cientista social deve orientar-se pelo princípio da objetividade. Objetividade, neste caso, significa deixar claro aos interlocutores quais os pressupostos que guiaram o pesquisador na sua pesquisa e, em segundo lugar, controlar os resultados da investigação com a rigorosa aplicação do método científico (estabelecimento de relações causais entre os fenômenos). Quanto a relação da sociologia com as lutas sociais e os conflitos de classe, Weber adota uma posição semelhante a de Durkheim. O cientista social deve se conservar neutro em relação as questões políticas. Para Weber, a ciência não tem qualquer base objetiva para fazer uma opção por um determinado valor, ideologia ou classe social. A única coisa que o sociólogo pode fazer é apontar quais as possibilidades que existem para resolver determinados problemas e quais seriam as possíveis conseqüências das opções feitas. Portanto, se em Durkheim a sociologia está “acima” da luta de classes, podemos dizer que em Weber a sociologia está “separada” das lutas políticas. Para Weber, a esfera da ação (política) e a esfera do conhecimento (ciência) se movem por regras distintas que não podem ser unificadas. Desta forma, ao privilegiar a neutralidade do sociólogo, Weber acaba adotando uma visão positivista em relação a função política da sociologia.

Para a **concepção orgânica**, elaborada por Karl Marx, a teoria não pode ser pensada de forma desligada da prática. Em frase que se tornou célebre, este autor afirmava que “os filósofos até hoje se contentaram em contemplar a realidade, mas o que importa é transformá-la”. Desta forma, Marx afirma um vínculo indissolúvel entre teoria e prática, ação e reflexão, ciência e política, pensamento e realidade.

Em primeiro lugar, a reflexão marxista procura mostrar que o princípio da neutralidade não passa de um engano ideológico. Em uma sociedade marcada por relações de exploração, dominação e alienação, uma sociologia que parte do princípio da neutralidade esconde uma opção pela manutenção do “status quo” e acaba adotando uma atitude conservadora. Portanto, ao se declarar neutra, qualquer ciência já se encontra comprometida politicamente. A sociologia não é apenas um saber “especulativo” sobre a realidade. A visão de sociedade que a sociologia constrói condiciona nossa ação nesta mesma sociedade e as opções das forças políticas.

Quanto a articulação da sociologia com as classes sociais, a posição de Marx é muito bem esclarecida pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Gramsci distingue entre dois tipos de intelectuais. De um lado, estão os intelectuais tradicionais, que fazem seu trabalho desligados das lutas sociais e acabam refletindo em suas elaborações teóricas uma posição conservadora e burguesa. Do outro lado, estão os intelectuais orgânicos, comprometidos em traduzir a visão de mundo dos diferentes grupos sociais em uma visão política articulada e coerente. Gramsci esclarece que existem ainda os intelectuais orgânicos das classes dominantes, como também existem os teóricos articulados com as classes oprimidas. Para a teoria marxista, a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, significa que se a sociologia não fizer sua opção pelas forças oprimidas da sociedade, ela torna-se um empreendimento ideológico e conservador. Além da reflexão e do auto-questionamento constantes sobre o mundo social, a sociologia deve fazer uma opção firme pela transformação social, e não pode renunciar ao seu papel de apontar caminhos concretos de renovação das relações sociais e das estruturas da sociedade.

## 5. CONTINUIDADES E RUPTURAS

Ao longo deste trabalho, pudemos perceber que Durkheim, Weber e Marx foram os principais responsáveis pela construção de formas diferentes de analisar a realidade social. Cada um deles inaugurou um “caminho” diferente para entender o que é a sociologia e a modernidade; tanto na sua dimensão teórica, quanto na sua dimensão política.

Para exprimir esta idéia é muito comum que os textos de teoria sociológica façam uso da palavra “*paradigma*”. Paradigma, segundo Thomas Khun, autor que criou esta expressão, significa um modelo de teoria; ou ainda, um conjunto de questões, problemas, métodos e teorias que são compartilhados pela comunidade científica e que condicionam a maneira dos cientistas explicarem a realidade. Na sociologia, portanto, podemos falar de três modelos fundamentais de paradigma: o paradigma positivista, o paradigma compreensivo e o paradigma marxista.

Além deste aspecto, outro dado que Thomas Kuhn nos ajuda a enfatizar é que, longe de se resumir à teoria de seu fundador, um paradigma compreende um conjunto de autores e de teorias que partem de pressupostos comuns. A importância dos fundadores, neste caso, deve-se ao fato de terem sido os primeiros responsáveis pela elaboração dos pressupostos fundamentais do paradigma. Mas, além dos autores iniciais, um paradigma se caracteriza pela existência de pensadores que fazem inovações, retificações e aprofundamentos, ou ainda produzem críticas, rupturas e modificações no interior destes mesmos paradigmas. Em resumo: um paradigma teórico não se resume ao seu fundador, pois ele contém ainda uma série de autores e teorias que lhe dão **continuidade**. O mesmo fenômeno se aplica à sociologia, como o quadro abaixo procura ilustrar:

PARADIGMA POSITIVISTA		
ETAPAS	AUTOR	TEORIA
1. Origem	Augusto Comte	Positivismo
	Émile Durkheim	Funcionalismo
2. Desenvolvimento	Robert Merton	Neo-funcionalismo
	Talcott Parsons	Estrutural-Funcionalismo
	Niklas Luhmann	Teoria Sistêmica

PARADIGMA COMPREENSIVO		
ETAPAS	AUTOR	TEORIA
1. Origem	Max Weber	Teoria Compreensiva
2. Desenvolvimento	Alfred Schütz	Teoria Fenomenológica

PARADIGMA MARXISTA		
ETAPAS	AUTOR	TEORIA
1. Origem	Karl Marx	Materialismo Histórico
2. Desenvolvimento	Eduard Bernstein/Karl Kautsky	Marxismo Revisionista
	Lênin/Trótski/Stálin	Marxismo Ortodoxo
	Antonio Gramsci	Marxismo Ocidental
	Max Horkheimer/Theodor Adorno	Teoria Crítica

Esta tabela, além de nos fornecer indicações sobre alguns dos principais responsáveis pelos desdobramentos e desenvolvimentos dos principais paradigmas sociológicos, nos ajuda a perceber que o estudo dos clássicos é um requisito fundamental para o entendimento das teorias sociais contemporâneas.

Todavia, a sociologia contemporânea não é apenas uma repetição da obra dos clássicos. Pelo contrário! Hoje, as transformações da sociedade e o questionamento dos paradigmas científicos, têm obrigado a sociologia a fazer um profundo questionamento de sua herança clássica. Atualmente, a sociologia contemporânea se vê desafiada a produzir grandes **rupturas** em relação à sociologia clássica.

De um lado, os desafios com os quais a sociologia se vê confrontada, advém da própria realidade. Nos albores do século XXI, esta ciência se vê diante da necessidade de abordar realidades novas, que os clássicos da sociologia não conheceram. Fenômenos como a globalização, o desenvolvimento da informação, da robótica e da automação, a crise do trabalho (desemprego estrutural), as guerras mundiais, a crise ecológica, a biotecnologia e muitos outros dados do mundo moderno, longe de serem fenômenos isolados, parecem apontar para uma nova configuração social, com características bastante diferentes das estruturas econômicas, políticas e culturais do período de formação da sociologia.

Diante desta nova realidade, novas teorias se fazem necessárias, redefinindo e superando, em aspectos substanciais, a contribuição dos clássicos. Termos como terceira onda, pós-modernidade, pós-ideologia, pós-fordismo, sociedade informacional (ou pós-industrial), sociedade de risco, segunda modernidade, modernização reflexiva e outros, apontam para a necessidade das ciências sociais redefinirem seu quadro teórico, seus conceitos e até mesmo seus paradigmas, visando construir em novo entendimento do mundo contemporâneo. A grande questão que se coloca é: as transformações estruturais que afetam as sociedades modernas, não estariam exigindo da sociologia contemporânea uma ruptura em relação a contribuição dos clássicos da sociologia?

Como também é um fenômeno social, a ciência (e a própria sociologia) também está sendo afetada pelas modificações advindas do novo contexto sócio-cultural contemporâneo. Deste modo, as abordagens amplas e macro-estruturais dos clássicos tem sido questionadas, dando lugar a valorização de análises de alcance médio, dos aspectos micro-sociais do convívio social, da subjetividade, das interconexões entre o econômico-

político-cultural ou mesmo da fragmentação do social. Além disso, a interdisciplinaridade, a crise da ciência e a revisão de seu papel social, obrigam a sociologia a rever seus paradigmas teóricos, seus conceitos, suas explicações e, enfim, seu “jeito” próprio de abordar a realidade social.

Freqüentando conferências, congressos e revistas especializadas, o estudante logo perceberá que autores importantes e conhecidos da atualidade, como Alain Touraine, Jürgen Habermas, Claus Offe, Norbert Elias, Anthony Giddens, Ulrich Beck, Boaventura de Souza Santos e vários outros cientistas sociais, têm se dedicado a esta tarefa. Porém, longe de simplesmente abandonar a contribuição dos clássicos, é no confronto criativo com a dimensão teórica, empírica e política da sociologia clássica que este debate tem sido conduzido. É justamente pela sua capacidade de fornecer para estes teóricos pistas e até mesmo conceitos que possibilitem à sociologia contemporânea redefinir e reconstruir os paradigmas da sociologia é que Durkheim, Weber e Marx são autores sempre atuais. Pelas teorias que construíram, interpretações que realizaram e caminhos que apontaram, a contribuição dos clássicos está sempre presente na obra dos teóricos sociais contemporâneos, ainda que vários dos seus pressupostos estejam sendo discutidos, criticados e até mesmo superados.

Portanto, o estudo dos clássicos da sociologia não cumpre apenas uma tarefa histórica. É justamente no confronto entre as contribuições dos fundadores da sociologia e as realidades emergentes do século XXI que a sociologia contemporânea busca os caminhos para o entendimento do mundo atual. A modernidade, na atual etapa de sua história, representa justamente um misto de continuidade-ruptura-inovação, diante da qual as peças e engrenagens teóricas construídas pela sociologia clássica representam um recurso indispensável para sua compreensão teórica e, inclusive, seu encaminhamento político.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUKÁCS, Georg. O marxismo ortodoxo. In **Lukács**. São Paulo: Ática, 1992, p. 59-86.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In **Os pensadores**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978, p.107-257.